

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: Economia e Estudos Europeus

**FONTES DE FINANCIAMENTO PARA A AJUDA
INTERNACIONAL AO DESENVOLVIMENTO**
Uma reflexão sobre algumas propostas recentes

JOSÉ PAULO MARQUES LOPES DE OLIVEIRA



Orientação: Professor Doutor João Dias

Júri:

Presidente: Professor Doutor João Dias

Vogais: Professor Doutor Rui Manuel Campilho Pereira de Menezes
Professor Doutor Vítor Manuel Mendes Magriço

Abril/2005

Siglas utilizadas

ACP – África Caraíbas e Pacífico

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

ATTAC – Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos

BIS – Bank for International Settlements

BM – Banco Mundial

CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CEPII – Centre d'Etudes Prospectives et d'Informations Internationales

DSE – Direitos de Saque Especiais

EU – União Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio

IDE – Investimento Directo Estrangeiro (IDE)

MINEFI – Ministère de l'Économie, des Finances et de l'Industrie de France

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Produtores de Petróleo

PIB – Produto Interno Bruto

PMA – Países Menos Avançados

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPAE/HIPC – Países Pobres Altamente Endividados

TI – Transparência Internacional

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

WIDER – World Institute for Development Economics Research

WFE - World Federation of Exchanges

Resumo

Este trabalho pretende analisar três propostas recentes de fontes alternativas de financiamento para a Ajuda Internacional ao Desenvolvimento, tendo como pano de fundo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e as conclusões do Relatório Zedillo, nomeadamente a necessidade de aumentar o volume actual de Ajuda em 50 mil milhões de dólares anuais. Para tal quantificaram-se e analisaram-se os impactos previsíveis das três propostas: criação de uma taxa Tobin sobre as transacções cambiais; criação de uma taxa “tipo Tobin” sobre as transacções financeiras e a proposta de emissões especiais de Direitos de Saque Especiais para doação aos países em desenvolvimento. Constatou-se que o crescimento económico é a chave para a redução da pobreza e foram analisados alguns factores potenciadores do crescimento, como o Investimento Directo Estrangeiro, a abertura comercial, a integração financeira e comercial global, o financiamento do investimento e a importância da boa governação. Foram identificados e analisados alguns dos maiores constrangimentos ao desenvolvimento económico e social dos países em desenvolvimento, tais como a má governação, a corrupção e a não existência de capacidade de absorção dos recursos pelos países recipientes.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento do Desenvolvimento, Crescimento Económico, Taxa Tobin, Ajuda Pública ao Desenvolvimento, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Redução da Pobreza

Abstract

The purpose of this work is to study three recent proposals of alternative sources of Financing for the Development, considering the Millennium Development Goals and the Zedillo's Report conclusions, recognizing the need to increase the actual Aid volume in additional 50 thousand million of dollars per year. In order to fulfil such goal, the three proposals were quantified and their predicable impacts were analyzed: creation of a currency transactions Tobin tax; creation of a tax similar to Tobin's proposal on the financial transactions and the proposal of a special emission of Special Drawing Rights for donation to the developing countries. It was concluded that the economic growth is the key to poverty reduction and some factors of growth were analyzed, like the Foreign Direct Investment, the trade openness, the global financial and commercial integration, the financing of the investment and the importance of the good government. Some of the largest constraints to economic and social development were identified and analyzed, such as the bad government, the corruption and the non-existence of absorption capacity in the recipient countries.

KEY WORDS: Financing for Development, Economic Growth, Tobin Tax, Official Development Assistance, Millennium Development Goals, Poverty Reduction

Índice Geral

Siglas utilizadas.....	3
Resumo e Palavras-chave.....	4
Índice de Quadros.....	6
Índice de Figuras.....	7
Índice de Anexos.....	8
Agradecimentos.....	9
1 – Introdução.....	10
2 – O estado actual do financiamento para o desenvolvimento.....	13
2.1 – Crescimento económico.....	21
2.1.1 - O Crescimento é bom para os pobres.....	23
2.1.2 - Abertura comercial e crescimento.....	26
2.1.3 - Taxa de câmbio e crescimento.....	28
2.1.4 - Integração financeira e integração comercial.....	29
2.1.5 - O consenso de Washington.....	33
2.2 – Sobre a Ajuda.....	34
2.3 – Investimento Directo Estrangeiro.....	37
2.4 – Financiamento do Investimento.....	39
2.5 – Boa Governação.....	42
3 – Propostas de novas fontes de financiamento.....	50
3.1 – Proposta Tobin de aplicação de uma taxa sobre as transacções cambiais.....	51
3.2 – Proposta ATTAC de aplicação de uma taxa “tipo Tobin” sobre os mercados financeiros.....	63
3.3 – Proposta Soros de doação de Direitos de Saques Especiais.....	64
4 – Análise de alguns efeitos previsíveis da aplicação destas propostas.....	68
5 – Conclusões.....	92
Bibliografia.....	94
Anexos.....	101

Índice de Quadros

Quadro nº 1 – Redução do volume de transacções cambiais em função de diferentes elasticidades.....	71
Quadro nº 2 – Receita previsional anual da taxa Tobin.....	72
Quadro nº 3 – Receita proporcionada pela aplicação de uma taxa tipo Tobin sobre as transacções bolsistas.....	73
Quadro nº 4 – Valor Previsional de cada Proposta, por cenários.....	75
Quadro nº 5 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento, 2002.....	76
Quadro nº 6 – Peso da Ajuda no PIB, 2002.....	78
Quadro nº 7 – Fluxos de Capitais Privados, 2002.....	78
Quadro nº 8 – Formação Bruta de Capital Fixo, 2002.....	79
Quadro nº 9 – Formação Bruta de Capital Fixo, 2002, em percentagem.....	80
Quadro nº 10 – Peso da Ajuda na Formação Bruta de Capital Fixo, 2002.....	80
Quadro nº 11 – Peso do IDE na Formação Bruta de Capital Fixo, 2002.....	81
Quadro nº 12 – Volumes de entradas de IDE por região recipiente.....	83
Quadro nº 13 – Volumes de entradas de IDE por tipo de recipiente.....	84
Quadro nº 14 – Rácio da Rotação das Acções Negociadas, 2002.....	87
Quadro nº 15 – Poupanças Domésticas Brutas, 2002.....	88
Quadro nº 16 – Poupanças Domésticas Brutas, 2002, em percentagem.....	89
Quadro nº 17 – Crédito Doméstico Fornecido pelo Sector Bancário, 2002.....	90
Quadro nº 18 – Crédito Doméstico ao Sector Privado, 2002.....	90
Quadro nº 19 – Exportações de Bens e Serviços, 2002.....	91

Índice de Figuras

Figura nº 1 – Fluxos de Recursos Líquidos de Longo Prazo para os Países em Desenvolvimento, por tipo de Fluxo, 1990-2000.....	15
Figura nº 2 – Fluxos líquidos de recursos privados de Longo Prazo para os países em desenvolvimento, por tipo de fluxo, 1990-2000.....	16
Figura nº 3 – Fluxos financeiros recebidos pelos Países em Vias de Desenvolvimento entre 1980 – 1999	17
Figura nº 4 – Crescimento e pobres.....	24
Figura nº 5 – Determinantes do Crescimento e rendimento dos pobres.....	25
Figura nº 6 – Aprofundamento do Mercado Financeiro e Crescimento.....	30
Figura nº 7 – Qualidade da Governação e a Composição dos Fluxos de Entradas de Capitais.....	31
Figura nº 8 – Crescimento do Rendimento dos Pobres e Política Económica nos anos 90.....	36
Figura nº 9 – Transparência e Crescimento do PIB.....	47
Figura nº 10 – Respeito pela Lei, normas contabilísticas e controlo da corrupção, médias regionais.....	48
Figura nº 11 – Controlo da Corrupção e Rendimentos Per Capita.....	49
Figura nº 12 – Zona de não transacção criada pela introdução da taxa Tobin.....	59
Figura nº 13 – Repartição da actividade dos mercados cambiais por países.....	62
Figura nº 14 – Evolução do volume diário de transacções cambiais.....	69
Figura nº 15 – Comparação dos volumes de entradas de IDE, nos países em desenvolvimento e do total mundial.....	84
Figura nº 16 – Comparação dos volumes de entrada de IDE nos Países Menos Avançados e no total dos Países em Desenvolvimento.....	86

Índice de Anexos

Anexo 1 – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.....	102
Anexo 2 – Lista de Países Menos Avançados.....	107
Anexo 3 – Lista de Países em Desenvolvimento, Produtores de Petróleo.....	108
Anexo 4 – Dívida Externa dos PMA.....	109
Anexo 5 – Serviço da Dívida Externa dos PMA.....	110
Anexo 6 – Total dos Fluxos Financeiros para os PMA.....	111
Anexo 7 – Total da APD para os PMA.....	113
Anexo 8 – Entradas de IDE, por Região e Economia, 1998-2002.....	115
Anexo 9 – Origens de IDE, por Região, 1998-2002.....	120
Anexo 10 – Stocks de IDE, por Região e Economia, 1990-2002.....	121
Anexo 11 – Principais Exportações do conjunto dos PMA.....	126
Anexo 12 – Exportações dos PMA, por grupos, 2002.....	127
Anexo 13 – PIB e PIB per capita, por Economia, 2002.....	129
Anexo 14 – Poupança Interna, por Economia, 2002.....	134
Anexo 15 – Formação Bruta de Capital Fixo, por Economia, 2002.....	139
Anexo 16 – Exportações Mundiais por Região.....	144
Anexo 17 – Volume total de acções negociadas.....	145

Agradecimentos

Ao Professor Doutor João Dias pela orientação desta tese e pela disponibilidade permanente para me ajudar durante o processo de elaboração deste trabalho.

À Idalina, minha mulher e amor da minha vida, pelo apoio em todas as situações.

Às minhas filhas, Margarida e Francisca, pelos bonitos desenhos que fizeram para animarem os meus dias enquanto trabalhava.

À minha mãe, por sempre me ter incentivado a ir mais além.

Ao meu pai, pelo seu exemplo.

A todos o meu reconhecimento.

1- Introdução

A necessidade de repensar as fontes de financiamento para a Ajuda Internacional ao Desenvolvimento emergiu como uma consequência inevitável da conferência do Milénio das Nações Unidas, em Setembro de 2000, em que foram adoptados os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Para atingir este conjunto de objectivos no ano 2015, será necessário, segundo o Relatório Zedillo (ONU, 2001), aumentar o volume actual de Ajuda em 50 mil milhões de dólares anuais, o que poderá ser feito duplicando o valor actual da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) ou encontrando fontes alternativas de financiamento. Neste trabalho pretende-se estudar três propostas recentes de fontes alternativas para o financiamento do desenvolvimento.

No segundo capítulo será feito o levantamento da situação actual do financiamento para o desenvolvimento, apresentando uma visão panorâmica sobre os vários tipos de fluxos financeiros e a sua evolução nos últimos anos. Identificar-se-ão alguns factores potenciadores do desenvolvimento económico, realçando a importância do crescimento económico como chave para a redução da pobreza, visto o problema do desenvolvimento económico estar intimamente ligado à questão da redução da pobreza, observando que o crescimento económico é a forma mais segura de retirar da miséria o maior número de seres humanos, verificando que o crescimento económico tende a beneficiar proporcionalmente todos os estratos sociais, incluindo o quinto mais pobre da sociedade, concluindo que o crescimento é bom para os pobres. Analisar-se-ão alguns factores potenciadores do crescimento, como o Investimento Directo Estrangeiro (IDE), a abertura comercial, a integração financeira e comercial global, o financiamento do investimento e a importância da boa governação, concluindo que a efectividade da Ajuda depende em muito da qualidade das políticas seguidas pelos decisores locais e da

qualidade da governação. Identificar-se-ão alguns dos maiores constrangimentos ao desenvolvimento económico e social dos países em desenvolvimento, tais como a má governação, a corrupção e a não existência de capacidade de absorção dos recursos pelos países recipientes.

No terceiro capítulo apresentar-se-ão as propostas de fontes alternativas de financiamento, que são as seguintes: aplicação de uma taxa sobre as transacções cambiais, apresentada por James Tobin¹; criação de uma taxa “tipo Tobin” sobre as transacções financeiras, apresentada por alguns economistas da Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos (ATTAC) e a proposta de emissões especiais de Direitos de Saque Especiais (DSE) para doação aos países em desenvolvimento, apresentada por George Soros.

No quarto capítulo, proceder-se-á à quantificação destas três propostas e à análise de alguns efeitos previsíveis da sua aplicação. É de notar a dificuldade de quantificação das duas primeiras propostas, desde logo pelo carácter previsionial do trabalho e pela escassez de estudos apresentando uma metodologia científica para os cálculos, pelo que existe espaço para o aprofundamento do trabalho, digno de uma tese de doutoramento. Os valores previsionais indicam a perspectiva de obtenção de fundos capaz de satisfazer as necessidades previstas para a prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, visto ser definido como pressuposto deste estudo que o fruto da implementação destas propostas seja destinado ao aumento dos fundos disponíveis para a Ajuda Internacional ao Desenvolvimento.

Quanto ao estudo dos efeitos da aplicação destas propostas, verificar-se-á o impacto e a enorme relevância destes fundos adicionais, do ponto de vista dos países recipientes, comparando com as estatísticas actuais de Ajuda, da Formação Bruta de Capital Fixo,

¹ Ainda que James Tobin não tenha apresentado a sua proposta com a finalidade com que hoje é referida (TOBIN, 2001), o seu nome ficou indubitavelmente associado a esta ideia.

do IDE, do comércio internacional e da dimensão das poupanças, da capacidade de concessão de créditos e do aprofundamento dos mercados financeiros internos dos Países em Desenvolvimento em geral e dos Países Menos Avançados (PMA), dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) e dos países da África subsaariana em particular.

2 – O estado actual do financiamento para o desenvolvimento

O processo de desenvolvimento depende não só das acções dos países em desenvolvimento, que têm que dirigir o seu próprio desenvolvimento, mas também do muito que os países ricos podem fazer para ajudar. As economias precisam de financiamento para que possam crescer, de forma a providenciarem postos de trabalho e maiores rendimentos para o conjunto dos seres humanos.

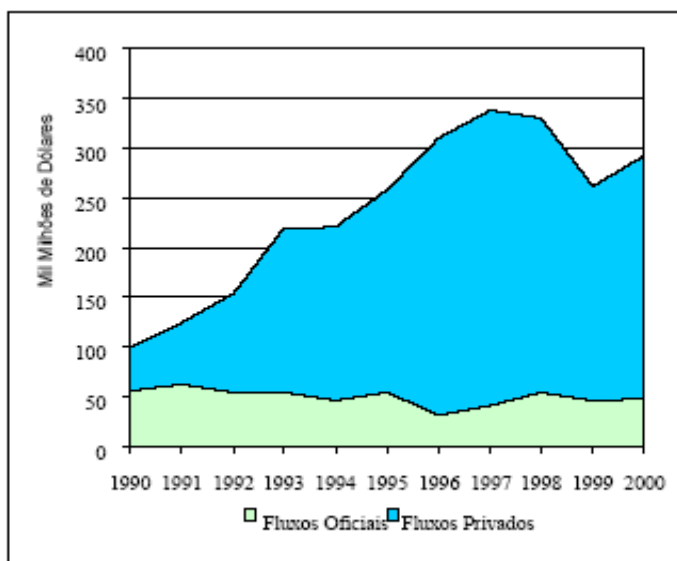
A experiência de desenvolvimento durante várias décadas mostrou repetidamente problemas de desequilíbrio de crescimento, dificuldades da balança de pagamentos e alta inflacionária. As preocupações políticas correntes de estabilização económica rapidamente foram transformadas num debate sobre os princípios da estratégia de desenvolvimento económico. Para os economistas adeptos do Mercado, desenvolvimento é o resultado da eficiência e do crescimento. Emprego eficiente de recursos escassos de forma que nenhuma outra afectação de recursos poderia aumentar o valor total de bens e serviços produzidos. Crescimento é um aumento do Produto per capita. Quando uma sociedade é desenvolvida, então, a população pode beneficiar mais das coisas boas da vida. Reduzir a pobreza a nível global é pois um dos mais meritórios objectivos da ciência económica. Embora seja importante distinguir conceptualmente as noções de pobreza como insuficiência de potencialidades e de pobreza como modicidade de rendimento, as duas perspectivas não podem deixar de estar relacionadas, visto que o rendimento é um meio tão importante para as potencialidades. E como o reforço da potencialidade para conduzir a sua vida tenderia, por natureza, a alargar a capacidade da pessoa ser mais produtiva e obter um rendimento mais elevado. Não se trata apenas do facto de, por exemplo, uma melhor educação básica e melhores condições de saúde poderem melhorar directamente a qualidade de vida, mas também de aumentar a capacidade da pessoa para ganhar rendimentos e libertar-se igualmente da

pobreza de rendimentos. Quanto mais abrangente for o alcance da educação básica e dos cuidados de saúde, tanto mais provável será que mesmo os potencialmente pobres tenham hipóteses de vencer a penúria (SEN, 1999). Assim, analisaremos alguns dos factores de crescimento económico não perdendo de vista o desenvolvimento humano e a redução da pobreza, como objectivo nobre do aumento da riqueza global.

O crescimento exponencial do comércio e do investimento nas duas últimas décadas transformaram a economia mundial. O IDE tem desempenhado um papel importante e possivelmente de liderança no processo de globalização. Desde o início dos anos oitenta que o IDE cresceu a taxas quatro vezes superiores às do comércio internacional. Desde os anos 70 que o “output” consolidado das companhias transnacionais ultrapassa o volume do comércio internacional.

Até ao início da década de 90, a APD era a principal fonte de fluxos vocacionada para financiar o desenvolvimento mas foi ultrapassada em importância pelo investimento privado. O aumento da importância dos fluxos de capitais privados é visível na figura nº 1.

Figura nº 1: Fluxos de Recursos Líquidos de Longo Prazo para os Países em Desenvolvimento, por tipo de Fluxo, 1990-2000

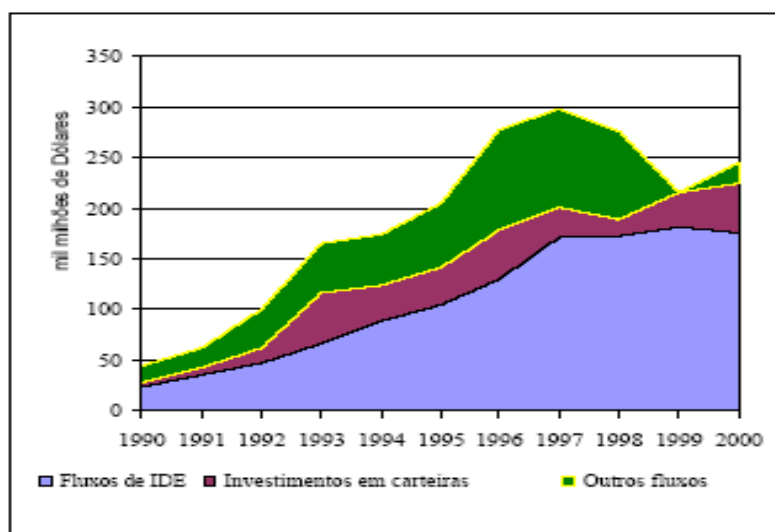


Fonte: Banco Mundial. Global Development Finance 2001 in KLEIN, AARON e HADJIMICHAEL²

Os fluxos de capitais internacionais para os chamados países emergentes, aproximadamente 240 mil milhões de dólares por ano, ultrapassam largamente o total da ajuda pública internacional que, está próxima dos 40 mil milhões de dólares. O IDE aumentou a sua importância no total dos fluxos para os Países em Desenvolvimento, como podemos verificar nas figuras números 2 e 3.

² Este quadro, assim como outros que se seguem foram alterados pelo autor

Figura nº 2: Fluxos líquidos de recursos privados de Longo Prazo para os países em desenvolvimento, por tipo de fluxo, 1990-2000



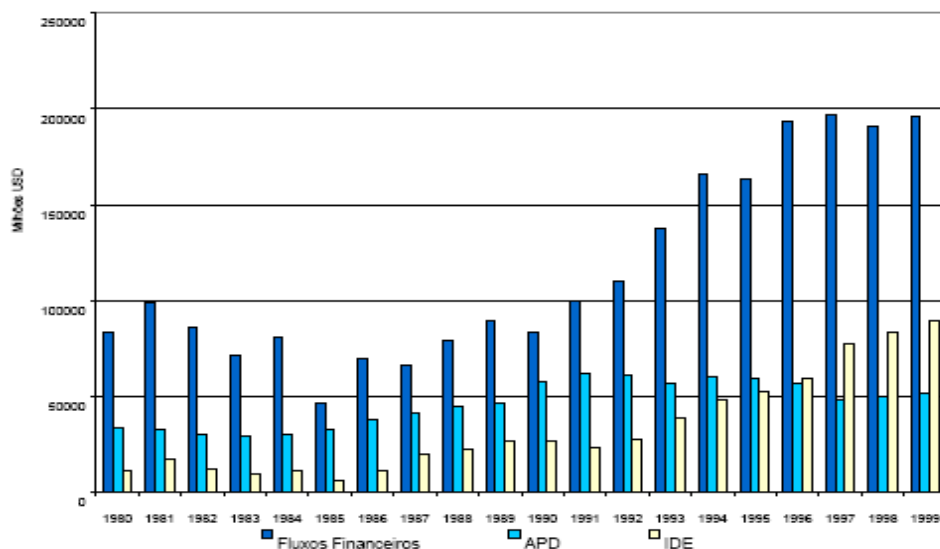
Fonte: Banco Mundial. Global Development Finance 2001 in KLEIN, AARON e HADJIMICHAEL.

A maior parte do investimento foi financiado a nível interno, mas mesmo assim, registaram-se transferências líquidas de cerca de 400 milhões de dólares dos países exportadores de capitais para os países receptores. Os mercados cambiais movimentam mil e duzentos milhões de dólares diários, enquanto os mercados financeiros, contabilizam cerca 50 mil milhões de dólares em activos. Só a capitalização do mercado de acções a nível mundial aproxima-se dos 40 mil milhões de dólares. Os Estados Unidos da América (EUA) representam cerca de 40 por cento deste valor do mercado global, a União Europeia sensivelmente 20 por cento e as economias emergentes não atingem 10 por cento do total do mercado mundial de acções. A maior parte dos 6 mil milhões de habitantes do planeta vive nos países em desenvolvimento, no entanto a parte do investimento global que corresponde aos países em desenvolvimento representa apenas cerca de 23 por cento do mercado mundial de acções e a maior parte

deste valor destina-se apenas a uns quantos países. Um grupo relativamente pequeno de países em desenvolvimento captura a parte de leão dos fluxos de capitais privados para o total dos países em desenvolvimento. Nos últimos anos, a percentagem do IDE direccionada para os países em desenvolvimento tem decaído continuamente.

Figura nº 3: Fluxos financeiros recebidos pelos Países em Vias de Desenvolvimento entre 1980 – 1999

(em milhões de USD)



Fonte: OCDE (2001)

Aproximadamente 80 por cento dos fluxos de IDE destinam-se aos países desenvolvidos. As entradas de fluxos financeiros nos países em desenvolvimento estagnaram, em cerca de 190 mil milhões de dólares, enquanto a parte do total mundial que corresponde aos países em desenvolvimento decresceu quase 20 por cento. Os PMA, enquanto grupo, receberam menos de 1 por cento do total mundial de IDE. Quase todas as sub-regiões dos países desenvolvidos tiveram um declínio nas entradas de capitais em 2002 e 2003, anos de abrandamento económico, no entanto em 2003 os

EUA recuperaram significativamente devido à melhoria das condições do mercado de capitais. O mercado de capitais é também a explicação para a situação especial do Luxemburgo que representa sensivelmente um sexto do total das entradas de capitais mundiais.

A APD era a principal componente do financiamento internacional do desenvolvimento mas desceu de forma continuada durante a última década. Representava cerca de 56 por cento do total de fluxos financeiros para os países em desenvolvimento em 1990 e agora fornece menos de 20 por cento desses fluxos. No entanto, a APD representa, ainda, cerca de 85 por cento do total de recursos destinados aos países mais atrasados do mundo. Os países doadores, com excepção dos EUA, concordaram esforçar-se para dedicar pelo menos 0,7 por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB) para a APD. No entanto, só a Dinamarca, a Noruega, a Suécia, a Holanda e mais recentemente o Luxemburgo, cumpriram este objectivo.

O Comércio é um elemento fundamental do financiamento do desenvolvimento. Em 1985 o total das exportações mundiais era de mil e seiscentos milhões de dólares. Este valor aumentou para cerca de 6 mil milhões de Dólares no Ano 2000. Neste período, os países desenvolvidos mais do que triplicaram as suas exportações. O mesmo verificamos quando observamos os resultados dos países em desenvolvimento que, passaram neste período de cerca de 500 mil milhões de dólares para mais de mil e quinhentos milhões de dólares. No entanto, o aumento das exportações dos PMA não foi tão encorajador, tendo sido de aproximadamente 10 por cento, em quinze anos. Um dos maiores problemas que estes países enfrentam são as barreiras que os países desenvolvidos colocam aos produtos em que os PMA melhor podem concorrer, especialmente os têxteis e os produtos agrícolas.

Apesar do fluxo de ajuda ao desenvolvimento destinado aos países pobres, durante os últimos 50 anos, os resultados têm sido algo frustrantes (BOVARD, 1986). Mesmo pensando que alguns países, especialmente os do Sudeste Asiático, conseguiram sair do ciclo de pobreza, muitos dos países mais pobres viram os seus rendimentos per capita descerem desde os anos setenta. Mais de mil milhões de pessoas vivem com menos de 1 Dólar por dia. Muito dos avanços nos cuidados básicos de saúde e educação das últimas décadas foram esmagados pela rápida disseminação do HIV/SIDA, particularmente nos países mais pobres do mundo. Dada a ineficiência passada da APD, os países doadores enfrentaram nos anos noventa uma espécie de “fadiga da ajuda”. A tendência de longo prazo de aumentos nos fluxos destinados a APD foi interrompida em meados dos anos noventa e deu lugar a uma reavaliação sistemática das estratégias de desenvolvimento e iniciativas dos países doadores.

Mesmo se a APD não tem sido tão eficaz quanto o desejado pela Comunidade Internacional, os líderes mundiais têm sido consistentes em sinalizar a sua determinação em ajudar os países mais pobres. A Conferência das Nações Unidas em Monterrey no México, em que estiveram presentes mais de 140 líderes mundiais, reiterou o seu apoio à prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que, deverão ser atingidos em 2015. Como poderão estes objectivos ser atingidos?

O Banco Mundial propõe uma solução com duas vertentes: duplicar os actuais fluxos de Ajuda e realizar um novo compromisso com a “boa governação” por parte dos países receptores.

O auxílio ao desenvolvimento tem vindo a diminuir em termos reais, ajustados à inflação e ainda mais quer em percentagem do rendimento dos países desenvolvidos quer numa base per capita nos países em desenvolvimento. A imposição de uma série de condições, algumas de natureza política, na prestação de auxílio não resultou. A

condicionalidade não conduziu a melhores políticas, não acelerou o crescimento nem produziu melhores resultados. Embora o Banco Mundial tenha tentado aperfeiçoar a condicionalidade, alguns afirmam que ela devia ser substituída pela selectividade, ou seja auxiliar os países já com provas dadas, permitindo que sejam eles a escolher as suas próprias estratégias. Está provado que o auxílio prestado selectivamente pode ter impactos significativos, tanto na promoção do crescimento como na redução da pobreza (STIGLITZ, 2002).

A APD e as dívidas concessionadas costumavam representar a maior parte dos fluxos de recursos dos países em desenvolvimento, até aos anos oitenta. Os fluxos de IDE são agora a principal fonte de capital para o financiamento do desenvolvimento. Este aumento, enorme, dos fluxos de IDE deve-se principalmente ao fenómeno da globalização da economia mundial. A perspectiva de produção multinacional expandiu-se com o Uruguay Round do GATT e com a redução de barreiras ao comércio e investimento internacional derivada de vários acordos de integração regional. Ao mesmo tempo, importantes inovações tecnológicas, no campo das telecomunicações e das tecnologias da informação facilitaram a coordenação das redes internacionais de produção. Os mercados financeiros internacionais aumentam a eficiência e os lucros devido à divisão internacional do trabalho. O crescimento económico nos países emergentes é realçado não só pela disponibilidade de capital estrangeiro mas também pelo desenvolvimento dos centros financeiros locais que fazem a ponte com os mercados internacionais. Isto resultou na diminuição da importância do tamanho do mercado local, como factor de decisão da localização do investimento.

Assim, pequenos países, com mercados domésticos insignificantes à escala global, passaram a poder competir pela atracção de IDE. Estes países com poucas fontes alternativas de capital para financiarem o seu desenvolvimento económico passaram a

apostar em condições atractivas para os investidores externos. A maioria dos países liberalizou as suas políticas de IDE, e ofereceram várias formas de incentivos ao investimento estrangeiro, tais como incentivos fiscais, incentivos financeiros, especialmente subsídios e outro tipo de medidas como preferências sobre os mercados domésticos, criação de infra-estruturas para auxiliar a actividade dessa empresa e até direitos monopolísticos, em alguns casos.

2.1 – Crescimento económico

O crescimento económico é a chave para a redução da pobreza.

A menos que o crescimento altere a distribuição do rendimento em desfavor dos mais pobres, a proporção da população que vive num estado de pobreza absoluta diminuirá com o aumento médio do rendimento disponível na sociedade. É importante notar que, o crescimento “neutral” tem de ser forte de forma a estabilizar o número de pobres numa sociedade em expansão. Em cada ano o crescimento económico tem de manter o ritmo com o crescimento da população para não aumentar o número de pobres.

O modelo neoclássico de crescimento, tal como desenvolvido por SOLOW (1956) e SWAN (1956) assenta numa função agregada de produção com rendimentos constantes à escala, combinando capital e trabalho na produção de um determinado bem. A poupança é assumida como uma percentagem fixa do rendimento e a tecnologia cresce a uma taxa exógena. Sendo Y o rendimento/produto total, L o número de trabalhadores afectos ao processo produtivo, K o montante de capital e supondo a função de produção como sendo de Cobb-Douglas, temos:

$$Y = AK^\alpha L^{1-\alpha}, 0 < \alpha < 1$$

Onde A mede o nível de tecnologia e y mede a produtividade do trabalho, $y=Y/L$ é dado por:

$$y = Ak^\alpha$$

Onde k representa a relação capital-trabalho.

Assim, se a tecnologia (tal como a população) cresce a uma taxa constante, pode ser demonstrado que no modelo SOLOW-SWAN, os valores de produção por trabalhador efectivo e o rácio capital/trabalhador efectivo são constantes e proporcionais à variação tecnológica. O modelo implica que países com tecnologias semelhantes e taxas de poupança e de crescimento da população semelhantes deviam convergir para um semelhante rendimento per capita.

Esta propriedade de convergência significa que países pobres partindo de uma posição baixa de produção e com uma baixa relação capital/trabalho deviam crescer mais rápido durante a fase de transição até apanharem o grupo de países desenvolvidos num momento em que os seus rendimentos per capita fossem semelhantes.

O modelo neoclássico de crescimento levou à abordagem pelas “fontes do crescimento”, um método empírico centrado na análise dos determinantes das alterações na produção. Esta abordagem usa uma função de produção agregada para decompor o “crescimento” em contribuições de diferentes fontes, nomeadamente as taxas de crescimento dos factores ponderadas pelos seus pesos relativos (a contribuição dos factores) mais um factor residual. Este factor residual é muitas vezes etiquetado como “progresso técnico”, mas podemos descrevê-lo como a diferença entre o crescimento da produção e a soma ponderada do crescimento dos factores.

BARRO e SALA-I-MARTIN (1995) explicam o fenómeno do crescimento económico, mundial e doméstico, e a disparidade dos níveis de rendimentos começando no modelo de crescimento de SOLOW e modificando-o de forma a incorporar poupanças

endógenas, horizontes finitos, crescimento endógeno (através do aumento do capital humano, expansão da variedade da produção e aumento da qualidade da produção, respectivamente) e difusão da tecnologia.

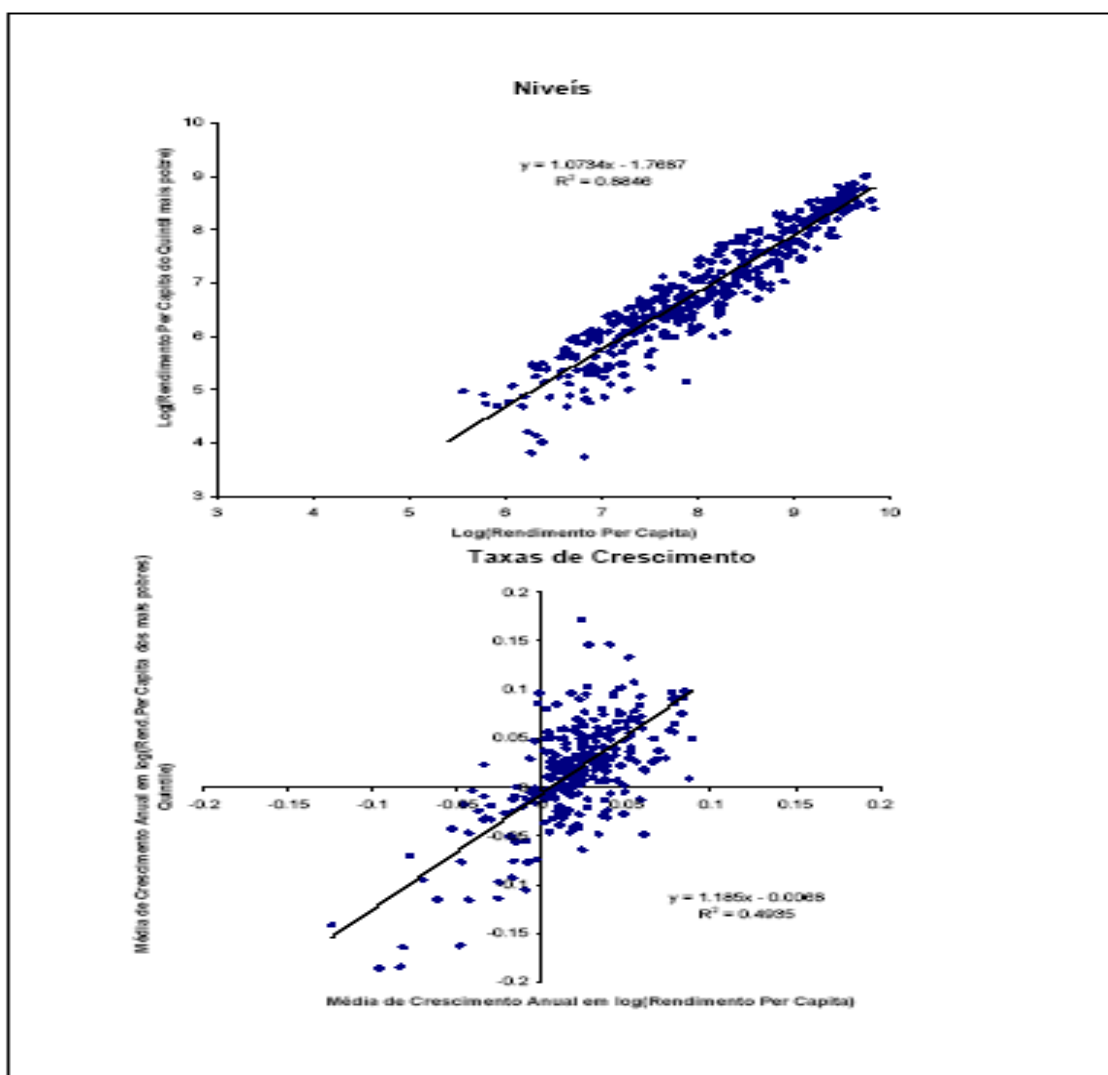
As diferentes explicações teóricas para o fenómeno do crescimento económico têm em comum a introdução de algum tipo de capital cuja acumulação ultrapassa a diminuição marginal (rendimentos decrescentes) da acumulação de capital físico. No caso de países que alcançaram um rápido crescimento económico podemos observar a transferência tecnológica recebida, o IDE e a existência local ou imigração de mão-de-obra especializada. No entanto, podem ser observados países em que surgiram ineficiências inibidoras do crescimento económico rápido porque grupos poderosos podem impedir a economia de usar novas tecnologias (HOLMES e SHMITZ, 1995), devido à corrupção governamental que conduz à economia de procura de rendas e devido a barreiras ao comércio que reduzem a variedade e qualidade dos factores produtivos importados. Um estudo recente (BLEANEY e NISHIYAMA, 2002) tenta sintetizar vários modelos de crescimento, apresentando variáveis explicativas que assumem valores extremos para os países da OCDE e da África subsaariana, que são também os países que têm os mais fortes e mais fracos desempenhos em matéria de crescimento económico.

2.1.1 - O Crescimento é bom para os pobres

DOLLAR e KRAY (2000) afirmam que o rendimento médio dos 20 por cento mais pobres da sociedade, crescem proporcionalmente ao rendimento total da sociedade. Eles também afirmam que várias determinantes do crescimento económico (nomeadamente: boa aplicação da lei, abertura ao comércio internacional e o desenvolvimento dos mercados financeiros) têm pouco efeito sobre a partilha do

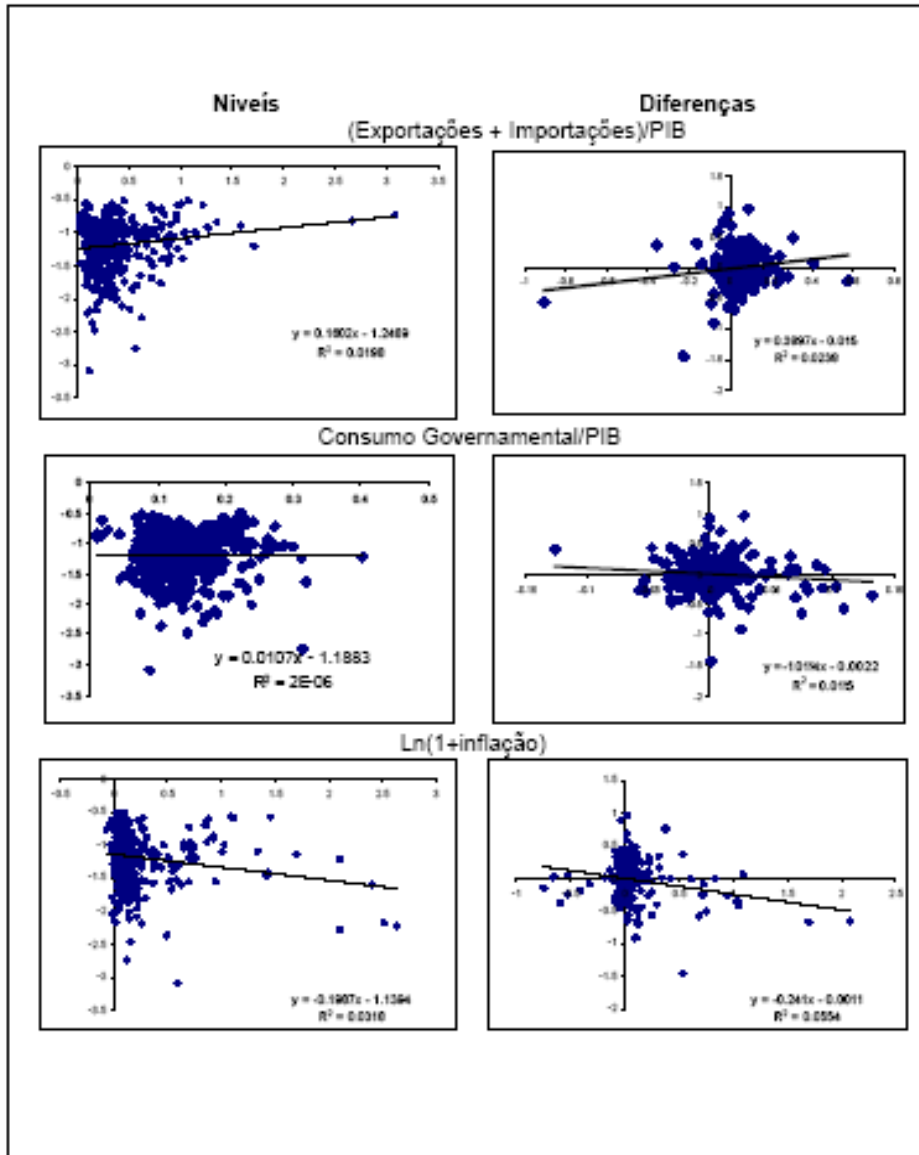
rendimento que chega aos 20 por cento mais pobres. Consequentemente (DOLLAR e KRAAY, 2000) afirmam que estes factores do crescimento beneficiam os mais pobres da mesma maneira (proporcional) que beneficiam o resto da sociedade, como mostra a figura nº 4. Assim, concluem que se queremos ajudar os mais pobres devemos ajudar o crescimento de toda a economia da sociedade alvo.

Figura nº 4: Crescimento e pobres



Fonte: DOLLAR e KRAAY (2002)

Figura nº 5: Determinantes do Crescimento e rendimento dos pobres



Nota: Cada Painel mostra a correlação em níveis e em diferenças entre o logaritmo do primeiro quintil (no eixo vertical) e o determinante do crescimento indicado (no eixo horizontal).

Fonte: DOLLAR e KRAAY (2002)

Outro estudo (CRAFTS, 2000) argumenta que para a China e a Índia, ou seja um terço da população mundial, o crescimento económico levou à melhoria do rendimento da parte mais pobre da população, concluindo que apenas sob um crescimento inconcebível da inequidade, o crescimento económico não beneficiaria os mais pobres. A melhoria das condições de vida devida ao crescimento económico ultrapassa o efeito do aumento da inequidade e qualquer mecanismo através do qual inequidade gere crescimento é empiricamente irrelevante.

PERSSON e TABELLINI (1994) afirmam que a falta de equidade dificulta o crescimento económico. Numa sociedade onde exista um conflito distributivo importante, as decisões políticas produzem políticas económicas para redistribuir os rendimentos, no entanto esta verificação empírica de PERSSON e TABELLINI só se verifica em estados democráticos. O crescimento económico é largamente determinado pela acumulação de capital, capital humano e conhecimento produtivo. Numa sociedade onde exista um importante conflito sobre a distribuição do rendimento, as políticas adoptadas tenderão a evitar a acumulação de capital, impondo restrições à livre apropriação de capital pelos privados.

2.1.2 - Abertura comercial e crescimento

O efeito da liberalização do comércio sobre o crescimento económico é provavelmente o mais estudado de todos os efeitos sobre o crescimento.

As ligações teóricas entre liberalização e crescimento têm sido objecto de muitos estudos recentes.

Em condições de liberalização financeira, um aumento da liberalização comercial, resulta num alargamento dos sectores exportadores, o que pode levar à redução do

prémio de risco que os credores externos exigirão para emprestar a essa economia. Isto, segundo a teoria neoclássica, resulta num aumento do stock de capital nessa economia e consequentemente num mais rápido crescimento económico. A implicação teórica é que a liberalização comercial deve induzir não apenas um aumento do nível de rendimento mas também um aumento na taxa de crescimento económico. Muitos estudos empíricos apoiam esta teoria. Observemos dois deles.

O primeiro estudo (DOLLAR, 1992) considera como uma definição relevante de abertura comercial a combinação de um regime comercial liberal com uma taxa de câmbio real estável. A justificação é que um regime comercial distorcido resultaria numa apreciação da taxa de câmbio real e, assim, num nível de preços artificialmente elevado. De acordo com a sua conjectura, DOLLAR (1992) afirma que os países asiáticos em desenvolvimento tendem a ter regimes comerciais mais liberais do que os países africanos que, nesta medida, são os menos liberais.

O segundo estudo é o de SACHS e WARNER (1995). Este estudo considera os factores que levam alguns países com baixos rendimentos per capita a atingirem taxas de crescimento superiores aos países ricos e portanto convergirem com estes. SACHS e WARNER (1995) argumentam que duas condições são decisivas para um país crescer rapidamente:

- A preservação dos direitos da propriedade privada;
- A abertura comercial.

A metodologia deles consistiu na divisão dos países estudados (ao todo 117) em dois grupos. O grupo dos que obedeceriam às duas condições e o grupo dos que não se enquadravam nestas condições. A conclusão a que chegaram foi que o grupo de países que preenchia estas duas condições cresceu muito mais rápido que o segundo.

Outra visão é a de RODRIK (1999) que, critica a afirmação de que países que se “abriram” à globalização tiveram um desempenho melhor do que aqueles que não adoptaram políticas liberais. RODRIK analisa os indicadores de política comercial e diz que não há evidência empírica de que os países que liberalizaram a sua política comercial se saíram melhores do que aqueles que mantiveram algumas medidas restritivas, chegando mesmo nalguns casos a observar o efeito oposto.

RODRIK afirma que, os estudos que fazem a ligação entre abertura comercial e crescimento baseiam-se em indicadores não apropriados para a análise da política comercial, seleccionados com enviesamentos sistemáticos dos resultados, com o objectivo de demonstrar uma ligação quantitativa estatisticamente significativa entre liberalização comercial e crescimento económico. Rodrik acusa a literatura neoliberal de usar métodos impróprios e que só se justificam pela necessidade de obter resultados que justifiquem esse tipo de políticas, com as quais esses autores estão comprometidos.

Para ultrapassar as dúvidas sobre esta questão podemos analisar o que acontece quando os países em desenvolvimento liberalizam o comércio e participam mais no sistema comercial mundial. Os países que se abriram ao exterior desde o início dos anos oitenta obtiveram, na maior parte dos casos, um aumento na sua taxa de crescimento económico e uma redução na pobreza, pelo que a abertura comercial ao exterior parece beneficiar os países em desenvolvimento.

2.1.3 - Taxa de câmbio e crescimento

A redução das restrições à entrada de capitais pode gerar recursos adicionais para investimento, mas a redução das restrições às saídas de capitais pode paradoxalmente gerar o mesmo aumento de recursos para o investimento porque asseguram aos credores externos que poderão repatriar os seus fundos quando

desejarem e afirmam aos investidores domésticos e externos que o capital estará menos sujeito a taxaço.

Um efeito mais subtil reside no aumento de liquidez proporcionado aos residentes no país pela integração dos mercados financeiros domésticos e externos podem induzi-los a preferirem investimentos produtivos em relação ao realce da liquidez dos investimentos.

2.1.4 - Integração financeira e integração comercial

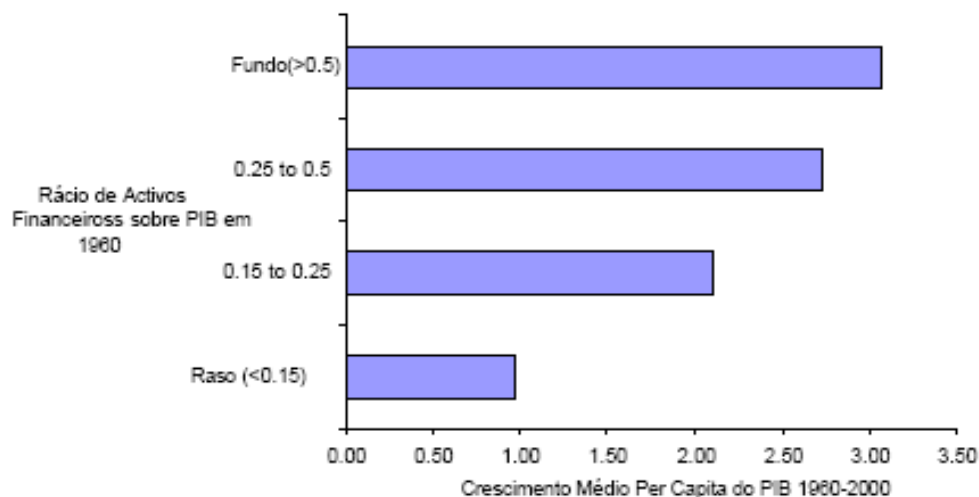
A integração financeira e a integração comercial estão associadas ao processo de globalização, importando analisar os efeitos de ambas sobre as economias dos países em desenvolvimento.

Em princípio, a globalização financeira permite o aumento das poupanças internas destinadas a financiarem o desenvolvimento. O fluxo de capitais Norte-Sul beneficia ambos os grupos, pois estes fluxos permitem um aumento do investimento nos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que permitem uma maior rendibilidade do capital do que seria possível nos países ricos.

A atracção de IDE tem um potencial de geração de “spillovers” tecnológicos e de conduzir a melhores políticas. Parece haver uma relação entre a opção pela globalização financeira e o aumento do nível de desenvolvimento económico. Por um lado, os países ricos são mais integrados financeiramente com a economia global do que os países em desenvolvimento. Por outro lado, entre os países em desenvolvimento, as economias mais integradas financeiramente cresceram mais rápido do que as menos integradas, durante as últimas três décadas. A figura nº 6 relaciona o crescimento médio do PIB per capita, durante as últimas quatro décadas e o estado de desenvolvimento (aprofundamento) em que se encontrava o mercado financeiro de cada país no momento

de partida, no caso 1960, concluindo-se que quanto maior o desenvolvimento inicial do mercado financeiro³ melhores condições existem para o crescimento económico.

Figura nº 6: Aprofundamento do Mercado Financeiro e Crescimento



Fonte: OCDE (2004)

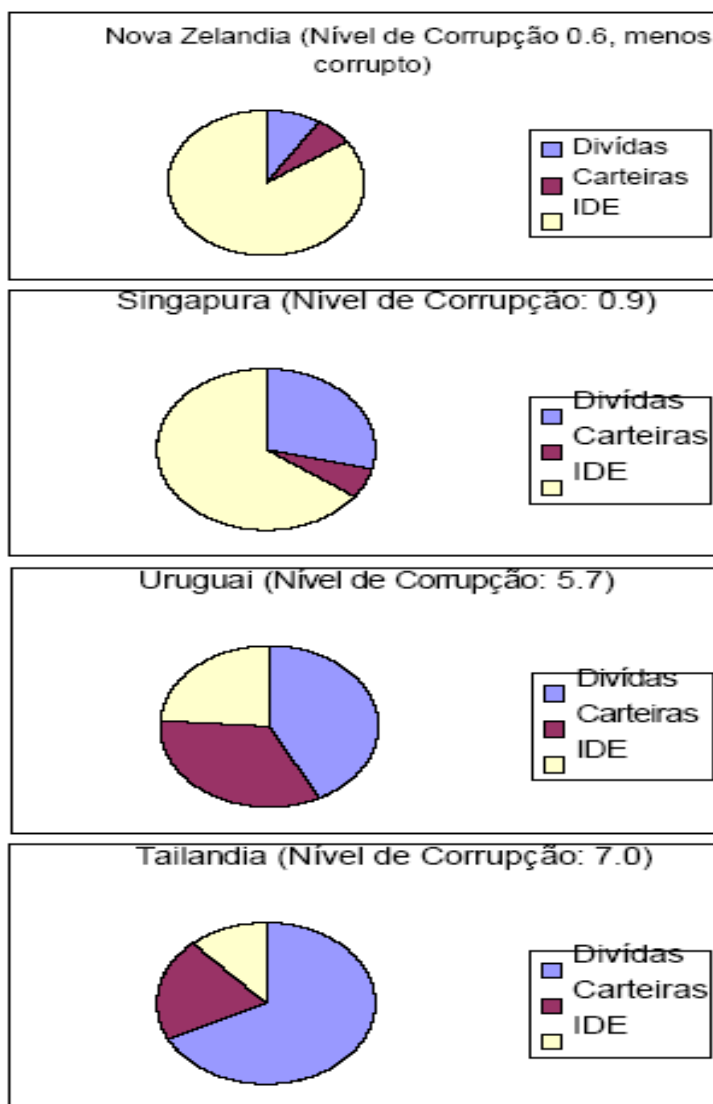
Os efeitos benéficos da globalização financeira são mais visíveis nos países em desenvolvimento com maior capacidade de absorção. A capacidade de absorção de um país corresponde à quantidade de recursos financeiros que o país consegue utilizar para obter crescimento económico. Os países necessitam de aumentar a sua capacidade de absorção de recursos financeiros se pretendem obter vantagens da globalização financeira.

A boa governação é um factor decisivo, condicionante da capacidade de absorção. A corrupção tem um efeito negativo sobre o volume de IDE. O efeito quantitativo da corrupção sobre o IDE é significativo mesmo quando comparado com o efeito negativo dos impostos sobre as empresas (WEI e WU, 2001). Há uma correlação positiva muito

³ Um mercado financeiro desenvolvido é considerado Fundo, enquanto um mercado financeiro incipiente é considerado Raso, termos que remetem para a noção de profundidade do mercado.

forte entre corrupção e uma má governação no sector público dos países em desenvolvimento. Países com uma má governação e com muita corrupção tendem a ter uma estrutura de entrada de capitais com um ligeiro peso relativo de IDE e um peso exagerado de créditos de bancos estrangeiros. Isto mesmo fica claro na figura nº 7, em que o peso do IDE no total das entradas de capitais vai diminuindo à medida em que aumenta o nível de corrupção do país, ao contrário do peso das dívidas externas.

Figura nº 7: Qualidade da Governação e a Composição dos Fluxos de Entradas de Capitais



Fonte: WEI e WU (2001)

A governação não é o único elemento determinante da capacidade de absorção de um país em desenvolvimento mas é um dos mais importantes (MAURO, 1995).

A composição das entradas de capital e a maturidade da dívida externa estão associadas com a maior vulnerabilidade aos riscos da globalização financeira. O acesso ao mercado mundial de capitais pode levar ao endividamento excessivo, especialmente no caso desse capital ser gasto em investimento não produtivo.

Há alguma evidência empírica de que a integração financeira não é uma condição necessária para atingir uma alta taxa de crescimento. A China e a Índia obtiveram altas taxas de crescimento económico apesar de limitações à liberalização financeira. Enquanto a China se abriu ao IDE, não abriu as suas portas a outros tipos de fluxos de capital. Por outro lado, podemos referir o exemplo das Maurícias que conseguiu atingir altas taxas de crescimento apesar de estar relativamente fechado a fluxos financeiros.

A integração financeira também não é uma condição suficiente para o crescimento económico. A Jordânia e o Peru são exemplos de países que se abriram aos fluxos de capital neste período das últimas três décadas e as suas economias declinaram em vez de crescerem.

O aprofundamento do mercado financeiro do país e a sua relação com o crescimento económico pode ser estimado através das regressões e estudos cross-country do crescimento, no qual as medidas alternativas do aprofundamento financeiro do país aparecem como variáveis explicativas.

KING e LEVINE (1993) defendem a existência de uma ligação entre o aprofundamento do mercado financeiro do país e o crescimento económico de longo prazo, baseados no aumento dos recursos financeiros disponíveis para potenciar o crescimento económico.

Existe maior evidência de que a integração comercial melhora as condições de vida do que a integração financeira (WEI e WU, 2001).

2.1.5 - O consenso de Washington

A expressão “consenso de Washington” refere-se ao mínimo denominador comum de um conjunto de políticas que foram recomendadas aos países da América Latina, nos finais dos anos oitenta, pelas instituições financeiras internacionais baseadas em Washington. O consenso de Washington baseia-se na premissa de que a liberalização e privatização dos mercados financeiros, a prudência fiscal e o comércio livre proporcionam crescimento económico. Para atingir um elevado crescimento económico é necessário aumentar o investimento e conseqüentemente é imperioso obter recursos para financiar o desenvolvimento. O consenso de Washington prevê que a melhor maneira de criar condições para o financiamento do desenvolvimento é alargar e aprofundar o sector financeiro, o que só será possível pela liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros o que, permitirá não só o desenvolvimento dos mercados de capitais mas também a entrada de bancos estrangeiros e a introdução do sistema de off-shore.

O pensamento neoliberal manteve-se dominante durante os anos oitenta e noventa mas foi crescentemente desafiado por Keynesianos, pós-Keynesianos, Estruturalistas e Institucionalistas que observaram contradições entre os modelos neoliberais e as experiências de países em desenvolvimento que liberalizaram os seus sectores financeiros nas últimas duas décadas e que não obtiveram os resultados previstos pelos modelos e gurus neoliberais (STIGLITZ, 2002).

Financiar o desenvolvimento envolve a mobilização de imensos recursos, sejam domésticos ou internacionais, a exploração de ganhos do comércio, promovendo a cooperação financeira internacional, envolvendo a transferência de fundos entre países, sectores, instituições, famílias e indivíduos. A mobilização e afectação de recursos para fins diversos implica a determinação de quem assume o controlo desses recursos o que

pode alterar as estruturas de poder das sociedades locais, nomeadamente a posição relativa de poder entre o governo e o sector privado, investidores estrangeiros e países receptores, empresas e trabalhadores, etc. Neste sentido as estratégias de financiamento do desenvolvimento têm uma dimensão social não desprezível.

2.2 – Sobre a Ajuda

É cada vez maior o reconhecimento de que a APD pode ser muito eficaz na aceleração do desenvolvimento económico se as condições do país receptor e da economia internacional forem favoráveis. Esta posição expressa no Relatório do Desenvolvimento Mundial (BANCO MUNDIAL, 2003) pressupõe a necessidade de aumentar os valores de APD para realizar os Objectivos do Milénio. Em contraste, os fluxos totais de capitais privados para os países em desenvolvimento, incluindo IDE, têm decrescido todos os anos desde o ano 2000, traindo as esperanças num papel decisivo nas entidades privadas como suporte do desenvolvimento. Enquanto, algum aumento dos fluxos privados é plausível, como resultado da recuperação da economia mundial, um aumento substancial, especialmente comparável às necessidades dos países em desenvolvimento é muito improvável. Ainda por cima, a evidência empírica revela que, esses fluxos tendem a estar concentrados num número relativamente pequeno de países e que estes não são propriamente os países mais pobres, nem os que mais necessitam destes fluxos de capital, nem estes fluxos são destinados às áreas de que os países em desenvolvimento mais carecem, ou seja Saúde e Educação.

Interessante será o desenvolvimento de parcerias entre o sector privado e os países em desenvolvimento para construção de infra-estruturas numa base de fluxos não concessionados.

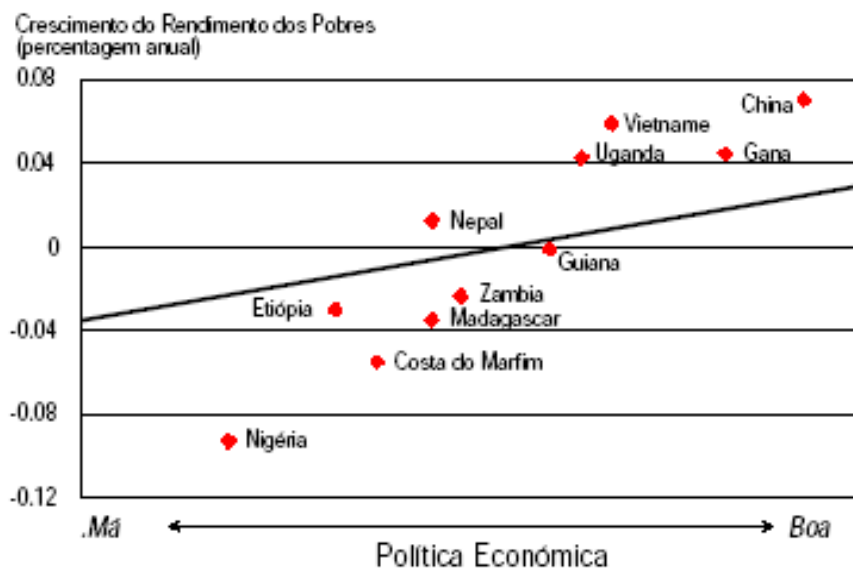
Apesar dos progressos, a dívida externa contínua a constranger muitos países em desenvolvimento e apresenta um desafio à Comunidade Internacional. Os programas na iniciativa HIPC/ PPAE têm sido muito lentos e mesmo nalguns casos, de países que completaram o processo não receberam a ajuda suficiente para remover completamente o obstáculo que a dívida externa representa para o seu desenvolvimento.

Os PMA que reformam têm dificuldades em atrair investimento. Neste caso, a Ajuda pode desempenhar um papel decisivo ao reforçar o efeito favorável de “boas políticas”. Uma das razões pelas quais a Ajuda aumenta o crescimento económico num ambiente de “boas políticas” é que atrai investimentos.

BURNSIDE e DOLLAR (1997) argumentam que o impacto da Ajuda no crescimento depende da qualidade do regime de incentivos.

Os resultados de COLLIER e DOLLAR (1999) sugerem que os países doadores podem decidir quem obtém crescimento económico através da sua afectação da Ajuda. Para maximizar a redução da pobreza, a Ajuda devia ser destinada a países com muita pobreza e com “boas políticas”. A presença de pobreza em larga escala é obviamente necessária se queremos que a Ajuda tenha um efeito enorme na redução da pobreza. A ajuda reforça o efeito favorável das “boas políticas” sobre o investimento pois, num ambiente favorável atrai mais investimentos. Uma reafectação da ajuda tomando em consideração as “boas políticas” macroeconómicas e a qualidade da governação conduzirá ao crescimento económico e à redução da pobreza, conseguindo melhores resultados em termos de “efectividade da ajuda” (BURNSIDE e DOLLAR, 2000). A figura nº 8 mostra a relação entre a adopção de “boas políticas” e um maior crescimento do rendimento dos mais pobres.

Figura nº 8: Crescimento do Rendimento dos Pobres e Política Económica nos anos 90



Fonte: Collier e Dollar (2001)

A utilidade da Ajuda externa tem sido criticada tanto pela Direita como pela Esquerda. Os Conservadores defendem que a Ajuda suporta governos ineficientes que criam um mau ambiente para a actividade económica. Do outro lado, a Esquerda argumenta que a Ajuda desencadeou políticas de ajustamento estrutural, muitas vezes contra a vontade dos países receptores, sem que essas políticas tenham obtido os benefícios prometidos. Num ponto as várias críticas coincidem, alguns países receberam montantes elevados de Ajuda durante períodos longos e têm muito pouco para mostrar, quer seja em termos de crescimento económico quer seja redução da pobreza.

Os fluxos de APD têm o potencial de contribuir para a melhoria do desempenho macroeconómico dos países receptores, mas podem ter, em certas circunstâncias, consequências estruturais indesejáveis. Largas somas de APD, tal como a expansão acelerada de outros recursos disponíveis têm sido associados ao aumento de pressões inflacionistas e à apreciação das taxas de câmbio nos países receptores. Uma apreciação

da taxa de juro e o conseqüente declínio das exportações que podem ser induzidas pelos fluxos enormes de APD têm sido comparados a sintomas de “Dutch disease”⁴. No entanto, a maior parte dos países em desenvolvimento está longe de cumprir uma das condições da teoria da “Dutch disease” que é a do total emprego dos factores de produção do país, o que levanta questões para muitos países que sofrem de um alto desemprego estrutural e de ineficiência no uso dos factores produtivos, e mesmo assim apresentam sintomas de “dutch disease”.

2.3 – Investimento Directo Estrangeiro

A globalização da economia mundial permitiu aos países em desenvolvimento desempenharem um papel de crescente importância no Comércio Internacional. Desde o início dos anos oitenta, a percentagem de exportações mundiais que vem dos países em desenvolvimento duplicou de 10 para 20 por cento. Mais de um terço do IDE destina-se a estes países e segundo projecções do Banco Mundial, a percentagem de comércio mundial e da produção mundial poderá passar para 50 e 30 por cento, respectivamente, em 2020.

O IDE é um ingrediente chave para o crescimento económico nos países em desenvolvimento. Isto deve-se a que a essência do desenvolvimento económico é a

⁴ A expressão “Dutch disease” foi usada para descrever o impacto adverso sobre a indústria holandesa do aumento dos rendimentos resultantes da descoberta de gás natural, nos anos 60, na Holanda e que se traduziu essencialmente na apreciação da taxa de câmbio holandesa. Esta expressão tem sido usada depois dessa data em referência a alterações estruturais adversas numa economia, em resultado de um choque associado com factores produtivos, como por exemplo uma alteração profunda nos termos de troca ou um grande fluxo de entrada de capitais, incluindo os da Ajuda. A “Dutch disease” caracteriza-se, principalmente, pela apreciação da taxa de câmbio e pelo recuo do sector exportador. No caso do aumento dos fluxos da Ajuda, verifica-se que o sector público, receptor da Ajuda, esvazia o sector privado através das despesas públicas crescentes relacionadas com a Ajuda, concorrendo pela utilização dos recursos disponíveis na sociedade.

rápida e eficiente transferência e adopção de “melhores práticas” para lá das fronteiras (KLEIN, AARON e HADJIMICHAEL).

O IDE está vocacionado para ter este efeito e para melhorar a preparação do capital humano. Como o crescimento é o factor mais importante para uma estratégia de redução da pobreza, o IDE é fundamental para atingir esse objectivo.

Para um país beneficiar da entrada de IDE é necessário que satisfaça alguns requisitos, tais como:

- Existência de um ambiente de competitividade no mercado doméstico, pois incentiva a melhoria da produtividade pelo avanço da tecnologia e da gestão;
- Capacidade doméstica para explorar o IDE. Uma melhor qualidade da mão-de-obra e de infra-estruturas num país ajuda a explorar o benefício potencial do IDE;
- Ajustamentos das normas ambientais e sociais. Os governos precisam de ajustar as normas para estarem de acordo com as normas do mundo envolvente, em particular dos países originários de IDE;
- Prudente gestão dos ganhos obtidos com a exploração de recursos naturais, tais como minerais e petróleo que, podem ter efeitos perversos para a estabilidade macroeconómica do país.

2.4 – Financiamento do Investimento

Muitos países são demasiado pobres e/ou estão demasiado endividados para financiarem a sua transição para uma situação de desenvolvimento sustentável e nalguns casos as transferências de fundos de poupança doméstica em direcção aos países desenvolvidos, muitas vezes fundos apropriados pelas elites locais, com base em

corrupção e outros meios ilegais, leva à necessidade de fundos externos para financiarem o seu desenvolvimento.

As diferenças de bem-estar, expressas nomeadamente em rendimentos per capita, entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento levaram a uma ideologia dominante que reclama transferências financeiras do mundo desenvolvido para os países pobres. Os argumentos avançados pelos defensores desta posição baseiam-se na redução da pobreza e do sofrimento humano, recompensando governos honestos e eficientes que adoptaram “boas políticas”. O próprio Banco Mundial afirma que “não vale a pena destinar grandes somas de dinheiro para países que, tenham más políticas”.

Os críticos dos programas de ajuda afirmam que, ao contrário das boas intenções dos países doadores, governos corruptos que seguem “más políticas” recebem tanto ou mais Ajuda do que governos honestos (ou menos corruptos). Além disso, a assistência financeira, muitas das vezes, não chega àqueles que verdadeiramente precisam, sendo desperdiçada em consumo público ineficiente e/ou apropriada ilegitimamente por elites locais corruptas.

A crítica à ideologia da Ajuda assenta ainda num outro argumento, o de que a ajuda externa cria condições para um aumento da corrupção entre os grupos e facções locais que estão em condições de se apoderarem da parte de leão dos recursos postos à disposição dos países pobres, é o chamado “efeito de voracidade”. A relação entre ajuda externa e corrupção doméstica é, em muitos países, notória. Os países menos transparentes, onde a existência de corrupção parece evidente, não recebem menos ajuda externa do que governos menos corruptos.

Os clientes internacionais da ajuda, socorrem-se frequentemente dos países colonizadores que sentem a necessidade de apoiar as suas antigas colónias, sem observarem a transparência com que os fundos doados são aplicados.

Os doadores distribuem a sua ajuda, principalmente, em função de considerações estratégicas e não pelas reais necessidades dos países receptores (ALESINA e DOLLAR, 2000).

A corrupção num país em desenvolvimento está correlacionada com outras características, como a pobreza e o fraco desenvolvimento institucional, o que pode ser observado pelos doadores quando decidem sobre a afectação da sua ajuda.

Os doadores pretendem distribuir fundos rapidamente e mostrar resultados visíveis no imediato, para contentar apoiantes e/ou contribuintes. Um estudo recente elaborado num país do Sahel, mas que poderia ser aplicado noutra qualquer, mostra que estas necessidades podem ser incompatíveis com a redução da pobreza (PLATTEAU e GASPART, 2003). Quando os doadores são impacientes, quando competem, com agências semelhantes, pelos bons projectos, quando não têm capacidade de monitorizar as actividades no terreno, os doadores podem escolher grupos particulares para trabalharem com eles, arriscando-se à captura dos fundos doados que podem ir parar às mãos de elites locais corruptas. Doadores impacientes podem até fazer com que os doadores pacientes atribuam maior peso a resultados rápidos, minando as perspectivas de redução da pobreza. Isto torna-se um problema sério pois, enquanto elites malévolas cativam os fundos dos doadores para ganhos privados, nos países desenvolvidos é cada vez mais comum falar-se em “fadiga da ajuda”.

Normalmente, os países em estádios iniciais e médios de desenvolvimento necessitam de entradas de recursos financeiros que complementem as poupanças domésticas para financiar o investimento. Ao contrário, todos os anos desde 1997, os países em desenvolvimento como um todo fizeram, mais do que receberam, transferências de capital. Entre as fontes destas transferências encontramos não só reservas em moeda estrangeira, especialmente da parte de países com excedentes comerciais, mas também

fluxos de capitais de alguns países que receberam entradas de capital necessárias para financiarem o seu desenvolvimento. Neste caso, muita da poupança doméstica que devia financiar o investimento em países em desenvolvimento, foi desviada para o exterior e acabou por servir em grande parte para financiar os défices dos EUA.

A apropriação de recursos (incluindo os recursos que resultam da ajuda externa) pelas elites locais dos países em desenvolvimento que, os voltam a transferir para os países desenvolvidos, leva a uma falta de capital em muitos países em desenvolvimento para financiar o investimento e conseqüentemente o crescimento económico.

O impacto dos fluxos de capital Norte-Sul depende do investimento nacional e do comportamento das poupanças, quer na origem quer no destino dos fundos e na relação destes com os fluxos de comércio. Por exemplo, fluxos de ajuda financiados pelos impostos podem expandir a economia mundial. De qualquer forma, as saídas de fundos do Norte reduzem a procura pelas importações de produtos do Sul, ou aumenta o consumo nos países do Sul, assim os resultados finais podem ser muito diferentes dos antecipados.

O acesso dos países menos desenvolvidos ao crédito bancário internacional dependerá não apenas da sua capacidade para obter crédito, mas também da política monetária dos países do Norte e do efeito deste endividamento no comércio. Numa economia mundial composta por economias estruturalmente distintas e diferentes graus de controlo nacional sobre os preços, os ajustamentos económicos aos desequilíbrios nos mercados de bens e de capital são caracterizados por uma não equitativa distribuição dos custos conseqüentes pelas regiões (FITZGERALD, 1994).

2.5 – Boa Governação

Recentes estudos empíricos mostraram que as políticas seguidas pelos países são determinantes para o crescimento económico e para a partilha mais equitativa dos benefícios do crescimento, especialmente observáveis nos rendimentos dos 20 por cento mais pobres da população dos países em desenvolvimento. Neste aspecto são de realçar os trabalhos de BURNSIDE e DOLLAR (2000) e de DOLLAR e KRAAY (2000) que, obtêm uma correlação positiva entre a qualidade da política económica e o crescimento dos rendimentos dos 20 por cento mais pobres da população dos países em desenvolvimento. Estes países com “boas políticas” fizeram também grandes progressos em termos de desenvolvimento humano, como por exemplo em educação primária e redução da mortalidade infantil.

COLLIER e DOLLAR (2001) concluíram que a “efectividade da ajuda” e a qualidade das políticas são correlacionadas positivamente. Segundo eles, num país com boas políticas, a ajuda duplicou o impacto no investimento (um aumento marginal de 1 por cento de PIB em ajuda resulta num aumento marginal de 0,9 por cento do investimento) em comparação com o impacto da ajuda num país com “más políticas”. Daqui resulta, obviamente, que países com muita pobreza e com “boas políticas” deviam receber um aumento na ajuda externa. COLLIER e DOLLAR (2001) mostram que se a pobreza e a qualidade das políticas forem tomadas em conta quando da distribuição da ajuda, a efectividade da ajuda poderá aumentar sensivelmente para o dobro. Eles estimam que, 19 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza todos os anos, em vez dos actuais 10 milhões de pessoas por ano, mas concluem também que, se a comunidade internacional ajudasse os países com “más políticas” a adoptarem políticas melhores, os resultados em termos de redução da pobreza seriam muito melhores. A conclusão de COLLIER e DOLLAR (2001) é a de apoiar os países em desenvolvimento que tenham demonstrado

a sua capacidade, através de “boas políticas” para usar a ajuda e apoiar os países que precisam e querem a ajuda para alterarem as suas políticas de forma a aumentarem a possibilidade de crescerem e de melhorarem os níveis de desenvolvimento humano.

BURNSIDE e DOLLAR (1997) afirmam que as “boas políticas” asseguram que a ajuda tem um impacto positivo mas que aumentos na ajuda não costumam resultar em melhores políticas. Eles defendem que a relação óptima entre ajuda e políticas é precisamente a oposta à actual. Mas, mesmo com a afectação actual da ajuda, consegue-se muito em termos de redução da pobreza, estimando em 16 milhões de pessoas que superam a pobreza todos os anos devido à ajuda. No entanto, eles acreditam que uma melhor afectação da ajuda levaria à saída da pobreza de 9 milhões de pessoas adicionais.

BURNSIDE e DOLLAR (1997) calculam que um aumento na ajuda de 10 mil milhões de dólares representaria a saída da pobreza para 2 milhões de seres humanos, mas um aumento na eficiência da ajuda resultaria na saída da pobreza de 7 milhões de pessoas. Segundo eles, seria justificável a mudança de objectivo da redução da pobreza, em países onde houvesse provas de que a ajuda induziria melhores políticas.

Num ambiente doméstico de “boas políticas” monetária, orçamental e comercial, um país que receba uma grande quantidade de ajuda cresce muito mais rápido. Dentro do grupo de países com “boas políticas”; os países com rendimentos médios crescem mais do que aqueles com rendimentos altos (SACHS e WARNER, 1995).

Os países menos avançados (PMA) crescem pouco mesmo em ambientes de “boas políticas”, talvez devido a outras características (BURNSIDE e DOLLAR, 1998).

TAMMILEHTO (2003) contesta esta visão pois afirma que as “boas políticas” reconhecidas pelas instituições financeiras internacionais em geral e pelo Banco

Mundial em particular, mais não são do que a realização das prescrições neoliberais, defendendo uma postura pós-consenso de Washington.

Ele afirma que os interesses das elites locais são muitas vezes diferentes dos interesses dos pobres, senão mesmo totalmente opostos. Estas elites que trabalham como parceiras das organizações internacionais, uma vez que detêm o poder local, tendem a ser normalmente corruptas. A privatização de muitos serviços e empresas públicas aumentou ainda mais a acção corrupta das elites locais criando confusão entre os interesses públicos e privados.

WEI (1998) revelou evidência estatística de que países com altos níveis de corrupção têm um fraco desempenho económico. A corrupção reduz o investimento doméstico, reduz o IDE, exagera as despesas públicas, distorce a composição das despesas públicas, afastando-as da educação, saúde e de investimentos infra-estruturais e beneficiando projectos públicos menos eficientes mas mais manipuláveis. Apesar de tudo, a ideia de que o suborno pode olear a máquina comercial e fazer andar os burocratas, sendo portanto positivo, ainda é ouvida de vez em quando.

Paralelamente à corrupção, outra atitude que provoca danos ao desenvolvimento económico é a procura de rendas, porque desperdiça recursos e pode contribuir para a ineficiência económica (BHAGWATI, 1974). Estas rendas correspondem a rendimentos obtidos em excesso de todos os custos relevantes, incluindo a taxa de retorno dos activos investidos. A procura de rendas é o esforço para adquirir ou controlar oportunidades de ganhar estas rendas. Este tipo de rendas não são apenas o resultado de regras ineficientes mas também são a fonte dessa ineficiência. Em qualquer caso, numa economia onde a procura de rendas está mais ou menos generalizada não haverá muito espaço para a inovação nem para novas combinações produtivas, uma vez que a energia de quem tem o poder está concentrada na obtenção de rendas.

A apropriação dos direitos de uso e propriedade sobre recursos naturais dos países em desenvolvimento (e no caso dos países em transição, onde a apropriação dos recursos do país pelos oligarcas russos quando do processo de liberalização é bem conhecido) é uma das formas mais vulgares de procura de rendas por altos decisores públicos. As indústrias mineira e petrolífera fornecem bons exemplos disso mesmo, tal como o caso de África, com a exploração do petróleo e dos diamantes, bem conhecido dos portugueses.

A falta de transparência de uma economia/sociedade torna mais provável a ocorrência de crises financeiras que comprometerão o crescimento económico e causarão sofrimento humano desnecessário, como podemos concluir dos trabalhos de MEHREZ e KAUFMANN (1999) e de WEI e WU (2001).

Nos países com baixos níveis de transparência, os fluxos de IDE destinam-se essencialmente à exploração de indústrias extractivas. Como regra, a corrupção impõe custos excessivos a quem quer fazer negócios, o que diminui os fluxos de entrada de IDE (KLEIN, AARON e HADJIMICHAEL).

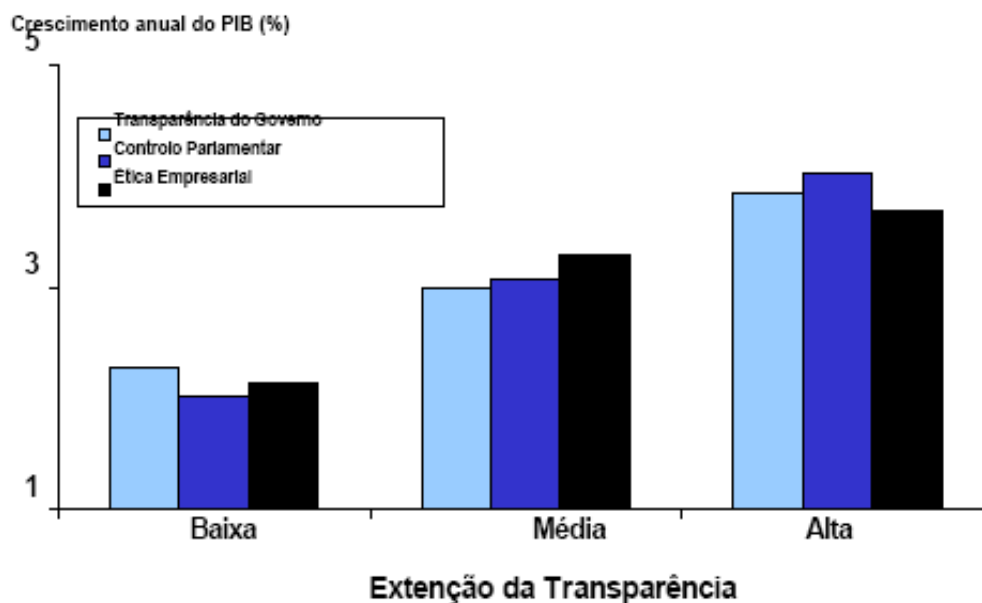
Um outro estudo (CARLSSON e HERNANDEZ, 2002) sugere que as políticas macroeconómicas são um determinante fundamental da composição dos fluxos de capitais.

Há alguma evidência empírica de que os efeitos do IDE sobre o crescimento dependem do nível do capital humano no país receptor. Para países com fraco capital humano, o IDE tem na melhor das hipóteses um pequeno efeito positivo sobre o crescimento económico. Por outro lado, em países com recursos humanos bem preparados, o IDE promove o crescimento. Assim, podemos pensar na capacidade de absorção de IDE em termos de capital humano, além da qualidade da governação e das políticas macroeconómicas.

WEI e WU (2001) encontraram forte evidência empírica de que uma fraca governação pública está associada a um mais alto rácio dívida externa/IDE. Esta composição dos fluxos de capital está associada a uma maior incidência de crises financeiras. A corrupção doméstica é outra das causas pelas quais os investidores externos não estão dispostos a denominar dívidas em moeda local. A arquitectura financeira internacional actual torna mais provável que os credores internacionais e os investimentos em carteiras beneficiem de “bail-out” em caso de crise financeira do que os investidores directos estrangeiros.

Existe uma forte relação de causalidade entre melhor governação e melhores resultados de desenvolvimento económico (KAUFMANN, KRAAY e ZOIDO-LOBATON, 1999). Os países com maior transparência governamental, maior controlo parlamentar da acção executiva do governo e uma ética empresarial mais enraizada tendem a crescer mais do que aqueles onde estes factores não estão tão desenvolvidos, como podemos observar na figura nº 9.

Figura nº 9: Transparência e Crescimento do PIB



Fonte: KAUFMANN, KRAAY e ZOIDO-LOBATON (2002)

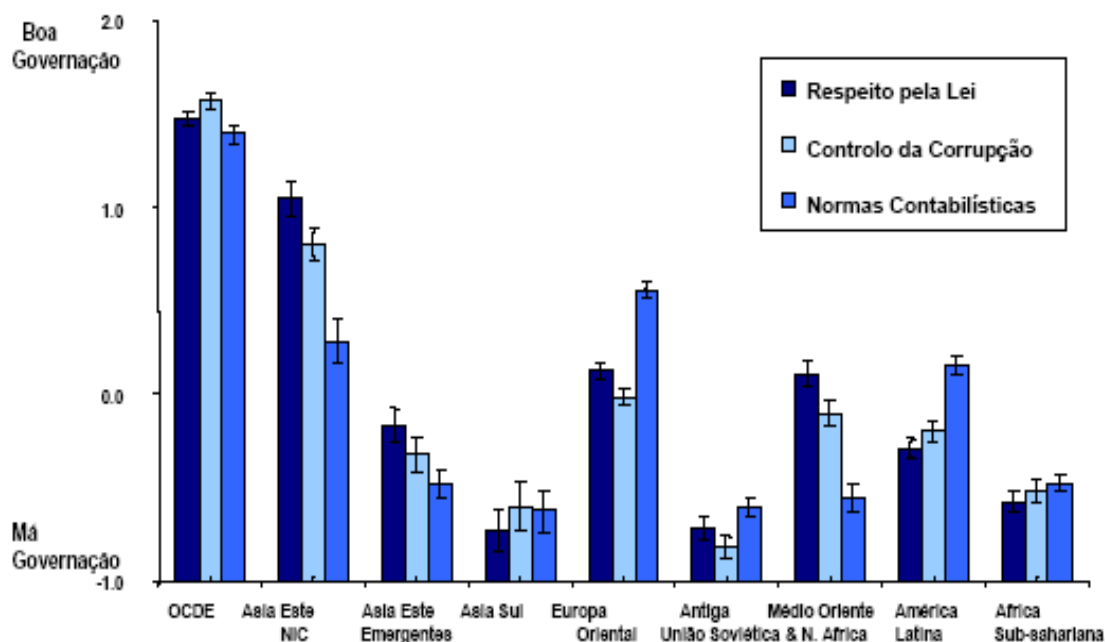
O rendimento per capita e a qualidade da governação são variáveis fortemente correlacionadas. As grandes diferenças de rendimentos per capita resultaram do processo de crescimento dos dois últimos séculos, em que partindo de uma base muito próxima, alguns países cresceram muito enquanto outros cresceram pouco ou mesmo quase nada. KAUFMANN, KRAAY e ZOIDO-LOBATON (2002) atribuem uma parte substancial destas diferenças no desempenho de muito longo prazo do crescimento económico a profundas diferenças históricas da qualidade institucional. Isolando a parte das diferenças actuais de desempenho institucional que podem ser seguidas até às origens coloniais dos países, este estudo identifica um efeito da qualidade institucional original sobre o crescimento económico a muito longo prazo.

Os dados usados para analisar o nível de governação baseiam-se em indicadores compostos a partir de vários indicadores individuais que, são apresentados por organizações variadas (KAUFMANN, KRAAY e ZOIDO-LOBATON, 2002, explicam

detalhadamente a metodologia usada) tais como, agências de rating de risco comercial, organizações multilaterais e ONGs, baseadas em estudos de peritos, empresas e cidadãos, cobrindo um vasto leque de tópicos. Para a corrupção existe ainda outro indicador composto, o da Transparência Internacional (TI) CPI índice, cobrindo cerca de noventa países.

As regiões do mundo onde existe maior respeito pela lei, controlo da corrupção e aplicação das normas contabilísticas, tendem a ser as regiões mais ricas e onde existe maior desenvolvimento económico e social, como podemos observar na figura nº 10.

Figura nº 10: Respeito pela Lei, normas contabilísticas e controlo da corrupção médias regionais, KKZ 2000/01

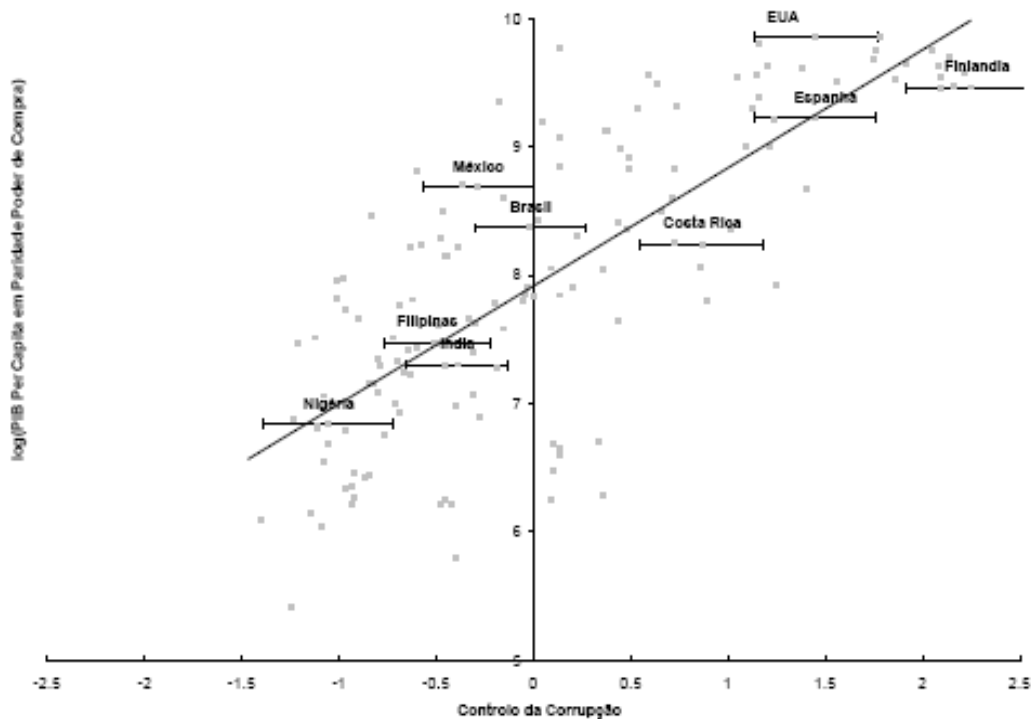


Fonte: Indicadores do Worldwide Governance Research baseados em dados de Kaufmann e Kraay (2002) para 175 países.

Nota: Detalhes em <http://www.worldbank.org/wbi/governance/pubs/growthgov.htm>. Unidades no eixo vertical são expressas em termos do desvio padrão em torno de zero. As médias estimadas por país e por região estão sujeitas a margens de erro, (ilustrada pela linha no topo de cada coluna), o que implica alguma precaução na interpretação das estimativas.

Uma diminuição na corrupção resulta, no longo prazo, num aumento do rendimento per capita, numa redução da mortalidade infantil e em ganhos significantes em literacia, em virtude da existência de uma correlação positiva entre melhor governação e melhores resultados de desenvolvimento económico (KAUFMANN, KRAAY e ZOIDO-LOBATON, 2002). A figura nº 11 mostra que os países com maior PIB per capita são também os que apresentam melhores indicadores de controlo da corrupção.

Figura nº 11: Controlo da Corrupção e Rendimentos Per Capita



Fonte: KAUFMANN, KRAAY e ZOIDO-LOBATON (2002)

3 – Propostas de novas fontes de financiamento

Em 1972, James TOBIN apresentou uma proposta para a criação de uma taxa sobre as transacções cambiais, com o propósito de aumentar a autonomia da política monetária dos países através da restrição dos movimentos de capitais especulativos de curto prazo. O objectivo da taxa Tobin é lutar contra as flutuações excessivas das taxas de câmbio, ou seja as flutuações da taxa de câmbio que não têm relação com a situação da economia produtiva mas que a perturbam. Nos últimos anos, a proposta de Tobin foi largamente debatida, quer na comunidade científica quer nos meios de comunicação. A aplicação de uma taxa Tobin ou de uma taxa tipo Tobin terá efeitos não só sobre o aumento de receitas proporcionadas pela taxa, mas também sobre o comércio, a volatilidade dos mercados financeiros e a autonomia da política monetária.

A implementação desta taxa tornou-se no objectivo central da organização de solidariedade internacional ATTAC, com o propósito de gerar fundos para a ajuda ao desenvolvimento económico do terceiro mundo. O objectivo inicial da taxa proposta por Tobin passou a ser ignorado, sendo a discussão orientada na direcção da proposta da ATTAC. Podemos falar de uma taxa Tobin sobre as transacções cambiais, como proposto por James TOBIN e de uma taxa tipo Tobin sobre as transacções nos mercados financeiros como proposto pela ATTAC. Perante as taxas globais, existe outro tipo de questões que não podemos esquecer, devem as taxas contribuir para acabarem os “males” sobre os quais incidem? Acabando por gerar receitas cada vez mais pequenas e tendendo para zero ou devem maximizar as receitas, acabando por sobreviver à custa da existência desses “males”? Devem os estados obter receitas, aplicando taxas sobre actividades pouco recomendáveis (ainda que não ilegais) como a especulação financeira, ainda que essas receitas sirvam para financiar bens públicos globais? Nenhuma resposta parece ser definitiva.

George Soros apresentou uma proposta com o objectivo de aumentar a ajuda internacional ao desenvolvimento consistindo em emissões de DSE para doação, pelos países ricos, aos países em desenvolvimento. As propostas de novas fontes de financiamento para o desenvolvimento estão profundamente marcadas pela dicotomia direita-esquerda, num contexto de opções políticas reveladoras das posições que cada agente ocupa e que influencia o debate tanto ou mais do que a interrogação sobre a bondade das propostas (ATKINSON, 2003). Os efeitos previsíveis da aplicação de cada uma destas propostas serão objecto de análise neste trabalho.

3.1 – Proposta Tobin de aplicação de uma taxa sobre as transacções cambiais

A análise da taxa Tobin feita pelos Keynesianos tem sido geralmente crítica, afirmando a fraqueza da taxa como solução para a prevenção de crises cambiais, enquanto os neoclássicos afirmam que a taxa aumentaria a volatilidade dos mercados. O reforço da autonomia da política monetária parece ser o principal objectivo de Tobin, enquanto para a ATTAC a criação de uma taxa tipo Tobin prende-se com a necessidade de arranjar uma fonte de financiamento alternativa para a ajuda ao desenvolvimento.

Segundo Tobin, a excessiva mobilidade internacional dos capitais privados é o principal problema do sistema monetário internacional. O estabelecimento da convertibilidade completa entre as várias moedas e a desregulamentação dos mercados financeiros permitiu que os capitais financeiros se movimentassem rapidamente de um país para outro, em busca de uma maior rendibilidade, o que tem um enorme efeito limitador sobre a política monetária de um país. Baixos custos de transacção encorajam a especulação, especialmente sobre as taxas de câmbio, desestabilizando os mercados. Altas flutuações dos preços dos activos e das taxas de câmbio são uma das fontes da

incerteza dos mercados, causando danos ao sector produtivo da economia que necessita de utilizar o mercado cambial para efectuar a contrapartida das transacções de bens e serviços.

Os mercados financeiros ajustam os seus preços mais rapidamente aos sinais internacionais do que os mercados de bens ou de trabalho. Isto significa que as taxas de câmbio (um preço nos mercados financeiros) ajustam-se muito mais rápido a alterações na procura e oferta globais de bens e serviços do que as remunerações do trabalho e do que os preços de bens e serviços. Um aumento na procura de um sector exportador específico de um país tenderá a levar a uma apreciação da taxa de câmbio desse país, em vez de levar a um aumento dos preços relativos desse sector. A apreciação da moeda afectará toda a economia do país, causando efeitos laterais indesejados em outros sectores da economia. Este processo é difícil de mudar e a taxa Tobin não pretende fazê-lo mas a aplicação da taxa Tobin poderia gerar meios para combater alguns dos efeitos laterais, como o desemprego. TOBIN (1978) acreditava que havia necessidade de restringir os movimentos de capitais de curto prazo de forma a permitir ajustamentos na taxa de juro sem alterações simultâneas da taxa de câmbio e sem os efeitos laterais indesejados. TOBIN (1978) apresentou duas soluções para os problemas causados pela mobilidade do capital. A melhor solução seria uma total integração económica global, com uma moeda única comum e com políticas económicas comuns. Nesse caso, os movimentos de capitais não causariam flutuações nas taxas de câmbio e portanto não teriam consequências laterais negativas. De qualquer forma, num regime de moeda única global, a possibilidade de ajustar a taxa de câmbio em resposta a pressões da balança de pagamentos não seria possível. Então, a solução para depressões regionais passaria a requerer que o trabalho possa e queira mover-se para áreas de grande procura, e que exista um mecanismo de ajustamento de preços a funcionar bem. É claro que, esta

solução óptima fica reservada para o futuro. Assim, TOBIN (1978) apresentou uma solução alternativa que consiste na aplicação de uma taxa sobre as transacções cambiais. A taxa criaria uma maior segmentação entre os países, aumentando o espaço para as políticas monetárias nacionais (ou comuns, como no caso da zona Euro).

A globalização financeira permite às economias obterem recursos junto dos mercados financeiros em maior quantidade e a menor custo. No entanto, os mercados financeiros só aceitam este papel se puderem escolher a duração dos empréstimos e se obtiverem uma remuneração do capital pelo menos igual à que poderiam obter no resto do mundo. Se uma economia não satisfaz esta condição, ou seja se a taxa de juro dessa economia é inferior às taxas de juro em vigor no resto do mundo, então não só os mercados financeiros não emprestarão a essa economia, mas também os capitais de curto prazo, já investidos, partirão em busca de uma remuneração mais interessante. Assim, uma política monetária expansionista, com baixa da taxa de juro, ainda que seja possível em teoria, não é viável na prática sob um regime de câmbios flexíveis. Tobin põe em causa o acréscimo da mobilidade internacional de capitais que torna a política monetária ilusória (JÉGOUREL, 2002).

Existe uma outra questão importante que é a da hierarquização dos objectivos da taxa Tobin. Se considerarmos que a taxa tem por objectivo primeiro, diminuir a volatilidade do mercado de câmbios e que a taxa é eficaz, então o resultado da taxa deveria, segundo toda a lógica, ser diminuto. Pois, quanto mais o produto da taxa for importante, mais a taxa terá falhado o seu objectivo, uma vez que isso significará que os movimentos especulativos não terão cessado (JÉGOUREL, 2002). Outra ideia é usar a taxa para maximizar as receitas geradas. Neste caso, a taxa não permitiria (muito provavelmente) estabilizar os mercados cambiais ou aumentar significativamente a autonomia da política monetária mas minimizaria o risco de uma forte contracção do volume do

mercado de câmbios e a base fiscal seria larga e os rendimentos colectados mais elevados.

Os objectivos da introdução da taxa Tobin evoluíram desde os anos setenta. Concebida, na origem, para restaurar uma parte da autonomia das políticas monetárias ameaçadas pela mobilidade dos capitais, a taxa afirmou-se progressivamente como um dos meios de luta contra a volatilidade dos mercados cambiais. Segundo a teoria económica, as taxas de câmbio deviam ser determinadas pelos indicadores fundamentais das economias. Ora, estes indicadores fundamentais das economias são relativamente estáveis, enquanto os dados empíricos sobre as taxas de câmbio flexíveis mostram uma muito maior volatilidade do que os indicadores fundamentais.

Os defensores da ideia de criação de uma taxa sobre as transacções cambiais reconhecem, tradicionalmente, três efeitos: A desconexão das taxas de juro doméstica e externa que, permite fixar a taxa de juro doméstica a um nível diferente da do país estrangeiro sem repercussões na taxa de câmbio; um afrouxamento da velocidade de ajustamento do mercado de câmbios; permite reduzir o número de especuladores, desestabilizadores dos mercados cambiais.

No campo oposto, três tipos de críticas são, tradicionalmente, feitas à taxa Tobin:

- Difícil colocação em prática, devido em primeiro lugar à necessidade de instaurar a taxa de forma multilateral e também devido ao problema da evasão fiscal, seja pelo recurso a produtos financeiros não sujeitos à taxa, seja pelo recurso a praças off-shore;
- Faltam encontrar as modalidades de afectação e de gestão das receitas;
- A eficácia desta medida é contestada. Alguns economistas consideram que as vantagens oferecidas pela taxa estão largamente sobrestimadas. A taxa Tobin não será capaz de evitar ou de parar o desenvolvimento de uma crise cambial. O

proveito que, um especulador retira, tradicionalmente, de um ataque sobre um regime de câmbios fixos é muito superior ao custo que ele suportaria com a aplicação da taxa. Por outro lado, a taxa poderia levar à diminuição da liquidez do mercado cambial, aumentando a sensibilidade das cotações às variações da oferta e da procura, exacerbando a volatilidade deste mercado.

Para os críticos da taxa Tobin, é impossível aplicar a taxa à escala mundial, pois seria necessário que 182 países e 64 a 70 off-shores se pusessem de acordo, não só sobre a ideia de aplicar uma taxa sobre os movimentos de capitais mas também sobre a percentagem da taxa, sobre o modo de colecta e sobre a forma de redistribuição das receitas fiscais que a taxa permitiria obter.

Para os defensores deste projecto, a instauração de uma taxa Tobin não necessitaria da adesão de toda a comunidade internacional, pois o mercado de câmbios apresenta uma concentração geográfica suficientemente forte para que baste a adesão de alguns países, pois 60 por cento da actividade cambial mundial faz-se apenas em quatro centros: Reino Unido; EUA; Japão e Singapura. No entanto, se apenas estes quatro países aplicassem a taxa haveria o enorme risco de deslocalização dos capitais para outros centros financeiros que não aderissem ao projecto de aplicação da taxa Tobin. No mínimo, devia aderir o conjunto de países da OCDE. Outra hipótese seria aplicar a taxa Tobin nas transacções de divisas pertencentes a países que também apliquem a taxa e aplicar uma taxa penalizadora para as transacções com países que não apliquem a taxa, o que os levaria à adopção da taxa, rapidamente. A União Europeia (EU) podia dar os primeiros passos nesta direcção. No entanto, a EU, exceptuando o Reino Unido, representa apenas 17 por cento do total do mercado cambial mundial pelo que a EU sozinha pouco pode fazer. Será necessária uma abordagem multilateral.

A aplicação da taxa Tobin será uma solução “second best” pois a melhor solução seria acabar com a especulação (com os seus efeitos nocivos) mas como não podemos acabar com esta distorção (especulação), introduzimos outra distorção (taxa) para diminuir os efeitos da primeira distorção. Obtemos, assim, uma solução “second best”.

TOBIN (1978) defendeu que se a taxa fosse aplicada quer nas entradas quer nas saídas de moeda, os ganhos de viagens especulativas de curto prazo diminuiriam, enquanto os investimentos de longo prazo seriam pouco afectados. A taxa reforçaria, assim, a perspectiva de longo prazo em detrimento das expectativas especulativas de curto prazo. As opiniões sobre os efeitos da especulação variam de acordo com duas teorias principais da especulação:

Por um lado, Milton FRIEDMAN (1953) argumentou que a especulação deve ser estabilizadora dos mercados pois os especuladores compram na baixa para vender na alta dos preços. Isto leva a uma aproximação da cotação ao valor que seria determinado pelos indicadores fundamentais da economia. Segundo FRIEDMAN (1953) os especuladores que compram na alta e vendem na baixa, perdendo dinheiro, acabam por sair do mercado. Este modelo requer especuladores que consigam estimar correctamente o preço de equilíbrio, pois dessa forma os especuladores esperariam a queda do preço sempre que estivesse acima do valor de equilíbrio e a subida da cotação sempre que o preço estivesse abaixo do valor de equilíbrio. No caso em que este preço de equilíbrio não possa ser estimado correctamente pelos agentes do mercado, então pode acontecer que os especuladores esperem a descida de um preço que já está abaixo do seu ponto de equilíbrio ou a subida de um preço que já está sobrevalorizado;

Por outro lado, KEYNES (1936) descreve o comportamento do especulador como um “concurso de beleza”. O objectivo dos especuladores não é estimarem o valor intrínseco de mercado mas sim baterem o mercado, ou seja “anteciparem o que a opinião média

espera que a opinião média seja” adivinhando melhor do que a multidão aquilo que a multidão espera que seja o preço futuro. O efeito da taxa Tobin sobre a volatilidade dos mercados é incerto.

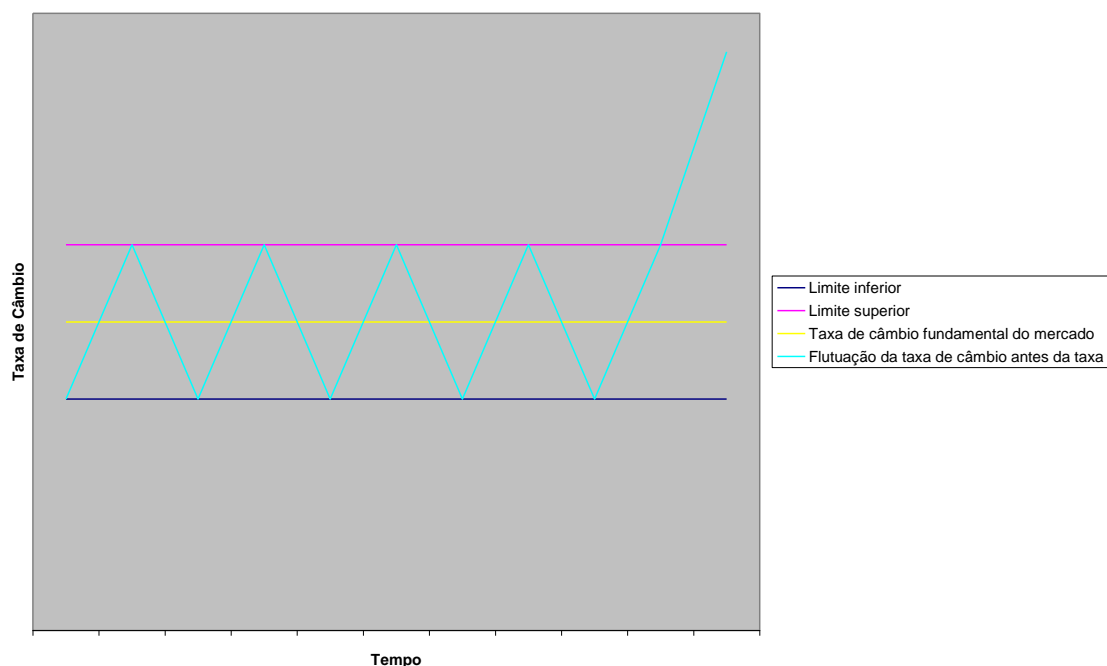
A volatilidade do mercado cambial não é um problema desde que traduza unicamente a evolução dos indicadores fundamentais (FRIEDMAN, 1953). Uma política monetária expansionista, aumentando a oferta de moeda à disposição da economia, pode levar a flutuações importantes da taxa de câmbio (DORNBUSH, FISCHER e STARTZ, 1998). Este modelo foi infirmado pela baixa de taxa de inflação na tríade sem uma redução da volatilidade em que a proporção da variação da taxa de câmbio que pode ser explicada pela evolução dos indicadores fundamentais é baixa.

A taxa aumentaria os custos de transacção e poderia conduzir a uma diminuição da liquidez do mercado, pois o valor total das transacções tenderia a diminuir. Por outro lado, o aumento das transacções de moeda desde os anos setenta não parece ter alterado a volatilidade dos mercados, pelo que parece abusivo concluir que uma diminuição no valor total das transacções teria algum efeito nesse campo. DE GRAUWE (2000) mostra que não há evidência empírica de que a volatilidade do mercado tenha aumentado nos últimos anos paralelamente ao aumento do volume transaccionado.

Uma das consequências da taxa é que colocaria limites abaixo dos quais as transacções não teriam lugar. No entanto, assim que a rendibilidade esperada de uma transacção excedesse o custo da taxa, um enorme volume de transacções poderia ocorrer de imediato. Isto poderia conduzir a maiores oscilações da taxa de câmbio e consequentemente a maior volatilidade nos mercados. Uma vez que a taxa Tobin não impedirá transacções com uma rendibilidade esperada maior do que o valor da taxa aplicada, não oferece protecção contra ataques especulativos nos casos em que a

rendibilidade esperada das transacções é muito superior ao obstáculo colocado pela taxa.

A criação de um espaço de não transacção criado pelo custo da taxa permitiria uma maior diferença de taxas de juro entre os países, sem correrem o risco de ataques especulativos, o que abriria espaço para políticas monetárias mais interventoras, possibilitando ajustamentos na taxa de juros com o propósito de afectar o consumo, a poupança e o investimento interno sem implicar alterações na taxa de câmbio. Neste caso, a volatilidade da taxa de câmbio deveria ser reduzida. No entanto, a introdução da taxa Tobin não tornaria os países independentes dos níveis das taxas de juro dos outros países. A autonomia política funcionaria apenas dentro dos limites alargados pelo efeito da taxa, fora destes limites o sistema continuaria a funcionar da mesma forma da actualidade. Este efeito é exemplificado pela figura nº 12, mostrando a existência de uma zona de não transacção provocada pela introdução de uma taxa Tobin, definida em torno do valor fundamental de mercado da taxa de câmbio, situada entre os limites inferior e superior. Apenas fora desta zona de não transacção, os especuladores teriam interesse em operar.

Figura nº 12: Zona de não transacção criada pela introdução da taxa Tobin

Tobin reconhece que as margens de lucro nos mercados financeiros diminuíram desde os anos setenta e agora recomenda a aplicação de uma taxa entre 0,1 por cento e 0,25 por cento (RAFFER, 1998), o que significa que o impacto sobre o comércio de bens seria de reduzida expressão, pois ainda que exista uma pequena percentagem de negócios que deixariam de ter lugar, existiriam benefícios para os comerciantes, em resultado de uma diminuição do risco cambial, em virtude da menor volatilidade da taxa de câmbio.

A taxa Tobin incidirá também sobre as transacções de moeda feitas para financiarem o comércio internacional de bens e serviços. Isto acontece porque não é possível distinguir as transacções especulativas das que se destinam a financiar o comércio. Paradoxalmente, o comércio internacional poderia ser mais afectado pela introdução da taxa do que as transacções puramente financeiras. Uma operação de pagamento de uma

transacção comercial pode ser taxada quatro vezes enquanto uma operação especulativa de entrada e saída de capital seria taxada apenas duas vezes (DAVIDSON, 1998).

Este é um aspecto da introdução da taxa Tobin que não podemos desprezar.

Outro tipo de transacção cambial que também seria afectado é aquela que recorre a uma moeda veículo. As transacções de moedas de pouca importância, normalmente emitidas por países pobres passíveis de serem receptores da ajuda, transacções essas feitas com recurso a uma moeda forte que sirva de veículo para a transacção, seriam taxadas em dobro. Por exemplo trocar Meticais por Euros para depois trocar Euros por Rupias, quando a transacção pretendida é a troca de Meticais por Rupias. A isenção da taxa neste tipo de operações é muito complicada e é extremamente difícil distinguir estas transacções que recorrem a uma moeda-veículo das outras transacções.

Os investimentos de longo prazo pouco seriam afectados pela introdução da taxa, pois estes investimentos envolvem margens de lucro maiores do que as dos movimentos de curto prazo e além disso, o investimento de longo prazo diluiria no tempo o custo da taxa. De qualquer forma, a introdução da taxa Tobin favorece o investimento doméstico sobre o externo, ainda que num montante reduzido, pelo que há que ter em conta este efeito.

Os críticos da introdução da taxa Tobin podem ser divididos em dois grupos. De um lado estão os que afirmam que a taxa afecta tanto ou mais as transacções comerciais quanto as transacções especulativas. De outro lado estão aqueles que seguindo FRIEDMAN (1953) afirmam que a especulação assegura a estabilidade dos mercados.

A aplicação destas taxas deve ser global, o que levanta objecções de muitos detractores mas convém lembrar que a Organização Mundial do Comércio (OMC) também é uma instituição global (ou quase) e consegue impor regras de funcionamento aos seus

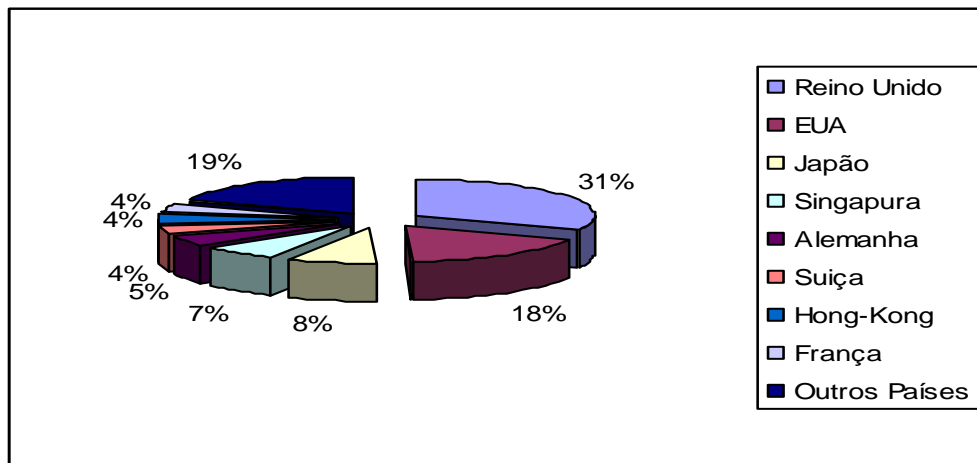
membros. A questão da introdução das “common pools” tem sido levantada pelos países escandinavos e tudo indica poder ser tornada realidade desde que exista vontade.

Devido ao aumento de volume de transacções nos mercados de derivados e a novos instrumentos financeiros desde a primeira proposta de TOBIN, tornou-se necessário repensar a aplicação da taxa Tobin, incluindo os produtos financeiros derivados, de forma a evitar a evasão à taxa por parte de especuladores que poderiam refugiar-se nos mercados de derivados.

A avaliação dos méritos da introdução da taxa Tobin passa pela análise da capacidade da política monetária para criar um ambiente económico mais estável e pela relação custo/benefício dos efeitos sobre o comércio internacional. Da aplicação da taxa resultariam receitas líquidas que eventualmente poderiam ser aplicadas na ajuda internacional ao desenvolvimento. No entanto, é de colocar reservas à ideia de que esta proposta representa só por si a melhor solução para obter receitas com esse objectivo, pois discrimina negativamente as transacções cambiais face às restantes transacções financeiras.

A ideia segundo a qual o produto desta taxa serviria para financiar os programas de luta contra a pobreza e/ou aligeirar a dívida dos PMA parece utópica, pois as fortes disparidades na repartição internacional das transacções cambiais onde apenas quatro países representam mais de 60 por cento das transacções (figura nº 13) tornam o projecto de entrega, mesmo que parcial, dos seus rendimentos a uma organização internacional, como o Banco Mundial ou o FMI, dificilmente aplicável, pois os países que dispõem de um mercado de câmbios desenvolvido não teriam nenhum interesse em abandonar esta mina financeira (JÉGOUREL, 2002).

Figura nº 13: Repartição da actividade dos mercados cambiais por países



Fonte: MINEFI – Ministère de l'Économie, des Finances et de l'Industrie de France (2000)

A adopção da taxa Tobin necessita da concordância, no mínimo, do conjunto de países que dispõem de um mercado cambial desenvolvido. Os EUA e o Reino Unido representam praticamente metade deste mercado mundial e os oito países com os mercados mais importantes atingem os oitenta por cento da actividade. Por outro lado, o problema crucial que importa regular, hoje em dia, não é tanto o da volatilidade dos mercados, mas sim o problema das crises financeiras, sobre as quais a taxa Tobin não teria nenhum impacto.

3.2 – Proposta ATTAC de aplicação de uma taxa “tipo Tobin” sobre os mercados financeiros

A globalização dos mercados financeiros concedeu ao capital financeiro uma injusta vantagem sobre outras fontes de tributação; uma taxa sobre as transacções financeiras restabeleceria o equilíbrio. Porque há-de existir um Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) que incide nas transacções físicas, não existindo, no entanto, nenhum imposto sobre as transacções financeiras? Com base nestes argumentos, a taxa devia estender-se a todos os mercados financeiros e não só aos mercados cambiais (SOROS, 2002)⁵.

A proposta de criação de uma taxa tipo Tobin sobre as transacções financeiras, como defendida pelos economistas da associação ATTAC, representa não só uma forma alternativa e inovadora de obter receitas mas também um corte com a ideologia neoliberal dominante desde o início dos anos oitenta, assumindo um carácter simbólico de luta contra a globalização financeira de mercado profundamente liberal. Por isso, o debate em torno da criação desta taxa tipo Tobin centra-se em assuntos como desigualdades sociais, fenómenos de exclusão e de pobreza.

Esta proposta da Associação ATTAC surgiu integrada com outras propostas de criação de taxas globais com o objectivo de angariar fundos para a ajuda ao desenvolvimento dos países pobres. As outras propostas incluíam a criação de uma taxa ambiental sobre as emissões de dióxido de carbono, a aplicação de uma taxa global sobre a venda de armas e a imposição da taxa Tobin sobre as transacções cambiais. A ideia da ATTAC é financiar bens públicos globais através da criação de taxas sobre alguns “males públicos globais”, tais como os movimentos de dinheiro sujo, a poluição ou as vendas de armas.

⁵ Convém notar que Soros joga nesta questão o duplo papel de pensador empenhado em obter soluções para o bem global e de actor activo nos mercados financeiros.

Existe, claramente, uma posição política na génese destas ideias, ligada aos movimentos contra a globalização e a organizações políticas de esquerda e de extrema-esquerda, em contraponto com a ideologia neoliberal.

Nos últimos tempos, a ATTAC tem diminuído a ênfase nesta proposta de aplicação de uma taxa tipo Tobin sobre as transacções financeiras, apostando na introdução numa primeira fase, da taxa Tobin sobre as transacções cambiais. No entanto, esta proposta será analisada na assumpção de que caso a taxa Tobin venha a ser implantada, a discussão virar-se-á imediatamente para a possibilidade de criação desta taxa tipo Tobin, até por uma questão de semelhança entre os mercados cambial e financeiro, especialmente quando comparados com o mercado de vendas de armas e com a poluição ambiental, outros alvos possíveis para a aplicação de taxas globais.

3.3 – Proposta Soros de doação de Direitos de Saques Especiais

Os DSE são um activo de reserva internacional, criado pelo FMI em 1969 como suplemento de apoio às reservas oficiais dos países membros e para ajudar o sistema de taxas de câmbio fixas de Bretton Woods. Os DSE são afectos aos países membros em proporção das suas quotas no FMI. Esta afectação fornece a cada país membro um activo financeiro sem custos, cujo juro não é recebido nem pago, excepto no caso em que um país detém mais DSE do que a sua afectação estabelecida, situação em que receberá juros sobre o excesso, ou no caso contrário em que pagará juros sobre o valor de DSE em falta. A valorização do DSE é feita com base num cabaz das principais moedas internacionais (Euro, Iene, Libra e Dólar). Desde o colapso do sistema de Bretton Woods e a mudança das moedas mais importantes para o sistema de câmbios flutuantes, o DSE tem servido fundamentalmente como unidade de conta do FMI. No entanto, o DSE pode ser usado como um activo de reserva e os detentores de DSE

podem obter moeda de outros países por troca dos seus DSE, de duas formas: por trocas voluntárias entre os países e por indicação do FMI aos membros com posições externas fortes para comprarem DSE aos membros em dificuldades.

George Soros apresentou uma proposta com o objectivo de aumentar a ajuda internacional ao desenvolvimento que consiste em emissões de DSE para doação, pelos países ricos, aos países em desenvolvimento. Segundo SOROS (2002), os países em desenvolvimento acrescentariam os seus DSE às suas reservas monetárias enquanto, os países mais ricos (tal como definido no «plano de transacção» do FMI) doariam os seus DSE segundo determinadas regras. Os países em desenvolvimento beneficiariam directamente, através da adição às suas reservas monetárias, e indirectamente, com o fornecimento de bens públicos à escala global. O recurso aos DSE para financiar o auxílio internacional não só aumentaria a quantia disponível para esse fim, como garantiria que todos os países desenvolvidos contribuíssem de uma forma equitativa, porque a distribuição das afectações de DSE baseada nas quotas é mais ou menos proporcional ao poder económico dos países membros (SOROS, 2002).

As doações de DSE destinar-se-iam a financiar programas aprovados previamente. Estes incluiriam fundos fiduciários para o fornecimento de bens públicos à escala global e fundos idênticos destinados a parcerias públicas ou privadas. Na primeira fase, a lista de programas elegíveis ficaria limitada a três ou quatro áreas prioritárias específicas, como a saúde pública, a educação, a informação (a «opção digital») e a reforma do sistema judicial. Os programas de redução da pobreza seriam excluídos na primeira fase e apenas seriam incluídos, na segunda fase, em caso de sucesso do programa inicial e até um determinado limite, de forma a poder ser gerido por ONGs, conforme a ideia de George Soros.

Os argumentos de SOROS (2002) em favor da sua proposta dividem-se em duas categorias: o plano de doação e o fornecimento de reservas monetárias.

Quanto ao fornecimento de reservas monetárias adicionais beneficiaria os países em desenvolvimento, independentemente do plano de doação, pois as afectações de DSE aliviariam esses países duma parte importante do fardo que, representa a necessidade de constituírem reservas cambiais, para manter um rácio de reservas cambiais sobre importações prudente. Os custos dos empréstimos seriam reduzidos.

Quanto ao plano de doação, SOROS (2002) afirma que a sua proposta aumentará o montante disponível para o auxílio internacional, contribuindo para alcançar os Objectivos do Milénio, e eliminaria algumas das deficiências actuais da ajuda internacional ao desenvolvimento, tais como: um órgão independente asseguraria que as necessidades dos beneficiários teriam prioridade em relação aos interesses dos doadores; o estrangulamento provocado pelos acordos intergovernamentais desapareceria; aumentaria a coordenação dos doadores; os beneficiários teriam um maior sentimento de posse e de envolvimento; existiria um mecanismo de feedback que reforçaria os êxitos e eliminaria os fracassos.

A preocupação dos EUA com a doação de DSE reside no impacto que o uso dos DSE como reserva internacional teria, pois colocado ao alcance de muitos mais países, significaria a redução de reservas em obrigações do tesouro dos EUA. Isto poderia cortar com a dependência que muitos países têm em relação ao dólar americano, diminuindo a fonte de crédito barato de que os EUA dispõem actualmente (ARYEETAY, 2004). Outra preocupação dos EUA é não alterar o status quo que na prática lhe concede o poder de veto no FMI, ao dispor de 17 por cento dos votos, com a necessidade de obter a aprovação de mais de 85 por cento dos votos para alterar o funcionamento do Fundo.

A crítica fundamental à proposta de Soros assenta nas pressões inflacionárias que a emissão massiva de novos DSE criaria, consequência do aumento de oferta monetária e do enorme aumento da liquidez global. Na verdade, a emissão de milhares de milhões de novos DSE, apresenta semelhanças com a colocação das rotativas a fabricarem novos dólares (ou euros) a todo o vapor, sem haver contrapartida na economia real, criando condições para pressões inflacionistas. No entanto STIGLITZ (2003) afirma que o esquema de doação de DSE não seria inflacionário, pois seria minúsculo face ao rendimento global. Por outro lado, emitir novos DSE e doá-los aos países em desenvolvimento, não é muito diferente de aumentar as verbas para APD (ARYEETAY, 2004). As diferenças parecem residir em dois pontos: primeiro o valor do DSE é determinado por um cabaz das quatro moedas mais importantes (dólar, euro, iene e libra) e a sua doação representaria proporcionalmente o poderio económico dos vários países doadores; segundo, a proposta de Soros inclui uma nova forma de distribuição dos recursos, totalmente virada para a sociedade civil, assente no papel de ONGs e reduzindo ao mínimo a componente intergovernamental, o que altera radicalmente a lógica da ajuda internacional ao desenvolvimento⁶. Esta vertente é fundamental para podermos compreender a proposta de Soros que, pretende não só aumentar as verbas disponíveis, mas também mudar totalmente a maneira de fazer as coisas neste campo. A exequibilidade desta parte da proposta é muito duvidosa pois, se na situação actual o desbarato de fundos é imenso, na situação apresentada os resultados seriam, no mínimo, muito arriscados de prever. Um mais apertado e efectivo controlo da aplicação dos fundos, feito por doadores e por instituições internacionais, parece uma proposta mais

⁶ Em geral, todas as propostas de novas fontes de financiamento para a Ajuda Internacional ao Desenvolvimento levantam importantes questões de carácter institucional, implicando nalguns casos o redesenho do sistema financeiro internacional e noutros alterar profundamente a forma como os fundos dos países doadores são aplicados (ATKINSON, 2003).

razoável para atingir o objectivo de aumentar a efectividade da ajuda, do que a organização preconizada por Soros.

4 – Análise de alguns efeitos previsíveis da aplicação destas propostas

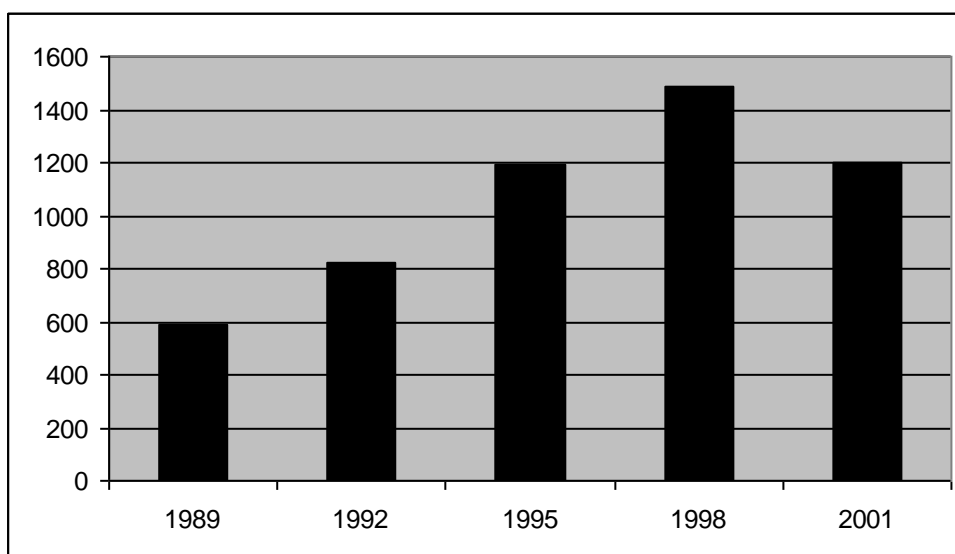
Os resultados da aplicação de uma taxa sobre as transacções cambiais dependem da percentagem da taxa a aplicar e da base colectável existente. A percentagem de taxa a aplicar depende essencialmente dos decisores políticos e das prioridades que estes estabeleçam. A estimação da base colectável é de enorme dificuldade, pois as estatísticas sobre as transacções cambiais apenas mostram as posições dos agentes no fim do mês, pelo que a fonte mais razoável para conhecermos o valor das negociações efectuadas é o inquérito trianual do Bank for International Settlements (BIS). Neste inquérito o BIS recebe informações dos bancos centrais e das autoridades monetárias sobre os movimentos efectuados durante um mês preestabelecido⁷, tratando a informação recebida e calculando o volume médio diário⁸ de transacções efectuadas. Assim, o volume médio diário de transacções cambiais, verificado no inquérito de 2001, foi de 1 200 mil milhões de dólares, regressando aos valores de 1995, enquanto em 1998 tinha atingido o máximo com 1 500 mil milhões de dólares. Esta evolução do volume de transacções no mercado de câmbios está visível na figura nº 14.

⁷ O mês de Abril tem servido para a realização deste inquérito, em virtude de ter sido considerado pelo BIS como o mês que melhor define o padrão das transacções cambiais. Ainda assim quando a Páscoa é celebrada durante o mês de Abril verifica-se uma alteração aos hábitos dos mercados que influencia os resultados obtidos.

⁸ O número médio de dias úteis para o conjunto do mercado mundial também é calculado pelo BIS, considerando a quantidade de feriados durante o mês de realização do inquérito nos vários países. Este cálculo é fundamental para a obtenção do volume diário de transacções, em virtude do volume diário ser obtido dividindo o total das operações realizadas durante o mês do inquérito pelo número médio de dias úteis.

O número médio de dias úteis variou nos últimos três inquéritos realizados pois em 1995 foi de 18.5 dias, em 1998 foi de 20.5 e em 2001 passou para 19.5 dias. Em Abril de 2004 decorreu novo inquérito trianual do BIS.

Figura nº 14: Evolução do volume diário de transacções cambiais



Fonte: Bank for International Settlements (2002)

A aplicação da taxa Tobin gerará uma receita que tem sido estimada em valores díspares, conforme o autor que se debruça sobre o assunto apresenta uma estimativa mais ou menos optimista. Na ausência de um valor consensual, tornou-se necessário optar por uma metodologia que permitisse fazer uma estimativa própria, analisando as várias opções disponíveis. O método mais simples para estimar a receita da taxa Tobin consiste em aplicar a taxa sobre o volume actual de transacções e apontar o valor resultante como receita estimada. No entanto, este método de cálculo não entra em linha de conta com o impacto que a aplicação da taxa terá sobre o mercado de câmbios, quer em termos de redução do volume de transacções, quer em termos de evasão fiscal. Ainda assim, existem algumas estimativas segundo esta metodologia que apontam receitas na ordem dos 200 mil milhões de dólares (JÉGOUREL, 2002). David Felix e Ranjit Sau, no seu trabalho de 1996, apresentaram 302 mil milhões de dólares de receita estimada para a aplicação de uma taxa de 0,25 por cento, ou de 148 mil milhões de dólares caso a taxa aplicada fosse de 0,1 por cento ou de 90 mil milhões de dólares no

caso da taxa ser de 0,05 por cento. Nestes cálculos utilizaram os valores do inquérito do BIS de 1995, estimaram os custos de transacção antes da aplicação da taxa em 0,05 por cento e a não cobrança da taxa a 35 por cento das transacções devido a isenções oficiais e à evasão fiscal. Felix actualizou a sua estimativa, prevendo a aplicação da taxa a apenas metade das transacções actuais, gerando mesmo assim 200 mil milhões de dólares anuais pressupondo uma taxa Tobin de 0,25 por cento. A Associação ATTAC apresenta no seu sítio da internet⁹ um valor mais prudente que ronda os 100 mil milhões de dólares, ainda que não apresente os cálculos. Das várias tentativas de cálculo da receita da taxa Tobin aquela que pareceu seguir uma metodologia mais elaborada, ainda que sujeita às contingências próprias de qualquer previsão, foi a do MINEFI (2000)¹⁰. Assim, a metodologia seguida neste trabalho para estimar a receita que a taxa Tobin poderá gerar baseou-se naquela que foi seguida pelo MINEFI (2000)¹¹.

⁹ [Http://www.attac.org](http://www.attac.org)

¹⁰ O MINEFI apresenta uma previsão de receita da taxa Tobin, para o cenário considerado mais provável, de 50 mil milhões de dólares anuais.

Os cálculos do MINEFI basearam-se no inquérito trianual do BIS realizado em 1998.

¹¹ Em primeiro lugar apresenta-se a redução do volume das transacções cambiais em função de três valores possíveis para a elasticidade do volume de transacções perante o acréscimo de custos de transacção resultantes da aplicação da taxa Tobin. O estudo do MINEFI apresentou como provável uma redução do volume de transacções cambiais entre 0.5 e 1.5 por cento por cada aumento de 1 por cento nos custos de transacção, uma vez que as operações cambiais menos rentáveis deixariam de ser efectuadas. O valor proposto para a taxa Tobin é um valor muito baixo, precisamente para preservar a liquidez do mercado depois da aplicação da taxa (SPAHN, 2002). Outra questão importante é a do apuramento dos custos de transacção praticados nos mercados cambiais e que o MINEFI estima serem de 0.02 a 0.05 por cento. Supondo a aplicação de uma taxa entre 0.01 e 0.20 por cento, com impacto diferenciado na redução do volume das transacções conforme a elasticidade considerada e os custos de transacção antes da aplicação da taxa Tobin construiu o MINEFI (2000) o conjunto de cenários apresentados no quadro nº 1. O cenário considerado mais provável pelos economistas do MINEFI é o da aplicação de uma taxa de 0.05 por cento, considerando custos antes da aplicação da taxa de 0.05 por cento e uma elasticidade de -1. Assim, a redução mais provável do volume de transacções seria de 67 por cento.

Quadro nº 1: Redução do volume anual de transacções cambiais em função de diferentes elasticidades

Elasticidade:	-0.5		-1		-1.5	
	Custos antes da taxa		Custos antes da taxa		Custos antes da taxa	
Taxa ↓	0.02%	0.05%	0.02%	0.05%	0.02%	0.05%
0.01%	29%	15%	50%	29%	-	-
0.05%	59%	42%	83%	67%	93%	81%
0.10%	70%	55%	91%	80%	97%	91%
0.20%	-	-	95%	89%	99%	96%

Fonte: MINEFI – Ministère de l'Économie, des Finances et de l'Industrie de France (2000)

A partir deste cálculo inicial do MINEFI (2000) estamos em condições de efectuarmos os nossos próprios cálculos, estimando a receita anual da taxa Tobin, entrando em linha de conta com três cenários para a evasão fiscal. Assim, apresentam-se os cenários de não haver evasão fiscal, da evasão fiscal ser de 20 por cento do total das transacções efectuadas e da evasão fiscal situar-se nos 50 por cento (quadro nº 2). Considerando o cenário de evasão fiscal de 20 por cento das transacções e a redução de volume calculada no quadro nº 1, chegamos ao valor de 40 mil milhões de dólares como estimativa central para a receita da taxa Tobin, com 50 mil milhões de dólares de receita no cenário mais favorável e de 25 mil milhões de dólares de receita da taxa Tobin no cenário mais pessimista.

Quadro nº 2: Receita previsional anual da taxa Tobin

(em milhares de milhões de dólares)

Receita anual da taxa Tobin, no cenário de não haver evasão fiscal:						
Elasticidade:	-0.5		-1		-1.5	
	Custos antes da taxa		Custos antes da taxa		Custos antes da taxa	
Taxa ↓	0.02%	0.05%	0.02%	0.05%	0.02%	0.05%
0.01%	21	25	15	21	-	-
0.05%	61	87	25	50	10	29
0.10%	90	134	27	60	8	27
0.20%	-	-	29	67	6	22
Receita anual da taxa Tobin, no cenário de evasão fiscal de 20 por cento das transacções:						
Elasticidade:	-0.5		-1		-1.5	
	Custos antes da taxa		Custos antes da taxa		Custos antes da taxa	
Taxa ↓	0.02%	0.05%	0.02%	0.05%	0.02%	0.05%
0.01%	16.8	20	12	16.8	-	-
0.05%	48.8	69.6	20	40	8	23.2
0.10%	72	107.2	21.6	48	6.4	21.6
0.20%	-	-	23.2	53.6	4.8	17.6
Receita anual da taxa Tobin, no cenário de evasão fiscal de 50 por cento das transacções:						
Elasticidade:	-0.5		-1		-1.5	
	Custos antes da taxa		Custos antes da taxa		Custos antes da taxa	
Taxa ↓	0.02%	0.05%	0.02%	0.05%	0.02%	0.05%
0.01%	10.5	12.5	7.5	10.5	-	-
0.05%	30.5	43.5	12.5	25	5	14.5
0.10%	45	67	13.5	30	4	13.5
0.20%	-	-	14.5	33.5	3	11

Nota: Considera-se como ponto de partida o volume diário de transacções de 1 200 mil milhões de dólares apontado pelo BIS no inquérito trianual de 2001.

Este quadro foi construído a partir dos cenários considerados no estudo do MINEFI (2000).

A proposta da aplicação de uma taxa tipo Tobin apresentada pela ATTAC contempla a aplicação de uma taxa sobre o conjunto das transacções financeiras, deduzindo-se das intervenções públicas de alguns dos mais destacados membros desta organização que a prioridade vai no sentido de aplicar a taxa Tobin sobre as transacções cambiais primeiro, para depois estendê-la ao mercado de acções e de obrigações. No entanto, optou-se por analisar a criação de uma taxa tipo Tobin isolada da taxa Tobin, ressaltando que as receitas previsionais das várias taxas poderão ser adicionadas num

bolo comum. Para calcular a base colectável desta taxa tipo Tobin optou-se por extrapolar os valores negociados nas principais bolsas mundiais durante o mês de Março de 2004 (anexo nº 17). O Anexo nº 17 refere-se aos valores bolsistas negociados durante um mês, pelo que utilizando o valor mensal como referência, multiplicando por 12 meses, obtemos uma estimativa aproximada para o valor total anual das transacções de acções que rondará os 50 biliões¹² de dólares, pelo que a aplicação de uma taxa tipo Tobin de 0,10 por cento sobre estas transacções poderia gerar receitas de 50 mil milhões de dólares no cenário de não haver evasão fiscal nem diminuição do volume transaccionado, 40 mil milhões de dólares no cenário de diminuição da actividade bolsista e evasão fiscal representando 20 por cento do actual volume bolsista ou 25 mil milhões de dólares de receita na situação do impacto da redução da actividade e da evasão fiscal ser de 50 por cento do valor actual (quadro nº 3). Considera-se o cenário central de evasão fiscal de 20 por cento das transacções como o cenário mais realista, obtendo-se uma estimativa de 40 mil milhões de dólares de receita anuais para a taxa tipo Tobin sobre as transacções financeiras¹³.

Quadro nº 3: Receita proporcionada pela aplicação de uma taxa tipo Tobin sobre as transacções bolsistas

(em milhares de milhões de dólares)

Diminuição da actividade:	0%	20%	50%
Taxa ↓			
0,10%	50	40	25

¹² 12 Meses, vezes os 4 191 150 milhões de dólares, transaccionados em Março de 2004, são 50 293 800 milhões de dólares, ou seja aproximadamente 50 biliões de dólares.

¹³ Adicionados ao valor previsional da taxa Tobin sobre as transacções cambiais obteríamos uma receita conjunta de 80 mil milhões de dólares.

A proposta de SOROS (2002) centra-se na doação de 21 mil e 433 milhões de DSE, correspondentes à emissão de DSE autorizada pelo FMI em 1997 e que ainda espera por luz verde dos EUA, complementada por doações anuais de DSE, caso a primeira emissão seja aplicada com sucesso. A emissão especial proposta corresponde aproximadamente a 0,1% do PIB global portanto a dimensão das emissões poderia aumentar (SOROS, 2002), havendo mesmo necessidade de emissões regulares de DSE para financiar os países em desenvolvimento (STIGLITZ, 2003).

A cotação do DSE em dólares era de 1,45696 dólares americanos por cada DSE, no dia 3 de Agosto de 2004, segundo a cotação apresentada no sítio da internet do FMI. Assim a proposta de doação de 21 mil e 433 milhões de DSE equivale a doar 31 mil e 227 milhões de dólares.

Do atrás exposto resultam valores previsionais de receitas que poderão representar fontes alternativas de financiamento para a Ajuda Internacional ao Desenvolvimento, conforme as três propostas analisadas (quadro nº 4). Neste ponto importa referir que os mercados cambiais têm uma função de auxílio à economia real, pelo que é natural que o impacto da aplicação de uma taxa, seja menor sobre a diminuição das transacções comparado com a aplicação de uma taxa sobre as transacções bolsistas, visto no mercado bolsista ser a perspectiva de lucrar com a própria operação financeira a determinante da transacção. É de esperar que os mercados cambiais não reajam à introdução da taxa de uma forma tão sensível quanto os mercados bolsistas, sendo prudente colocar reservas à previsão do MINEFI de redução do volume de transacções cambiais em 67 por cento do volume actual. Assim, podemos considerar o estudo do MINEFI como uma base de trabalho, da qual resultam previsões muito conservadoras, susceptíveis de serem considerados valores mínimos para a receita previsional. Uma vez que, mesmo estas previsões conservadoras apontam para receitas capazes de atingirem

plenamente os valores necessários do ponto de vista da Ajuda Internacional ao Desenvolvimento, somos levados a concluir que a aplicação destas propostas será um sucesso em termos do estrito cumprimento do objectivo de obtenção de receitas.

Quadro n° 4: Valor Previsional de cada Proposta, por cenários

(em milhões de dólares)

	Pessimista	Central	Optimista
Taxa Tobin	25 000	40 000	50 000
Taxa tipo Tobin	25 000	40 000	50 000
Doação de DSE		31 227	

Um destino apontado como possível para o acréscimo de fundos tem sido o pagamento da dívida externa dos PMA que já ascende a quase 145 mil milhões de dólares, um valor que asfixia estes países que entregaram mais de 4 mil milhões de dólares em 2002 como serviço da dívida. Observando estritamente o impacto da aprovação destas propostas nos Países em Desenvolvimento em geral e nos PMA em particular parece evidente que qualquer uma das propostas possibilitaria um desafogo imenso a países que parecem incapazes de resolver os seus problemas. Os valores previsionais das três propostas deixam antever o rápido pagamento da totalidade da dívida externa dos PMA, prevendo-se dois a três anos para resolver o problema. É claro que existe outra ordem de problemas ligada à aprovação de verbas tão significativas, como a má governação, a corrupção e a não existência de capacidade de absorção dos recursos pelos países recipientes que temos de considerar como condicionadores do impacto previsível da aplicação destas propostas face ao panorama actual dos países destinatários da Ajuda. O relatório Zedillo (ONU, 2001) apontou a necessidade de canalizar 50 mil milhões de dólares anuais adicionais para Ajuda aos países em Desenvolvimento para que sejam atingidos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Essa verba pode resultar de

um aumento da APD ou de fontes alternativas de financiamento, como as três propostas analisadas. Individualmente, qualquer uma destas propostas representa entre 60 a 80 por cento da verba necessária, o que seria uma contribuição decisiva para o sucesso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e responsável por um aumento significativo dos valores actuais (quadro nº 5) pelo que estritamente do ponto de vista da Ajuda estas propostas teriam de ser consideradas como altamente positivas, ressalvando que o impacto da Ajuda é muito diferenciado conforme o país recipiente. A diversidade de resultados conforme os países receptores é notória e resulta das ineficiências internas dos países receptores que inibem o crescimento económico (HOLMES e SCHMITZ, 1995). É em função da diversidade de desempenhos económicos que são apresentados em anexos alguns indicadores importantes, podendo o leitor observar o detalhe dos indicadores para as várias economias.

Quadro nº 5: Ajuda Pública ao Desenvolvimento, 2002

(em milhões de dólares)

Mundo	69.818
OCDE	-
Sudeste Asiático e Pacífico	7.340
África Subsaariana	19.406
Países Pobres Altamente Endividados	19.496
Países Menos Avançados	17.502

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

Os líderes dos Países Desenvolvidos comprometeram-se a aumentar a APD em percentagem do PIB, da situação actual para uma média de 0.29 por cento do PIB dos países membros do CAD, em 2006. A APD representa um papel fundamental no desenvolvimento dos países com menos recursos, atingindo 6.32 por cento do PIB na

África subsaariana, 8.69 por cento do PIB dos PMA e 8.95 por cento do PIB dos PPAE (quadro nº 6). O aumento dos recursos financeiros disponíveis para investimento resulta em crescimento económico mais rápido (KING e LEVINE, 1993), esta é uma das razões pelas quais o aumento de recursos disponíveis para os países em desenvolvimento é fundamental para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, ainda que ressalvando a capacidade de absorção dos países receptores como limite para o crescimento da efectividade da Ajuda. As ineficiências internas dos países recipientes estão correlacionadas com a existência de má governação (PLATEAU e GASPART, 2003), condicionando o alargamento da capacidade de absorção das economias receptoras de Ajuda por um lado e contribuindo para o acentuar do sentimento de “fadiga da Ajuda” nos países doadores. Políticas favorecedoras do crescimento, como a abertura ao comércio internacional e a disciplina orçamental, num ambiente de boa governação devem estar no âmago das estratégias de redução da pobreza (DOLLAR e KRAY, 2002). No entanto, é importante realçar que a diversidade de resultados da efectividade da Ajuda é consequência não só das condições internas dos países recipientes, mas também da forma como a Ajuda é destinada pelos países doadores (COLLIER e DOLLAR, 1999). Cada vez mais vozes se levantam no sentido da Ajuda ser atribuída de acordo com o conceito de selectividade, apoiando os países que já deram provas de que obtêm bons resultados, em termos de crescimento económico e de efectividade da Ajuda, em detrimento de países onde os recursos acabam por ser desbaratados¹⁴. Os PMA que são precisamente aqueles que estão em pior situação económica, serão os mais prejudicados com a aplicação da selectividade na Ajuda.

¹⁴ COLLIER e DOLLAR (2001) mostram que a aplicação da selectividade na atribuição da Ajuda resultaria em vários milhões de pessoas adicionais retiradas da pobreza anualmente.

Quadro nº 6: Peso da Ajuda no PIB, 2002

(em percentagem)

Mundo	0.22
OCDE	-
Sudeste Asiático e Pacífico	0.41
África Subsaariana	6.32
Países Pobres Altamente Endividados	8.95
Países Menos Avançados	8.69

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

A importância da Ajuda é maior para os países com menos recursos pois são estes países que recebem menos capitais privados. Nos PMA os fluxos de capitais privados ficam-se pelos 3.64 por cento do PIB, muito abaixo dos valores dos países mais avançados (quadro nº 7). Os fluxos financeiros privados são determinados pelo risco e pelas restrições associadas às oportunidades de investimento (DE GRAUWE, 2000).

Quadro nº 7: Fluxos de Capitais Privados, 2002

(em percentagem do PIB)

Mundo	20.78
OCDE	22.16
Sudeste Asiático e Pacífico	10.20
África Subsaariana	9.62
Países Pobres Altamente Endividados	6.91
Países Menos Avançados	3.64

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

Para os conjuntos de países mais pobres, o impacto da aplicação de qualquer uma destas propostas é muito significativo pois os valores da Formação Bruta de Capital Fixo situam-se entre os 40 e os 60 mil milhões de dólares anuais para os PMA, os PPAE ou

para os Países da África subsaariana (quadro nº 8) o que reflecte a dificuldade que estes conjuntos de países têm em progredir.

Quadro nº 8: Formação Bruta de Capital Fixo, 2002

(em milhões de dólares)

Mundo	6.775.631
OCDE	5.089.003
Sudeste Asiático e Pacífico	640.570
África Subsaariana	58.422
Países Pobres Altamente Endividados	47.026
Países Menos Avançados	43.677

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

Ainda que a percentagem de Formação Bruta de Capital Fixo nestes conjuntos de países não se afaste dos valores dos Países Desenvolvidos (quadro nº 9), quando comparados com os valores de zonas de rápido crescimento económico, como o Sudeste asiático, ficam claramente aquém. A Formação Bruta de Capital Fixo actual é condicionadora do resultado futuro em termos de crescimento económico (FITZGERALD, 1994)¹⁵.

Este é também um dos mais importantes factores potenciadores do crescimento económico na China e na Índia, países onde vive um terço da população mundial e responsáveis pelo elevado número de seres humanos que ultrapassou o limiar de pobreza de um dólar por dia (CRAFTS, 2000).

¹⁵ O crescimento económico depende, a longo prazo, da combinação de dois factores. Um deles é a taxa de investimento, isto é, da parcela do rendimento que os agentes económicos, privados e públicos, destinam à ampliação da capacidade produtiva. O outro é a eficiência produtiva desses meios de produção.

Quadro nº 9: Formação Bruta de Capital Fixo, 2002

(em percentagem do PIB)

Mundo	19.79
OCDE	19.00
Sudeste Asiático e Pacífico	32.56
África Subsaariana	17.18
Países Pobres Altamente Endividados	19.55
Países Menos Avançados	20.18

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

Sendo os países mais pobres, aqueles em que a Ajuda assume maior importância na Formação Bruta de Capital Fixo (quadro nº 10) ultrapassando um terço do valor total nos PMA, enquanto a média mundial ronda 1 por cento. É de realçar a comparação com a baixa dependência da Ajuda, em países de rápido crescimento, como os do Sudeste Asiático onde o peso da Ajuda na Formação Bruta de Capital Fixo se situa apenas em 1,15 por cento do PIB.

Quadro nº 10: Peso da Ajuda na Formação Bruta de Capital Fixo, 2002

(em percentagem)

Mundo	1.02
OCDE	0
Sudeste Asiático e Pacífico	1.15
África Subsaariana	32.20
Países Pobres Altamente Endividados	39.59
Países Menos Avançados	38.89

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

O IDE representa um papel fundamental no desenvolvimento económico das regiões menos desenvolvidas quer em quantidade quer pela qualidade dos investimentos, melhorando a competitividade pela melhoria da produtividade (KLEIN, AARON e HADJIMICHAEL), representando um valor de mais de 12 por cento da Formação Bruta de Capital Fixo na África subsaariana (quadro nº 11), percentagem que ultrapassa a média mundial. Infelizmente esta percentagem resulta mais da exiguidade da Formação Bruta de Capital Fixo na África subsaariana do que de transferências massivas de IDE para esta região. Por outro lado, os fluxos de IDE tal como o investimento doméstico diminuem paralelamente à existência de corrupção, prejudicando os indicadores de desempenho económico (MAURO, 1996), sendo a África Subsaariana das regiões mais flageladas pela corrupção e pela má governação¹⁶.

Quadro nº 11: Peso do IDE na Formação Bruta de Capital Fixo, 2002

(em percentagem)

Mundo	10.76
OCDE	nd
Sudeste Asiático e Pacífico	8.83
África Subsaariana	12.93
Países Pobres Altamente Endividados	nd
Países Menos Avançados	nd

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

Quando observamos valores absolutos verificamos que a região da África Subsaariana recebe apenas 7 452 milhões de dólares enquanto o conjunto dos Países em Desenvolvimento ultrapassam os 150 mil milhões de dólares num total mundial de

¹⁶ A Figura nº 10 mostra a situação de má governação e de falta de controlo da corrupção na África Subsaariana.

651 188 milhões de dólares (quadro nº 12). A África subsaariana encontra-se particularmente dependente de receitas de impostos sobre o comércio para assegurar o funcionamento das máquinas estatais, face à incapacidade dos governos para cobrarem outro tipo de impostos. A capacidade de atracção de IDE é muito reduzida em África, tal como no conjunto dos PMA. Os volumes de entradas de IDE apresentados, são consequência de vários factores influenciadores da decisão de investir, tais como a capacidade dos recursos humanos para desempenharem as funções produtivas e o seu nível salarial, a qualificação das infra-estruturas, o valor potencial do mercado interno do país recipiente de IDE e por último o nível fiscal a que o investimento estará sujeito, notando que impostos altos desencorajam a entrada de IDE mas em ambientes fiscais favoráveis são os restantes factores a influenciar a decisão (BÉNASSY-QUÉRÉ, FONTAGNÉ e LAHRÈCHE-RÉVIL, 2003). A imposição de taxas globais contrariará a concorrência fiscal entre os estados que os leva a reduzir os impostos sobre o capital para atrair IDE, em compensação a carga fiscal passa a incidir essencialmente sobre os trabalhadores (MINEFI, 2000), a aplicação de taxas globais alteraria em favor dos trabalhadores esta relação fiscal, penalizando o capital (SPAHN, 2002).

Quadro nº 12: Volumes de entradas de IDE por região recipiente

(em milhões de dólares)

	1998	1999	2000	2001	2002
Mundo	686 028	1 079 083	1 392 957	823 825	651 188
Economias Desenvolvidas	472 265	824 642	1 120 528	589 379	460 334
Europa Ocidental	263 025	496 205	709 877	400 813	384 391
América do Norte	197 243	308 118	380 764	172 787	50 625
Outras Economias Desenvolvidas	11 997	20 319	29 887	15 778	25 319
Economias em Desenvolvimento	191 284	229 295	246 057	209 431	162 145
Norte de África	2 882	3 569	3 125	5 474	3 546
África subsaariana	6 046	8 663	5 364	13 295	7 452
América Latina e Caraíbas	82 040	108 255	95 358	83 725	56 019
Ásia Ocidental e Médio Oriente	99 983	108 529	142 091	106 778	94 989
Ásia Central	2 997	2 462	1 871	3 963	4 035
Ásia, Sul e Sudeste	90 093	105 313	138 698	97 604	88 613
Zona do Pacífico	333	280	118	159	140
Europa Central e Oriental	22 479	25 145	26 373	25 015	28 709

Fonte: UNCTAD (2003)

O panorama não melhora se observarmos as entradas de IDE por tipo de recipiente (quadro nº 13) pois os PMA recebem pouco mais de 5 mil milhões de dólares anuais enquanto o conjunto dos Países em Desenvolvimento, mesmo quando não consideramos o valor da China, ultrapassa os 100 mil milhões de dólares. OS PMA estão numa situação particular face aos restantes países em desenvolvimento, visto terem uma capacidade de absorção muito reduzida (OVASKA, 2003).

Quadro nº 13: Volumes de entradas de IDE por tipo de recipiente

(em milhões de dólares)

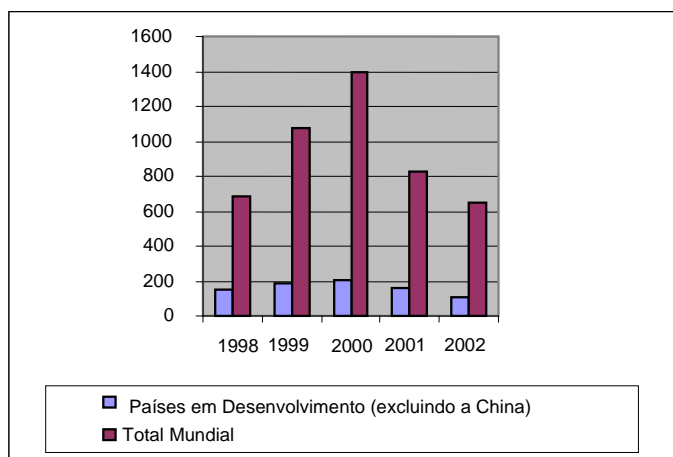
	1998	1999	2000	2001	2002
Países Menos Avançados	4 573	5 974	3 427	5 629	5 232
Países Exportadores de Petróleo	14 010	5 254	2 468	8 099	7 364
Conjunto dos Países em Desenvolvimento (excluindo a China)	147 533	188 976	205 285	162 585	109 445

Fonte: UNCTAD (2003)

A figura nº 15 ilustra a relação entre as entradas de IDE nos Países em Desenvolvimento, excluindo a China, e o total mundial ficando claro que os Países em Desenvolvimento representam uma pequena porção do destino dos fluxos de IDE.

Figura nº 15: Comparação dos volumes de entradas de IDE, nos países em desenvolvimento e do total mundial

(em milhares de milhões de dólares)

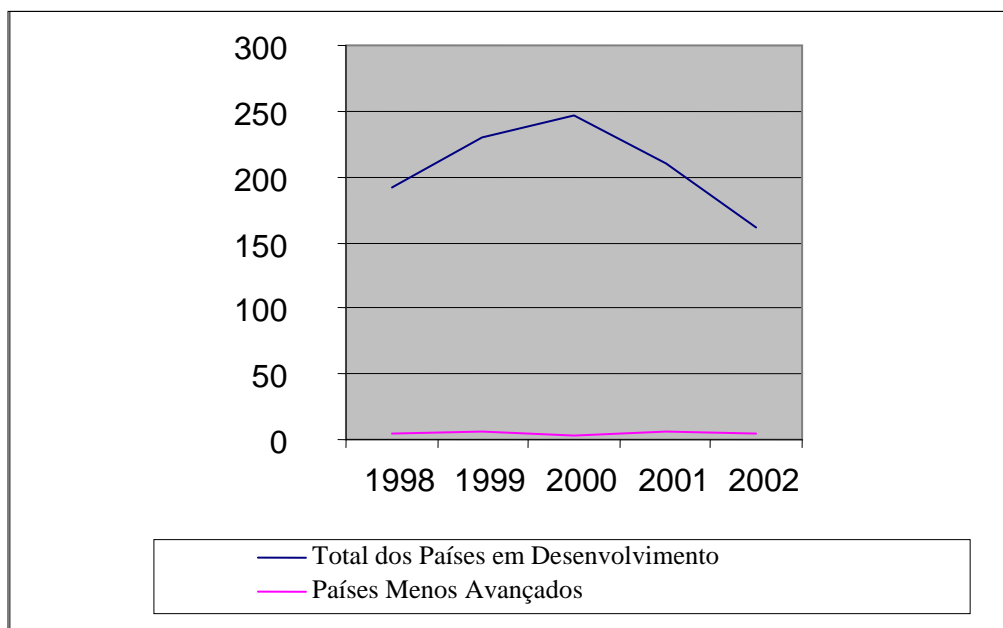


Fonte: UNCTAD (2003)

No entanto, mesmo essa pequena porção torna-se enorme quando comparada com a parcela dos fluxos de IDE destinados aos PMA (figura nº 16). O IDE melhora a produtividade da economia, mas os países receptores precisam de ter agentes económicos domésticos capazes de responderem a estímulos. Os benefícios potenciais de IDE serão melhor explorados em ambientes de alta qualidade da força de trabalho e de infra-estruturas qualificadas. A diversidade de condições entre países e mesmo dentro dos países receptores reflecte-se numa diversidade de resultados nas várias economias (KLEIN, AARON e HADJIMICHAEL). Aqui poderá residir a explicação para as diferenças de aproveitamento do IDE entre vários países, percebendo-se o porquê de alguns países em desenvolvimento terem conseguido aproveitar o processo de globalização para se desenvolverem enquanto outros continuam a marcar passo¹⁷.

¹⁷ PRASAD, ROGOFF, WEI e KOSE (2003) mostraram que as entradas de IDE tendem a produzir “spillovers” que são aproveitados pelas empresas domésticas de países com boa capacidade de absorção, enquanto em países com falta de recursos humanos qualificados, mercados financeiros domésticos pouco aprofundados e má governação, o IDE tende a criar enclaves de produtividade e de competitividade enquanto o resto da economia pouco ou nada beneficia.

Figura nº 16: Comparação dos volumes de entrada de IDE nos Países Menos Avançados e no total dos Países em Desenvolvimento
(em milhares de milhões de dólares)



Fonte: UNCTAD (2003)

Um dos factores importantes para o crescimento é a existência de mercados financeiros locais desenvolvidos¹⁸ que forneçam os capitais necessários para os investimentos. Os mercados de capitais ainda têm um longo percurso a percorrer na África subsaariana, como nos mostra o quadro nº 14, para superar a diferença na rotação das acções entre os mercados subsaariano e os mais desenvolvidos.

Uma das críticas mais ferozes à introdução da taxa Tobin e da taxa tipo Tobin é que a liquidez dos mercados diminuiria assustadoramente, sendo maior o prejuízo resultante da introdução destas taxas globais do que o benefício potencial, no entanto a introdução

¹⁸ Ver figura nº 6.

Segundo Keynes (1936) o estímulo ao investimento deve vir acompanhado de um esforço de modernização institucional que permita criar um sistema financeiro à altura das necessidades da economia.

global de uma taxa Tobin de valor baixo não reduziria a profundidade dos mercados, apenas aumentaria o “spread” entre as cotações de compra e de venda (SPAHN, 2002).

Quadro nº 14: Rácio da Rotação das Acções Negociadas, 2002

(percentagem do total da capitalização bolsista)

Mundo	131.86
OCDE	147.96
Sudeste Asiático e Pacífico	75.35
África Subsaariana	42.50
Países Pobres Altamente Endividados	nd
Países Menos Avançados	nd

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

A diferença entre as poupanças domésticas dos conjuntos de países mais pobres e os restantes é flagrante (quadro nº 15). No longo prazo, a taxa de poupança e o crescimento económico são correlacionados. Para compreendermos o impacto da aprovação das propostas estudadas basta ver que as poupanças domésticas brutas dos PMA são inferiores ao valor que seria possível arrecadar com a aplicação de qualquer uma das propostas¹⁹. No entanto, existe uma imensa diversidade de situações entre os países menos desenvolvidos e que pode ser observada no anexo nº 14. Por exemplo, o Congo tem uma taxa de poupança interna de quase 50 por cento do PIB, valor mais usual num país de rápido crescimento do Sudeste Asiático do que de um pobre país de África.

As poupanças domésticas reduzidas, tais como pouco investimento quer doméstico quer IDE, estão associados à má governação (WEI, 1998).

¹⁹ O que não invalida que alguns cidadãos destes países sejam titulares de contas bancárias muito bem fornecidas, que geralmente contribuem para engrossar as estatísticas dos países desenvolvidos.

Quadro nº 15: Poupanças Domésticas Brutas, 2002

(em milhões de dólares)

Mundo	6.517.352
OCDE	4.504.340
Sudeste Asiático e Pacífico	708.033
África Subsaariana	56.792
Países Pobres Altamente Endividados	36.877
Países Menos Avançados	28.915

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

É de notar que os grupos de países mais pobres são também aqueles que menos poupam face ao PIB (quadro nº 16). As poupanças domésticas brutas dos PMA representam menos de 10 por cento do PIB enquanto em países de crescimento rápido, como os do Sudeste Asiático chegam aos 36 por cento do PIB²⁰. A maior capacidade para poupar, corresponde maior investimento²¹ e conseqüentemente crescimento económico mais rápido (BARRO e SALA-I-MARTIN, 1995).

²⁰ Algumas evidências empíricas recentes indicam que, além de uma taxa de poupança maior elevar a taxa de crescimento do produto, uma elevação da taxa de crescimento pode também aumentar a poupança bruta da economia. Este resultado indica a existência de um círculo virtuoso entre poupança, investimento e crescimento. Entretanto, é importante ressaltar que a elevação da poupança aumenta o crescimento, desde que a eficiência do investimento seja mantida ou aumentada, pois decréscimos nesta eficiência podem reverter esta relação.

²¹ Há cerca de 70 anos, duas posições polares confrontam-se no debate sobre a relação entre investimento e poupança. A primeira delas é a visão *clássica*, segundo a qual para que haja investimento, é necessário que surja previamente a poupança correspondente. Na visão clássica, a abstenção de consumo é vista como um sacrifício, que só terá lugar se o consumidor tiver a expectativa de ser recompensado pelo acto de poupar. Esta recompensa é a taxa de juros, entendida, portanto, como o excedente do produto a ser obtido numa data futura em troca do sacrifício de consumo sofrido no presente. A poupança é, assim, uma função da taxa de juros.

A oposição a esta visão foi iniciada por Keynes (1936), na publicação da sua obra magna. Para Keynes, a poupança, ao invés de se constituir no pré-requisito do investimento seria, na verdade, o seu resultado, numa economia por ele chamada de *monetária* ou *empresarial*. Nestas economias, a decisão de investir depende não da disponibilidade de *produto* não consumido, mas de financiamento, isto é, acesso a meios de pagamento. A produção de bens de investimento será efectuada *em resposta* à procura por este tipo de bens. Assim, o que é necessário é que o sistema financeiro seja capaz de gerar e colocar nas mãos dos investidores os meios de compra necessários para que as encomendas possam ser feitas aos produtores de bens de investimento. Uma vez que as firmas que produzem estes bens se deparem com a procura dos investidores, elas contratarão os trabalhadores necessários para produzi-los e reforçarão o seu parque produtivo. Deste modo, até ao limite do pleno emprego dos trabalhadores (e da plena ocupação da

Quadro nº 16: Poupanças Domésticas Brutas, 2002

(em percentagem do PIB)

Mundo	20.37
OCDE	18.39
Sudeste Asiático e Pacífico	36.67
África Subsaariana	16.96
Países Pobres Altamente Endividados	14.33
Países Menos Avançados	9.87

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

Os PMA são também o grupo de países em que menos capitais são emprestados pelo sector bancário para o seu próprio desenvolvimento (quadro nº 17) o que diminui a capacidade dessas economias para crescer. A poupança insuficiente é uma das limitações ao crescimento dos países em desenvolvimento (FITZGERALD, 1994). Os fluxos de capital externo, incluindo a Ajuda, contribuem para superar as limitações dos mercados domésticos e têm um papel no financiamento do investimento nestes países. Assumindo um papel de maior importância nos casos de países com menores recursos, como os PMA.

capacidade produtiva), na visão de Keynes o investimento poderá ser realizado sem qualquer necessidade prévia de existência de poupança. Ao contrário, a poupança será gerada como resultado do investimento, já que a forma que este toma é a do conjunto de bens cujo destino não pode ser, por sua própria natureza, o consumo. Portanto, o produto que será gerado em resposta à procura de investimento será necessariamente produto não consumível, ou seja poupança.

A visão keynesiana diz que para viabilizar investimentos o que é necessário é que o sistema financeiro seja capaz de responder às necessidades de fundos das empresas que desejam investir.

Quadro nº 17: Crédito Doméstico Fornecido pelo Sector Bancário, 2002

(em percentagem do Produto Interno Bruto)

Mundo	150.72
OCDE	170.01
Sudeste Asiático e Pacífico	143.79
África Subsaariana	65.51
Países Pobres Altamente Endividados	27.07
Países Menos Avançados	23.27

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

Para mais os sectores privados desses países são muitas das vezes débeis e ainda sofrem a concorrência dos sectores públicos pelos capitais, o que se reflecte em valores muito baixos de créditos concedidos aos sectores privados cifrando-se em 14.81 por cento do PIB nos PMA, 53.47 por cento do PIB nos países da África subsaariana e 19.16 por cento do PIB dos PPAE, enquanto atinge 133.71 por cento na OCDE e a média mundial é de 118.11 por cento do PIB global (quadro nº 18).

Quadro nº 18: Crédito Doméstico ao Sector Privado, 2002

(em percentagem do Produto Interno Bruto)

Mundo	118.11
OCDE	133.71
Sudeste Asiático e Pacífico	116.46
África Subsaariana	53.47
Países Pobres Altamente Endividados	19.16
Países Menos Avançados	14.81

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

O comércio internacional é um dos grandes motores do crescimento económico para as economias mais pujantes, sendo mesmo a principal fonte de crescimento para alguns países (WEI e WU, 2001), no entanto na situação actual dos países mais pobres, especialmente dos PMA, os dados relativos às exportações (quadro nº 19) também não são muito animadores. A abertura comercial sendo benéfica na maioria dos casos, provocou nalguns países menos competitivos retrocessos não desprezíveis, resultantes de processos de reformas mais rápidas do que a economia doméstica estava preparada para enfrentar (SACHS e WARNER, 1995).

Quadro nº 19: Exportações de Bens e Serviços, 2002

(em percentagem do PIB)

Mundo	23.87
OCDE	20.77
Sudeste Asiático e Pacífico	41.33
África Subsaariana	33.13
Países Pobres Altamente Endividados	31.35
Países Menos Avançados	23.02

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

Resulta desta análise que o impacto da aprovação destas propostas (individual ou colectivamente) seria imenso e constituiria para os países beneficiários uma possibilidade impar. No entanto, não podemos esquecer que do lado dos custos encontramos uma diminuição do volume de transacções cambiais, no caso da taxa Tobin, ou das transacções bolsistas no caso da taxa tipo Tobin, o que não é desprezível, valores enormes de evasão fiscal e possíveis perturbações sobre os mercados financeiros que não podemos simplesmente ignorar.

5 - Conclusões

Neste estudo analisámos a situação actual do financiamento para o auxílio internacional ao desenvolvimento e dissecámos três propostas que visam o aumento dos fundos para esse fim. Da análise efectuada das propostas, parece claro ser a aplicação das duas propostas de taxa Tobin e de taxa tipo Tobin, ideia defendida pelos economistas da associação ATTAC, a melhor forma de atingir o objectivo proposto, pois actuam sobre todas as transacções financeiras, não discriminando negativamente as transacções cambiais.

A proposta de George Soros é uma forma de disponibilizar novos fundos para o auxílio ao desenvolvimento que, pondera a capacidade económica dos países mais ricos nas contribuições a efectuar, no entanto parece mais lógico usar esta proposta como complemento das propostas das taxas Tobin e tipo Tobin do que utilizá-la como fonte primordial para o aumento de fundos.

Assim, a melhor solução, com vista a maximizar as receitas, parece ser a adopção de uma taxa Tobin sobre as transacções cambiais e de uma taxa tipo Tobin sobre as transacções financeiras complementada com emissões e doações de DSE destinadas a financiar o fornecimento de bens públicos à escala global.

No entanto, outra questão carece de análise. Qual o destino a dar ao dinheiro?

Pelo que atrás ficou exposto, parece evidente que não basta aumentar os recursos disponíveis para o auxílio aos países em desenvolvimento, sendo decisiva a forma como esses recursos são aplicados. A má governação, corrupção e o desbarato dos fundos internacionais é mais do que aparente, sendo necessária outra abordagem para garantir que o dinheiro dos contribuintes dos países ricos enviado para os países em desenvolvimento, serve os interesses daqueles que mais precisam e não acaba por

regressar às praças financeiras mundiais, de maior importância (e/ou Off-Shores), fazendo o percurso de regresso tituladas por membros de elites locais corruptas que enriquecem à custa do aumento do sofrimento dos cidadãos dos seus países. Exemplos desta situação não faltam no mundo actual. Os interesses geoestratégicos, por maiores que sejam, não podem continuar a servir para perpetuar este estado de coisas.

A solução ideal parece ser a existência de um governo mundial que, administre directamente a aplicação de fundos públicos globais, com a existência de uma moeda única global e de leis globais. No entanto, como esta solução parece reservada para o futuro, algumas medidas imediatas podem ser tomadas pelos países doadores, como forma de aumentar a efectividade da ajuda. Os países com mais pobreza, melhor governação, maior transparência e com um ambiente macroeconómico favorável devem ser os mais ajudados, com o objectivo de conseguir melhores resultados a curto prazo e influenciar os restantes a alterarem as suas práticas.

O desenvolvimento económico (e humano) é um objectivo demasiado importante para que seja deixado nas mãos (ainda que assumindo apenas o papel de parceiros privilegiados) de elites locais. A forma como os fundos para o auxílio internacional ao desenvolvimento são aplicados deve constituir a preocupação primeira quando, generosamente, reflectimos sobre a melhor ideia para aumentar esses fundos, pois o aumento de fundos para o financiamento do desenvolvimento sem enormes progressos na forma como são aplicados resultaria numa oportunidade perdida, condicionadora do futuro da humanidade. O que seria imperdoável.

Bibliografia

Ackerman, S. R. (2002), *Corrupção e Governo*, Estudos & Controvérsias, Lisboa.

Addison, T. e Chowdhury, A. (2003), “A Global Lottery and a Global Premium Bond”, WIDER Discussion Paper 2003/80.

Alesina, A. e Dollar, D. (2000), “Who Gives Foreign Aid to Whom and Why?”, *Journal of Economic Growth*, 5 (1), pp 33-63.

Angelis, M. de (1999), “Capital Movements, Tobin Tax and Permanent Fire Prevention: A Critical Note”, *Journal of Post Keynesian Economics*, Winter 1999/2000, Vol. 22, Issue 2, pp 187-205.

Aryeetey, E. (2004), “A Development Focussed SDR Allocation”, WIDER Discussion Paper 2004/003.

Atelier Développement présidé par Erika M’Bokalo. Commissariat Général du Plan, *Développement : de l’aide au partenariat*.

Atkinson, A. (2003), “Innovative Sources for Development Finance : Over-Arching Issues”, WIDER Discussion Paper 2003/88.

Balassa, B. (1985), “Exports, Policy Choices and Economic Growth in Developing Countries After the 1973 Oil Shocks”, *Journal of Economic Development*, Vol. 18, pp 22-35.

Banco Mundial (1998), *Assessing Aid*, Oxford University Press, New York.

Banco Mundial (2000), *World Development Report 2000/2001. Attacking Poverty*, Oxford University Press, New York.

Banco Mundial (2002) *Globalisation, Growth and Poverty*, World Bank, Washington DC.

Banco Mundial (2003), *World Development Report 2003*, World Bank, Washington DC.

Banco Mundial (2003a), *Global Economic Prospects 2004: Realizing the Development Promise of the Doha Agenda*, Washington DC.

Banco Mundial (2004), *World Development Report 2004*, Banco Mundial, Washington DC.

Banco Mundial (2004a), *World Development Indicators 2004*, Online, (<http://www.worldbank.org/data/onlinebases/onlinebases.html>).

Bank for International Settlements (2002), *Triennial Central Bank Survey: Foreign exchange and derivatives market activity in 2001*, BIS Press & Communications, Basel, Switzerland.

Barro, R. (1991), “Economic Growth in a Cross Section of Countries”, *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 106, pp 407-43.

Barro, R., Sala-I-Martin, X. (1995), *Economic Growth*, New York, McGraw Hill.

Bartoli, H. (1999), *Repenser le Développement – En finir avec la pauvreté*, UNESCO, Paris.

Bates, R. H. (1988), *Toward a Political Economy of Development*, University of California Press, Los Angeles.

Ben-David, D., Nordstrom, H. e Winters, A. (1999), *Trade Income Disparity and Poverty*, World Trade Organization Publications, Geneva.

Bénassy-Quéré, A., Fontagné, L. e Lahrèche-Révil, A. (2003), “Tax Competition and Foreign Direct Investment”, CEPII Working Paper n° 2003-17, Paris.

Bhagwati, J. N. (1974), *Illegal Transaction in International Trade*, Amsterdam e New York, North-Holland-American Elsevier.

Bleaney, M. e Nishiyama, A. (2002), “Explaining Growth: A Contest Between Models”, *Journal of Economic Growth*, Vol. 7, n° 1 (February), pp 43-56.

Boniface, P. (2000), *Atlas das Relações Internacionais*, Plátano Edições, Porto.

Bovard, J. (1986), *The continuing failures of Foreign Aid*, Policy Analysis n° 65, 31 January, Cato Institute.

Brunner, A. D. (2003), “The Long-Run Effects of Trade on Income and Growth”, IMF Working Paper 2003-37, International Monetary Fund.

Buira, A. (2002), *Allocating Special Drawing Rights to Increase International Financial Stability*, (<http://www.undp.org/ods/monterrey-papers/buira.pdf>).

Burnside, C. e Dollar, D. (1997), “Aid Policies and Growth”, Policy Research Working Paper, n° 1777, World Bank.

Burnside, C. e Dollar, D. (1998), *Aid, the Incentive Regime and Poverty Reduction*, Macroeconomics and Growth Group, the World Bank, Washington DC.

Carlsson, M. A. e Hernandez, L. (2002), “Determinants and Repercussions of the Composition of Capital Inflows”, IMF Working Paper 02/86, Washington DC, International Monetary Fund.

Chang, H. (2003), *Globalisation, Economic Development and the Role of the State*, Zed Books, London.

Chesnais, F. e Plihon, D. (2000), *As Armadilhas da Finança Mundial: Diagnósticos e Soluções*, Campo da Comunicação, 1ª edição portuguesa - Março 2003, V.N. Famalicão.

Collier, P. e Dollar, D. (1999), “Aid Allocation and Poverty Reduction”, paper do Development Research Group do World Bank.

Collier, P. e Dollar, D. (2001), “Can the World Cut Poverty in Half? How Policy Reform and Effective Aid Can Meet International Development Goals”, *World Development* 29 (11), pp 1787-1802.

Crafts, N. (2000), “Globalization and Growth in the Twentieth Century”, IMF Working Paper 2000-44, International Monetary Fund.

Davidson, P. (1997), “Are Grains of Sand in the Wheels of International Finance Sufficient to Do the Job When Boulders Are Often Required?”, *The Economic Journal*, Vol. 107, nº 442, pp 671-686.

Davidson, P. (1998), “Efficiency and Fragile Speculative Markets: Against the Tobin Tax and for a Creditable Market Maker”, *American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 57, nº 4, pp 639-62.

De Grauwe, P. (2000), “Controls on Capital Flows”, *Journal of Policy Modelling*, Vol. 22, nº 3.

Dollar, D. (1992), “Outward-Oriented Developing Economies Really Do Grow More Rapidly: Evidence from 95 LDC’s; 1976-1985”, *Economic Development and Cultural Change* 40 (April), pp 523-44.

Dollar, D. e Easterly, W. (1999), “The search for the key: Aid, Investment and Policies in Africa”, *Journal of African Economies*, 8(4), pp 546-77.

Dollar, D. e Kraay, A. (2000), “Growth Is Good for the Poor”, Development Research Group, The World Bank, Washington DC, March.

Dollar, D. e Kraay, A. (2002), “Trade, Growth and Poverty”, the World Bank Development Research Group, Draft, July.

Dornbush, R., Fischer, S. e Startz, R. (1998), revisão técnica Miguel St. Aubyn, *Macroeconomia*, 7ª edição, McGraw Hill, Lisboa.

Fitzgerald, E. V. K. (1994), *Financing economic development: a structural approach to monetary policy*, E.V.K. Fitzgerald. Reprinted ed.

FMI (2004), *World Economic Outlook: Advancing Structural Reforms*, (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2004/01/index.htm>).

FMI (2004a), *Financial Statements*, Financial Year Ended April 30, (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/quart/index.htm>).

François, J., Meijl, H. V. e Tongeren, F. V. (2003), “Economic Implications of Trade Liberalization Under the Doha Round”, CEPII Working Paper n° 2003-20, Paris.

Frankel, J. e Romer, D. (1999), “Does Trade Cause Growth?”, *the American Economic Review*, pp 379-99, June.

Friedman, J. (1996) *Empowerment, Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Celta Editora, Oeiras.

Friedman, M. (1953), The case of Flexible Exchange Rates, in *Essays in Positive Economics*, University of Chicago Press, Chicago.

Grossman, G. M. (1996), *Economic Growth: Theory and Evidence*. Volume II, in the International Library of Critical Writings in Economics 68, University Press, Cambridge.

Hodgson, G. (1994), *Economia e Instituições*, Celta Editora, Oeiras.

Holmes, T. e Schmitz, J.A. Jr. (1995), “Resistance to new Technology and Trade Between Areas”, in *Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review* 19, pp 2-18.

Jégourel, Y. (2002), *La Taxe Tobin*, Éditions la Découverte & Syros, Collection Repères, Paris.

Kaufmann, D., Kraay, A. e Zoido-Lobaton, P. (1999), “Governance Matters”, World Bank Policy Research Working Paper 2196, Washington DC.

Kaufmann, D., Kraay, A. e Zoido-Lobaton, P. (2002), “Governance Matters II – Updated Indicators for 2000/2001”, World Bank Policy Research Working Paper 2772, Washington DC.

Keynes, J. M. (1936), *A Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*, 2ª ed. 1985, Colecção os Economistas, editora Nova Cultura, São Paulo.

King, R. G. e Levine, R. (1993), “Finance and Growth: Schumpeter might be right”, *Quarterly Journal of Economics*, 108 (August), pp 717-37.

Klein, M., Aaron, C. e Hadjimichael, B., s/d, “Foreign Direct Investment and Poverty Reduction”, International Monetary Fund Working Paper.

Mauro, P. (1995), “Corruption and Growth”, *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 110, pp 681-712.

Mauro, P. (1996), “The Effects of Corruption on Growth, Investment and Government Expenditure”, International Monetary Fund Working Paper 96-98.

Mehrez, G. e Kaufmann, D. (1999), *Transparency, Liberalization and Financial Crises*, World Bank, Washington DC.

MINEFI – Ministère de l'Économie, des Finances et de l'Industrie de France (2000), "Rapport sur la Taxation des Opérations de Change, la Régulation des Mouvements de Capitaux et sur les Conséquences de la Concurrence Fiscale entre États" (http://www.finances.gouv.fr/minEFI/europe/operations_monetaires/index-b.htm).

Nissanke, M. (2003), "Revenue Potential of the Tobin Tax for Development Finance: A Critical Appraisal", WIDER Discussion Paper 2003/81.

OCDE (1992), *Manual da Ajuda ao desenvolvimento – Princípios do CAD para uma Ajuda Eficaz*, Paris.

OCDE (1996), *O Papel da Cooperação para o Desenvolvimento no Limiar do Século XXI*, Paris.

OCDE (1996a), *Vers une Pénurie Mondiale de Capitaux : Menace Réelle ou Fiction ?*, Études de l'OCDE, Paris.

OCDE (2001), *International Development Statistics*, CD-Rom.

OCDE (2003), *Mondialisation, Pauvreté et Inégalité*, Séminaires du Centre de Développement, Paris.

OCDE (2004), *International Development Statistics*, CD-Rom.

OCDE (2004a), *Geographical Distribution of Financial Flows to Aid Recipients 1998-2002*, Paris.

OMC (2003), *International Trade Statistics 2003*, (http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2003_e/its03_toc_e.htm).

ONU (2001), *Technical Report of the High-Level Panel on Financing for Development (Zedillo Report)*, New York, (http://www.un.org/reports/financing/report_full.htm).

Ovaska, T. (2003), "The failure of Development Aid", *Cato Journal*, Vol. 23, nº 2 (Fall).

Passet, R. (2002), *A Ilusão Neoliberal*, Terramar, Lisboa.

Persson, T. e Tabellini, G. (1994), "Is Inequality Harmful for Growth?", *American Economic Review* 84 (June), pp 600-21.

Platteau, J-P. e Gaspart, F. (2003), *The elite capture problem in Participatory Development*, Centre for Research on the Economics of Development, University of Namur, Namur, Bélgica.

Prasad, E., Rogoff, K., Wei, S.-J. e Kose, A. (2003), *Effects of Financial Globalisation on Developing Countries: Some Empirical Evidence*, IMF, March 17, Washington DC.

Raffer, K. e Singer, H. W. (1996), *The foreign aid business. Economic assistance and development co-operation*, Edward Elgar Publishing limited, Cheltenham, UK.

Raffer, K. (1998), “The Tobin Tax: Reviving a Discussion”, *World Development*, Vol. 26, pp 529-38.

Rodrik, D. (1999), “Where Did All the Growth Go?”, *Journal of Economic Growth*, December.

Rodrik, D. (1999a), *Making Openness Work*, Overseas Development Institute, London.

Sachs, J. (1984), *Theoretical Issues in International Borrowing*, Study in International Finance n° 54, Princeton University.

Sachs, J. e Warner, A. (1995), *Economic Reform and the Process of Global Integration*, Brookings Papers on Economic Activity, (1), pp 1-118.

Sally, R. (1999), *National Trade Policy Reform, the WTO and the Millennium Round: the Case of Developing Countries and Countries in Transition*, Cato Institute, Washington DC.

Sandmo, A. (2003), “Environmental Taxation and Revenue for Development”, WIDER Discussion Paper 2003/86.

Sen, A. (1999), *O Desenvolvimento como Liberdade*, Gradiva, Lisboa, 1ª edição portuguesa, Fevereiro de 2003.

Solow, R. M. (1956), “A contribution to the Theory of Economic Growth”, *Quarterly Journal of Economics*, 50 (February), pp 65-94.

Soros, G. (2002), *Globalização*, Temas e Debates, 1ª edição portuguesa – Junho de 2003, Lisboa.

Spahn, P. B. (2002), *On the Feasibility of a Tax on Foreign Exchange Transactions*, Federal Ministry for Economic Cooperation and Development, Germany.

Stiglitz, J. (1998), *More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the post-Washington Consensus*, the 1998 Wider Annual Lecture, Helsinki, Finland.

Stiglitz, J. (1998a), *Towards a New Paradigm for Development: Strategies, Policies and Processes*, the 1998 Prebish Lecture at UNCTAD, Geneva, Switzerland.

Stiglitz, J. (1999), *Participation and Development: Perspectives from the Comprehensive Development Paradigm*, Seoul, Korea.

Stiglitz, J. (2002), *Globalização. A grande desilusão*, 1ª edição portuguesa, Terramar, Novembro de 2002, Lisboa, Portugal.

Stiglitz, J. (2003), “How to Reform the Global Financial System”, *Harvard Relations Council International Review*, 25(1): 54-9.

Swan, T. W. (1956), “Economic Growth and Capital Accumulation”, *Economic Record* 32 (November), pp 334-61.

Tammilehto, O. (2003), *Globalisation and Dimensions of Poverty*, Helsinki, Ministry of Foreign Affairs of Finland

Tobin, J. (1978), “A Proposal for International Monetary Reform”, *The Eastern Economic Journal*, Vol. 4, pp 153-59.

Tobin, J. (2001), “They Are Misusing My Name”, Tradução inglesa da entrevista, *Der Spiegel*, 2 de Setembro.

Tsikata, T. (1998), *Aid Effectiveness: A Survey of the Recent Empirical Literature*, International Monetary Fund – Policy Development and Review Department, March.

UNCTAD (2003), *World Investment Report 2003. FDI Policies for Development: National and International Perspectives*, United Nations, New York e Geneva.

UNCTAD (2003a), *The Development Dimension of FDI: Policy and Rule-Making Perspectives*, United Nations, New York e Geneva.

UNCTAD (2004), *The Least Developed Countries Report 2004: Linking International Trade with Poverty Reduction*, United Nations, New York e Geneva.

Wei, S-J. (1998), *Corruption in Economic Development: Beneficial Grease, Minor Annoyance or Major Obstacle?*, Comunicação à Workshop on Integrity in Governance in Asia, PNUD; Banguécoque.

Wei, S-J. e Wu, Y. (2001), “Negative Alchemy? Corruption, Composition of Capital Flows and Currency Crises”, CID Working Paper nº 66.

WFE (2004), Focus, nº 135, Maio.

ANEXOS

Anexo 1: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

OBJECTIVOS E METAS	INDICADORES
<p>Objectivo 1.</p> <p>Erradicar a pobreza extrema e a fome</p>	
<p>Meta 1.</p> <p>Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população cujo rendimento é inferior a um dólar norte-americano por dia</p>	<p>1. Proporção da população com menos de 1 dólar por dia</p> <p>2. Índice de fosso de pobreza (incidência x grau de pobreza)</p> <p>3. Parte do quinto mais pobre da população no consumo nacional</p>
<p>Meta 2.</p> <p>Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome</p>	<p>4. Prevalência de crianças (com menos de 5 anos) com insuficiência ponderal</p> <p>5. Proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo dietético de calorias</p>
<p>Objectivo 2.</p> <p>Atingir o ensino primário universal</p>	
<p>Meta 3.</p> <p>Garantir que, até 2005, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário</p>	<p>6. Taxa líquida de matrícula no ensino primário</p> <p>7. Proporção dos alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º</p> <p>8. Taxa de alfabetização dos membros da faixa etária dos 15-24</p>
<p>Objectivo 3.</p> <p>Promover a igualdade entre os sexos e a autonomização das mulheres</p>	
<p>Meta 4.</p> <p>Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015</p>	<p>9. Razão raparigas/rapazes no ensino primário, secundário e superior</p> <p>10. Razão entre homens e mulheres analfabetos na faixa etária dos 15-24</p>

OBJECTIVOS E METAS	INDICADORES
	11. Percentagem de mulheres assalariadas no sector não agrícola 12. Proporção de mandatos ocupados por mulheres no parlamento nacional
Objectivo 4. Reduzir a mortalidade de crianças	
Meta 5. Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças com menos de 5 anos	13. Taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos 14. Taxa de mortalidade infantil 15. Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo
Objectivo 5. Melhorar a saúde materna	
Meta 6. Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna	16. Taxa de mortalidade materna 17. Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado
Objectivo 6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças	
Meta 7. Até 2015, ter detido a propagação do HIV/SIDA e começado a inverter a tendência actual	18. Taxa de prevalência do HIV/SIDA entre as mulheres grávidas com idades entre os 15 e os 24 anos 19. Taxa de utilização de anticonceptivos 20. Número de crianças tornadas órfãs pela SIDA
Meta 8. Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começado a inverter a tendência actual	21. Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à malária 22. Proporção da população das zonas de risco que utilizam meios de protecção e tratamento eficazes contra a malária 23. Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à tuberculose 24. Proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito de tratamentos de curta duração sob vigilância directa
Objectivo 7.	

OBJECTIVOS E METAS	INDICADORES
<p>Garantir a sustentabilidade ambiental</p>	
<p>Meta 9.</p> <p>Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais</p>	<p>25. Proporção de zonas florestais</p> <p>26. Superfície de terras protegidas para manter a biodiversidade</p> <p>27. Produto Interno Bruto (PIB) por unidade energética consumida (rendimento energético)</p> <p>28. Emissões de dióxido de carbono (per capita)</p> <p>(A estes indicadores acrescentam-se dois números relacionados com a poluição atmosférica mundial: destruição da camada de ozono e acumulação de gases que favorecem o aquecimento do planeta)</p>
<p>Meta 10.</p> <p>Reduzir para metade, até 2015, a proporção da população sem um acesso permanente a água potável salubre</p>	<p>29. Proporção da população com acesso a uma fonte de água melhor</p>
<p>Meta 11.</p> <p>Até 2020, conseguir obter uma melhoria significativa da vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados</p>	<p>30. Proporção da população com acesso a condições melhoradas de saneamento</p> <p>31. Proporção da população com acesso à segurança de ocupação da habitação</p> <p>(A distribuição urbana/rural de alguns dos indicadores atrás referidos poderá ser relevante para acompanhar a melhoria da situação dos habitantes de bairros degradados)</p>
<p>Objectivo 8.</p> <p>Criar uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento</p>	
<p>Meta 12.</p> <p>Continuar a implementar um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório</p> <p>(Inclui um compromisso em relação à boa governação, ao desenvolvimento e à redução da pobreza – tanto a nível</p>	<p>(Alguns dos indicadores apresentados a seguir serão avaliados separadamente no caso dos países menos avançados (PMA), de África, dos países sem saída para o mar e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento)</p>

OBJECTIVOS E METAS	INDICADORES
nacional como internacional)	
<p>Meta 13.</p> <p>Satisfazer as Necessidades Especiais dos Países Menos Avançados</p> <p>(Inclui: o acesso num regime isento de direitos e não sujeito a quotas das exportações dos países menos avançados; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres altamente endividados e anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda pública para o desenvolvimento mais generosa aos países empenhados na luta contra a pobreza)</p>	<p>32. Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) líquida como percentagem do rendimento nacional bruto dos países dadores membros da OCDE/Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (metas de 0,7% no total e 0,15% para os PMA)</p> <p>33. Proporção da APD para serviços sociais básicos (educação básica, cuidados de saúde primários, nutrição, água salubre e saneamento)</p>
<p>Meta 14.</p> <p>Satisfazer as necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento</p> <p>(mediante o Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e as conclusões da vigésima segunda sessão extraordinária da Assembleia Geral)</p>	<p>34. Proporção da APD que não está vinculada</p> <p>35. Proporção da APD dedicada ao ambiente nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento</p> <p>36. Proporção da APD dedicada aos transportes nos países sem acesso ao mar</p> <p>Acesso aos mercados</p>
<p>Meta 15.</p> <p>Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo</p>	<p>37. Proporção das exportações (por valor e excluindo armas) admitidas sem pagamento de direitos nem submetidas a quotas</p> <p>38. Taxas médias de direitos e quotas aplicadas aos produtos agrícolas, têxteis e vestuário</p> <p>39. Subsídios agrícolas internos e à exportação nos países da OCDE</p> <p>40. Proporção da APD atribuída ao reforço das capacidades comerciais</p> <p>Sustentabilidade da dívida</p> <p>41. Proporção da dívida oficial bilateral dos Países Pobres Muitos Endividados (PPME) anulada</p> <p>42. Serviço da dívida como percentagem das exportações de bens e serviços</p>

OBJECTIVOS E METAS	INDICADORES
	<p>43. Proporção de APD fornecida como redução da dívida</p> <p>44. Número de países que tenham atingido pontos de decisão e de cumprimento da Iniciativa a favor dos PPME</p>
<p>Meta 16.</p> <p>Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e pôr em execução estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo</p>	<p>45. Taxa de desemprego da população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos</p>
<p>Meta 17.</p> <p>Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento</p>	<p>46. Proporção da população com acesso a medicamentos essenciais a preço acessível, numa base sustentável</p>
<p>Meta 18.</p> <p>Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial da tecnologia de informação e de comunicações</p>	<p>47. Linhas telefónicas por 1000 habitantes</p> <p>48. Computadores pessoais por 1000 habitantes</p> <p>(Outros indicadores a serem decididos)</p>

Anexo 2: Lista de Países Menos Avançados

Afeganistão
Angola
Bangladesh
Benim
Burquina Faso
Burundi
Butão
Camboja
Cabo Verde
Chade
Comores
Eritreia
Etiópia
Gambia
Guiné
Guiné-Bissau
Guiné Equatorial
Haiti
Iémen
Ilhas Salomão
Jibouti
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malavi
Maldivas
Mali
Mauritânia
Mianmar
Moçambique
Nepal
Níger
Quiribati
República Centro-Africana
República Democrática do Congo
República Democrática Popular do Laos
República Unida de Tanzânia
Ruanda
Samoa
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Somália
Sudão
Togo
Tuvalu
Uganda
Vanuatu
Zâmbia

Fonte: UNCTAD (2004)

Anexo 3: Lista de Países em Desenvolvimento, Produtores de Petróleo

Angola
Arábia Saudita
Argélia
Bahrein
Brunei
Camarões
Congo
Emirados Árabes Unidos
Equador
Gabão
Indonésia
Irão
Iraque
Kuwait
Líbia
Nigéria
Omã
Qatar
Síria
Trinidade e Tobago
Venezuela

Fonte: UNCTAD (2003)

Anexo 4: Dívida Externa dos PMA

(em milhões de dólares e em percentagem do PIB do ano 2002)

	1985	1990	1999	2002	% PIB
Afganistão	Nd	nd	nd	nd	nd
Angola	0	8 594	10 301	10 134	90,10
Bangladesh	6 656	12 439	16 570	17 037	35,82
Benim	854	1 292	1 687	1 843	68,39
Burquina Faso	513	834	1 579	1 580	50,53
Burundi	455	907	1 131	1 204	167,45
Butão	9	84	184	377	63,79
Camboja	7	1 845	2 517	2 907	72,58
Cabo Verde	95	134	327	414	67,21
Chade	217	524	1 141	1 281	63,99
Comores	134	187	228	270	105,47
Eritreia	0	0	253	528	82,24
Etiópia	5 206	8 630	5 544	6 523	107,66
Gambia	245	369	465	573	160,50
Guiné	1 465	2 476	3 522	3 401	105,85
Guiné-Bissau	318	692	934	699	344,33
Guiné Equatorial	132	241	271	260	12,28
Haiti	749	911	1 182	1 248	36,33
Iémen	3 339	6 352	6 194	5 290	52,98
Ilhas Salomão	66	121	165	180	75,00
Jibouti	144	205	275	335	56,11
Lesoto	175	396	682	637	89,22
Libéria	1 243	1 849	2 077	2 324	413,52
Madagáscar	2 530	3 704	4 755	4 518	102,68
Malavi	1 021	1 558	2 751	2 912	153,18
Maldivas	83	78	219	270	43,13
Mali	1 456	2 468	3 190	2 803	83,32
Mauritânia	1 454	2 113	2 534	2 309	238,29
Mianmar	3 098	4 695	6 004	5 871	Nd
Moçambique	2 871	4 650	6 965	4 609	128,06
Nepal	590	1 640	2 970	2 953	53,22
Níger	1 195	1 726	1 668	1 797	82,77
Quiribati	Nd	nd	nd	nd	nd
República Centro-Africana	344	699	909	1066	101,91
Rep. Dem. do Congo	6 183	10 259	12 048	8 726	152,90
Rep. Dem. Pop. do Laos	619	1 768	2 527	2 665	158,63
Rep. Unida de Tanzânia	9 110	6 459	8 066	7 244	77,21
Ruanda	366	712	1292	1435	82,85
Samoa	76	92	192	234	89,66
São Tomé e Príncipe	63	150	320	333	666,00
Senegal	2 566	3 736	3 766	3 918	77,78
Serra Leoa	711	1 197	1 298	1 448	184,93
Somália	1 639	2 370	2 606	2 688	nd
Sudão	8 955	14 762	16 132	16 389	121,26
Togo	935	1 281	1 521	1 581	114,23
Tuvalu	Nd	nd	nd	nd	nd
Uganda	1 231	2 583	3 492	4 100	70,65
Vanuatu	16	40	65	84	35,90
Zâmbia	4 499	6 916	5 868	5 969	161,46
Total dos PMA	73 630	124 733	148 386	144 967	83,37

Fonte: UNCTAD (2004)

Anexo 5: Serviço da Dívida Externa dos PMA

(em milhões de dólares e em percentagem do PIB do ano 2002)

	1985	1990	1999	2002	% PIB
Afganistão	Nd	nd	nd	nd	nd
Angola	0	283	1384	844	7,50
Bangladesh	195	495	605	624	1,31
Benim	41	33	56	50	1,86
Burquina Faso	25	28	56	42	1,34
Burundi	21	40	20	19	2,64
Butão	0	5	7	6	1,02
Camboja	0	29	27	7	0,17
Cabo Verde	5	6	20	21	3,41
Chade	12	7	27	24	1,20
Comores	2	1	3	4	1,56
Eritreia	0	0	3	9	1,40
Etiópia	111	201	144	96	1,58
Gambia	1	30	17	19	5,32
Guiné	61	149	110	122	3,80
Guiné-Bissau	5	6	8	13	6,40
Guiné Equatorial	2	1	2	2	0,09
Haiti	21	14	34	15	0,44
Iémen	95	108	122	139	1,39
Ilhas Salomão	3	10	11	6	2,50
Jibouti	4	11	8	9	1,51
Lesoto	18	23	49	63	8,82
Libéria	19	2	0	0	0,00
Madagáscar	94	155	140	67	1,52
Malavi	76	103	44	27	1,42
Maldivas	9	7	17	21	3,35
Mali	34	43	85	69	2,05
Mauritânia	76	118	88	56	5,78
Mianmar	185	57	88	379	nd
Moçambique	57	64	80	62	1,72
Nepal	13	54	99	93	1,68
Níger	95	71	24	25	1,15
Quiribati	Nd	nd	nd	nd	nd
República Centro-Africana	12	17	12	0	0,00
Rep. Dem. do Congo	300	137	0	412	7,22
Rep. Dem. Pop. do Laos	5	8	29	35	2,08
Rep. Unida de Tanzânia	140	137	180	133	1,42
Ruanda	14	15	20	19	1,10
Samoa	5	4	5	5	1,92
São Tomé e Príncipe	3	2	4	6	12,00
Senegal	103	226	187	190	3,77
Serra Leoa	15	17	12	21	2,68
Somália	5	7	0	0	nd
Sudão	89	23	12	1	0,01
Togo	90	60	31	1	0,07
Tuvalu	Nd	nd	nd	nd	nd
Uganda	56	84	89	57	0,98
Vanuatu	1	2	2	2	0,85
Zâmbia	88	173	135	240	6,49
Total dos PMA	2 203	3 061	4 091	4 052	2,33

Fonte: UNCTAD (2004)

Anexo 6: Total dos Fluxos Financeiros para os PMA

(em milhões de dólares e em percentagem do PIB do ano 2002)

	1985	1990	1999	2002	% PIB
Afganistão	-6	129	149	1 285	nd
Angola	258	91	1 409	-337	-3,00
Bangladesh	1 107	2 167	1 190	895	1,88
Benim	97	243	225	235	8,72
Burquina Faso	190	347	435	490	15,67
Burundi	154	255	64	186	25,87
Butão	24	50	65	96	16,24
Camboja	13	42	281	207	5,17
Cabo Verde	71	107	179	161	26,14
Chade	179	315	207	247	12,34
Comores	51	45	139	-105	-41,02
Eritreia	0	0	149	217	33,80
Etiópia	788	988	656	1 093	18,04
Gambia	48	108	33	47	13,17
Guiné	108	284	235	232	7,22
Guiné-Bissau	63	135	53	60	29,56
Guiné Equatorial	28	62	9	-415	-19,59
Haiti	142	154	262	170	4,95
Iémen	397	331	771	759	7,60
Ilhas Salomão	22	58	40	25	10,42
Jibouti	103	192	272	94	15,75
Lesoto	118	148	18	-44	-6,16
Libéria	-294	519	682	-260	-46,26
Madagáscar	210	430	356	369	8,39
Malavi	118	518	437	389	20,46
Maldivas	11	38	32	52	8,31
Mali	377	474	470	329	9,78
Mauritânia	224	219	264	306	31,58
Mianmar	311	117	150	78	nd
Moçambique	330	1 051	1 150	1 942	53,96
Nepal	244	429	370	280	5,05
Níger	285	382	189	194	8,94
Quiribati	12	20	28	21	39,62
República Centro-Africana	112	257	159	54	5,16
Rep. Dem. do Congo	462	1 410	-336	644	11,28
Rep. Dem. Pop. do Laos	64	150	304	265	15,77
Rep. Unida de Tanzânia	556	1 128	904	1 011	10,78
Ruanda	184	286	376	360	20,79
Samoa	20	54	24	38	14,56
São Tomé e Príncipe	12	54	28	28	56,00
Senegal	306	759	657	541	10,74
Serra Leoa	56	64	76	353	45,08
Somália	380	488	120	197	nd
Sudão	1 117	740	230	423	3,13
Togo	91	257	-31	60	4,34
Tuvalu	3	5	7	37	nd
Uganda	220	665	592	606	10,44
Vanuatu	39	149	72	23	9,83
Zâmbia	523	583	609	603	16,31
Total dos PMA	9 928	17 496	14 758	14 541	8,36
Países em Desenvolvimento	36 815	66 994	233 586	62 525	

Fonte: UNCTAD (2004)

Anexo 7: Total da APD para os PMA

(em milhões de dólares e em percentagem do PIB do ano 2002)

	1985	1990	1999	2002	% PIB
Afeganistão	17	131	143	1 285	nd
Angola	92	268	0 388	421	3,74
Bangladesh	1 131	2 095	1 215	913	1,92
Benim	95	268	211	220	8,16
Burquina Faso	195	331	398	473	15,13
Burundi	139	264	74	172	23,92
Butão	24	47	67	73	12,35
Camboja	13	42	277	487	12,16
Cabo Verde	70	108	137	92	14,94
Chade	181	314	188	233	11,64
Comores	48	45	21	32	12,50
Eritreia	0	0	149	230	35,83
Etiópia	719	1 016	643	1 307	21,57
Gambia	50	99	34	61	17,09
Guiné	115	293	238	250	7,78
Guiné-Bissau	58	129	52	59	29,06
Guiné Equatorial	17	61	20	20	0,94
Haiti	150	168	263	156	4,54
Iémen	392	405	458	584	5,85
Ilhas Salomão	21	46	40	26	10,83
Jibouti	81	194	75	78	13,07
Lesoto	93	142	31	76	10,64
Libéria	91	114	94	52	9,25
Madagáscar	186	398	359	373	8,48
Malavi	113	503	447	377	19,83
Maldivas	9	21	31	27	4,31
Mali	376	482	355	472	14,03
Mauritânia	207	237	219	355	36,64
Mianmar	346	163	81	121	nd
Moçambique	300	1 002	805	2 058	57,18
Nepal	234	426	351	365	6,58
Níger	303	396	187	298	13,73
Quiribati	12	20	21	21	39,62
República Centro-Africana	104	250	118	60	5,74
Rep. Dem. do Congo	306	897	132	807	14,14
Rep. Dem. Pop. do Laos	37	150	295	278	16,55
Rep. Unida de Tanzânia	484	1 173	990	1 233	13,14
Ruanda	180	291	373	356	20,55
Samoa	19	48	23	38	14,56
São Tomé e Príncipe	13	55	28	26	52,00
Senegal	289	818	535	449	8,91
Serra Leoa	65	61	74	353	45,08
Somália	353	494	115	194	nd
Sudão	1 129	822	243	351	2,60
Togo	111	260	71	51	3,68

	1985	1990	1999	2002	% PIB
Tuvalu	3	5	7	12	nd
Uganda	180	668	590	638	10,99
Vanuatu	22	50	37	28	11,97
Zâmbia	322	480	624	641	17,34
Total dos PMA	9 492	16 751	12 326	17 282	9,94
Países em Desenvolvimento	24 941	47 252	38 208	45 710	

Fonte: UNCTAD (2004)

Anexo 8: Entradas de IDE, por Região e Economia, 1998-2002

(em milhões de dólares e em percentagem do PIB do ano 2002)

	1998	2002	% do PIB
Mundo	686 028	651 188	
Economias Desenvolvidas	472 265	460 334	
Europa Ocidental	263 025	384 391	
União Europeia	249 934	374 380	
Alemanha	24 593	38 033	1,92
Áustria	4 533	1 523	0,75
Bélgica e Luxemburgo	22 691	nd	
Bélgica		18 252	7,44
Luxemburgo		125 660	597,67
Dinamarca	7 730	5 953	3,44
Espanha	11 797	21 193	3,25
Finlândia	2 040	9 148	6,96
França	30 984	51 505	3,60
Grécia	85	50	0,04
Holanda	36 964	29 182	6,98
Irlanda	8 579	19 033	15,67
Itália	2 635	14 545	1,23
Portugal	3 144	4 276	3,52
Reino Unido	74 324	24 945	1,59
Suécia	19 836	11 081	4,61
Outros Países da Europa Ocidental	13 091	10 011	
Gibraltar	162	59	nd
Islândia	146	152	1,80
Malta	273	-375	-9,69
Noruega	3 893	872	0,46
Suíça	8 940	9 303	3,48
América do Norte	197 243	50 625	
Canadá	22 809	20 595	2,88
Estados unidos da América	174 434	30 030	0,29
Outras Economias Desenvolvidas	11 997	25 319	
Austrália	6 015	13 978	3,41
Israel	1 839	1 648	1,59
Japão	3 192	9 326	0,23
Nova Zelândia	951	0 367	0,63
Economias em Desenvolvimento	191 284	162 145	
África	8 928	10 998	
Norte de África	2 882	3 546	
Argélia	501	1 065	1,90
Egipto	1 076	647	0,72
Líbia	-150	-96	-0,50

	1998	2002	% do PIB
Marrocos	417	428	1,19
Sudão	371	681	5,04
Tunísia	668	821	3,91
África subsaariana	6 046	7 452	
África do Sul	561	754	0,72
Angola	1 114	1 312	11,66
Benim	35	41	1,52
Botsuana	90	37	0,70
Burquina Faso	10	8	0,26
Burundi	2	nd	nd
Camarões	50	86	0,95
Cabo Verde	9	14	2,27
Chade	21	901	45,00
Comores	3	1	0,39
Congo	33	247	8,19
Costa do Marfim	416	223	1,91
Eritreia	149	21	3,27
Etiópia	261	75	1,24
Gabão	-200	123	2,47
Gambia	24	43	12,04
Gana	56	50	0,81
Guiné	18	30	0,93
Guiné-Bissau	4	1	0,49
Guiné Equatorial	291	323	15,25
Jibouti	3	4	0,67
Lesoto	27	24	3,36
Libéria	190	-65	-11,57
Madagáscar	16	8	0,18
Malavi	-3	nd	nd
Mali	36	102	3,03
Mauritânia	nd	12	1,24
Maurícias	12	28	0,62
Moçambique	235	406	11,28
Namíbia	77	181	6,23
Níger	9	8	0,37
Nigéria	1 051	1 281	2,94
Quênia	42	50	0,41
República Centro-Africana	0	4	0,38
República Democrática do Congo	61	32	0,56
República Unida de Tanzânia	172	240	2,56
Ruanda	7	3	0,17
São Tomé e Príncipe	nd	2	4,00
Seicheles	55	63	9,01
Senegal	71	93	1,85
Serra Leoa	-10	5	0,64
Somália	nd	nd	nd
Suazilândia	152	107	9,02
Togo	42	75	5,42
Uganda	210	275	4,74
Zâmbia	198	197	5,33
Zimbabué	444	26	0,31
América Latina e Caraíbas	82 040	56 019	

	1998	2002	% do PIB
América do Sul	52 424	25 836	
Argentina	7 291	1 003	0,98
Bolívia	1 023	553	7,09
Brasil	28 856	16 566	3,66
Chile	4 628	1 603	2,50
Colômbia	2 829	2 034	2,51
Equador	870	1 275	5,24
Guiana	47	44	6,14
Paraguai	342	-22	-0,40
Peru	1 842	1 462	2,59
Suriname	38	-85	-8,93
Uruguai	164	85	0,70
Venezuela	4 495	1 318	1,40
Caraíbas e América Central	29 616	30 183	
Anguilha	28	33	nd
Antígua e Barbuda	23	36	4,99
Aruba	84	241	12,85
Antilhas Holandesas	-53	-15	nd
Bahamas	147	200	nd
Barbados	16	11	0,43
Belize	19	52	6,17
Bermuda	5 399	9 093	nd
Costa Rica	612	642	3,81
Cuba	15	4	nd
Dominica	7	14	5,65
El Salvador	1 104	208	1,46
Granada	49	41	9,90
Guatemala	673	110	0,47
Haiti	11	6	0,17
Honduras	99	143	2,18
Ilhas Caimão	4 354	3 095	nd
Ilhas Virgens	1 362	111	nd
Jamaica	369	479	6,09
México	12 170	13 627	2,14
Montserrat	3	1	nd
Nicarágua	195	174	4,35
Panamá	1 296	57	0,46
República Dominicana	700	961	4,44
Saint Kitts e Nevis	32	81	22,75
Santa Lúcia	83	22	3,33
São Vicente e Granadinos	89	19	5,26
Trinidade e Tobago	732	737	7,65
Ásia e Pacífico	100 316	95 129	
Ásia	99 983	94 989	
Ásia Ocidental e Médio Oriente	6 893	2 341	
Arábia Saudita	4 289	-350	-0,19
Bahrein	180	218	2,84
Chipre	264	297	2,94
Emirados Árabes Unidos	258	95	0,13
Iémen	-226	64	0,64
Irão	24	37	0,03
Iraque	7	-9	nd

	1998	2002	% do PIB
Jordânia	310	56	0,60
Kuwait	59	7	0,02
Líbano	200	257	1,49
Omã	101	40	0,20
Qatar	347	326	1,87
Síria	82	225	1,08
Territórios Ocupados Palestinos	58	41	1,21
Turquia	940	1 037	0,56
Ásia Central	2 997	4 035	
Arménia	221	100	4,22
Azerbaijão	1 023	1 067	17,52
Cazaquistão	1 152	2 561	10,39
Geórgia	265	146	4,30
Quirguistão	109	-12	-0,75
Tajiquistão	25	9	0,74
Turquemenistão	62	100	1,30
Uzbequistão	140	65	0,82
Ásia, Sul e Sudeste	90 093	88 613	
Afeganistão	nd	nd	nd
Bangladesh	190	45	0,09
Brunei	573	1 035	nd
Butão	nd	nd	nd
Cambodja	243	54	1,35
China	43 751	52 700	4,16
Coreia do Norte	31	12	nd
Coreia do Sul	5 412	1 972	0,41
Filipinas	1 718	1 111	1,43
Hong Kong, China	14 766	13 718	8,49
Índia	2 633	3 449	0,68
Indonésia	-356	-1 523	-0,88
República Democrática Popular do Laos	45	25	1,49
Macau, China	-18	150	2,22
Malásia	2 714	3 203	3,38
Maldivas	12	12	1,92
Mianmar	684	129	nd
Mongólia	19	78	6,97
Nepal	12	10	0,18
Paquistão	507	823	1,39
Singapura	7 594	7 655	8,80
Sri Lanka	150	242	1,46
Tailândia	7 491	1 068	0,84
Taiwan	222	1 445	nd
Vietname	1 700	1 200	3,42
Zona do Pacífico	333	140	
Fiji	196	77	4,10
Ilhas Salomão	2	-7	-2,92
Nova Caledónia	nd	nd	nd
Papuásia Nova Guiné	110	50	1,78
Quiribati	1	1	1,89
Samoa	3	1	0,38
Tonga	2	2	1,47
Tuvalu	nd	nd	nd
Vanuatu	20	15	6,41

	1998	2002	% do PIB
Europa Central e Oriental	22 479	28 709	
Albânia	45	213	4,41
Antiga Rep. Jugoslava da Macedónia	118	77	2,03
Bielorrússia	203	227	1,59
Bósnia e Herzegovina	56	321	5,73
Bulgária	537	479	3,09
Croácia	932	981	4,37
Eslovénia	216	1 865	8,49
Eslováquia	684	4 012	16,94
Estónia	581	307	4,72
Hungria	2 037	854	1,30
Letónia	357	396	4,71
Lituânia	926	732	5,31
Moldávia	76	111	6,83
Polónia	6 365	4 119	2,18
República Checa	3 700	9 319	13,41
Roménia	2 031	1 106	2,42
Rússia	2 761	2 421	0,70
Sérvia e Montenegro	113	475	3,03
Ucrânia	743	693	1,67

Fonte: UNCTAD (2003)

Anexo 9: Origens de IDE, por Região, 1998-2002

(em milhões de dólares)

	1998	1999	2000	2001	2002
Mundo	683 211	1 096 554	1 200 783	711 445	647 363
Economias Desenvolvidas	630 891	1 021 307	1 097 796	660 558	600 063
Europa Ocidental	436 525	770 608	872 422	468 807	411 665
União Europeia	415 367	731 068	819 169	451 911	394 146
Outros Países da Europa Ocidental	21 159	39 540	53 253	16 896	17 519
América do Norte	165 362	226 638	189 251	140 406	148 534
Outras Economias Desenvolvidas	29 003	24 061	36 122	51 345	39 864
Economias em Desenvolvimento	49 837	72 786	99 052	47 382	43 095
África	1 997	2 574	1 309	-2522	173
Norte de África	367	313	228	202	267
África subsaariana	1 630	2 262	1 081	-2 725	-94
América Latina e Caraíbas	19 057	30 845	13 534	7 961	5 770
América do Sul	7 689	6 766	7 820	-758	3 726
Caraíbas e América Central	11 368	24 079	5 714	8 720	2 044
Ásia e Pacífico	28 783	39 367	84 208	41 943	37 151
Ásia	28 839	39 390	84 139	41 827	37 121
Ásia Ocidental e Médio Oriente	-1 193	1943	3 508	4 718	2 131
Ásia Central	179	360	17	201	765
Ásia, Sul e Sudeste	29 852	37 087	80 614	36 907	34 225
Zona do Pacífico	-56	-24	69	116	30
Europa Central e Oriental	2 484	2 462	3 936	3 505	4 205

	1998	1999	2000	2001	2002
Países Menos Avançados	-362	395	768	-61	75
Países Exportadores de Petróleo	-1 028	2 341	2 851	4 527	3 358
Conjunto dos Países em Desenvolvimento	47 203	71 011	98 136	40 498	40 245

(excluindo a China)

Fonte: UNCTAD (2003)

Anexo 10: Stocks de IDE, por Região e Economia, 1990-2002

(em milhões de dólares e em percentagem do PIB do ano 2002)

	1990	2002	% do PIB
Mundo	1 954 152	7 122 506	
Economias Desenvolvidas	1 399 880	4 594 850	
Europa Ocidental	796 179	2 779 857	
União Europeia	748 669	2 623 903	
Alemanha	119 618	451 589	22,76
Áustria	9 884	42 539	20,85
Bélgica e Luxemburgo	58 388	nd	
Bélgica		nd	nd
Luxemburgo		nd	nd
Dinamarca	9 192	71 784	41,51
Espanha	65 916	217 769	33,35
Finlândia	5 132	35 509	27,00
França	86 845	401 305	28,04
Grécia	5 667	12 056	9,08
Holanda	68 731	314 569	75,27
Irlanda	34 208	157 298	129,52
Itália	57 985	126 481	10,68
Portugal	10 571	43 962	36,15
Reino Unido	74 324	24 945	1,59
Suécia	203 894	638 561	265,72
Outros Países da Europa Ocidental	47 511	155 954	
Gibraltar	263	609	nd
Islândia	147	864	10,23
Malta	465	2 891	74,70
Noruega	12 391	33 452	17,56
Suíça	34 245	118 139	44,17
América do Norte	507 793	1 572 561	
Canadá	112 882	221 468	31,00
Estados unidos da América	394 911	1 351 093	13,01
Outras Economias Desenvolvidas	95 908	242 432	
Austrália	73 644	128 696	31,43
Israel	4 476	24 762	23,88
Japão	9 850	59 646	1,49
Nova Zelândia	7 938	29 328	50,06
Economias em Desenvolvimento	551 481	2 339 632	
África	50 775	170 876	
Norte de África	16 903	48 310	
Argélia	1 355	5 702	10,20
Egipto	11 043	20 746	23,09
Líbia	nd	nd	nd
Marrocos	917	9 994	27,69
Sudão	54	2 651	19,61
Tunísia	7 615	14 061	66,88
África subsaariana	33 872	122 566	
África do Sul	9 121	50 998	48,92

	1990	2002	% do PIB
Angola	1 025	11 435	101,66
Benim	159	673	24,97
Botsuana	1 309	1 946	36,90
Burquina Faso	39	166	5,31
Burundi	30	48	6,68
Camarões	1 044	1 417	15,64
Cabo Verde	4	197	31,98
Chade	289	1 519	75,87
Comores	17	26	10,16
Congo	575	2 217	73,48
Costa do Marfim	975	3 674	31,45
Eritreia	nd	322	50,16
Etiópia	124	1 036	17,10
Gabão	1208	nd	nd
Gambia	157	264	73,95
Gana	315	1 601	25,99
Guiné	69	295	9,18
Guiné-Bissau	8	48	23,65
Guiné Equatorial	25	2 396	113,13
Jibouti	6	40	6,70
Lesoto	83	382	53,50
Libéria	2 454	2 431	432,56
Madagáscar	107	442	10,05
Malavi	198	163	8,57
Mali	38	678	20,15
Mauritânia	57	113	11,66
Maurícias	169	746	16,46
Moçambique	42	1 755	48,76
Namíbia	2 047	978	33,68
Níger	286	457	21,05
Nigéria	8 072	22 570	51,84
Quênia	668	1 097	8,90
República Centro-Africana	95	105	10,04
República Democrática do Congo	546	650	11,39
República Unida de Tanzânia	93	2 351	25,06
Ruanda	213	259	14,95
São Tomé e Príncipe	nd	11	22,00
Seicheles	204	699	100,00
Senegal	258	952	18,90
Serra Leoa	nd	26	3,32
Somália	nd	4	nd
Suazilândia	336	656	55,31
Togo	268	649	46,89
Uganda	4	1 759	30,31
Zâmbia	1 012	2 619	70,84
Zimbabué	124	1 114	13,42
América Latina e Caraíbas	116 963	762 229	
América do Sul	66 625	441 110	
Argentina	8 778	76 992	75,45
Bolívia	1 026	6 392	81,94
Brasil	37 143	235 908	52,15
Chile	10 067	46 296	72,16

	1990	2002	% do PIB
Colômbia	3 500	19 375	23,94
Equador	1 626	9 686	39,84
Guiana	42	859	119,80
Paraguai	405	867	15,74
Peru	1 302	12 565	22,23
Suriname	nd	nd	nd
Uruguai	1 007	1 291	10,64
Venezuela	2 260	31 710	33,59
Caraíbas e América Central	50 337	321 119	
Anguilha	11	293	nd
Antígua e Barbuda	292	642	89,04
Aruba	132	738	39,36
Antilhas Holandesas	408	61	nd
Bahamas	586	1 888	nd
Barbados	171	338	13,33
Belize	73	362	42,94
Bermuda	13 849	78 070	nd
Costa Rica	1 447	6 302	37,43
Cuba	2	82	nd
Dominica	71	297	119,76
El Salvador	0 212	2 431	17,02
Granada	70	436	105,31
Guatemala	1 734	4 155	17,85
Haiti	149	226	6,58
Honduras	383	1 826	27,82
Ilhas Caimão	1 749	29 451	nd
Ilhas Virgens	240	8 806	nd
Jamaica	791	4 409	56,02
México	22 424	154 003	24,17
Montserrat	40	86	nd
Nicarágua	115	1 710	42,72
Panamá	2 198	7 314	59,48
República Dominicana	572	7 254	33,50
Saint Kitts e Nevis	160	653	183,43
Santa Lúcia	319	849	128,64
São Vicente e Granadinos	48	529	146,54
Trinidad e Tobago	2 093	7 910	82,16
Ásia e Pacífico	383 743	1 406 527	
Ásia	381 481	1 402 488	
Ásia Ocidental e Médio Oriente	41 196	72 376	
Arábia Saudita	22 500	25 633	13,60
Bahrein	552	6 205	80,76
Chipre	1 146	4 827	47,76
Emirados Árabes Unidos	751	1 413	1,99
Iémen	180	1 336	13,38
Irão	2 039	2 561	2,37
Iraque	nd	nd	nd
Jordânia	615	2 414	25,95
Kuwait	26	387	1,09
Líbano	53	1 622	9,38
Omã	1 723	2 583	12,72
Qatar	71	2 541	14,55

	1990	2002	% do PIB
Síria	374	2 129	10,24
Territórios Ocupados Palestinos	nd	206	6,07
Turquia	11 194	18 558	10,10
Ásia Central	nd	25 139	
Arménia	nd	680	28,73
Azerbeijão	nd	5 354	87,91
Cazaquistão	nd	15 354	62,32
Geórgia	nd	679	19,99
Quirguistão	nd	415	25,89
Tajiquistão	nd	162	13,37
Turquemenistão	nd	1 163	15,16
Uzbequistão	nd	1 332	16,79
Ásia, Sul e Sudeste	340 285	1 304 973	
Afeganistão	12	18	nd
Bangladesh	147	1 107	2,33
Brunei	23	5 418	nd
Butão	2	4	0,68
Cambodja	38	1 503	37,53
China	24 762	447 892	35,38
Coreia do Norte	572	1 034	nd
Coreia do Sul	5 186	43 689	9,17
Filipinas	3 268	11 579	14,85
Hong Kong, China	201 652	433 065	268,10
Índia	1 668	25 768	5,05
Indonésia	38 883	55 836	32,29
República Democrática Popular do Laos	13	599	35,65
Macau, China	2 733	3 008	44,46
Malásia	10 318	56 505	59,54
Maldivas	25	142	22,68
Mianmar	nd	3 395	nd
Mongólia	nd	302	26,99
Nepal	12	126	2,27
Paquistão	1 928	6 359	10,77
Singapura	30 468	124 083	142,67
Sri Lanka	681	2 713	16,38
Tailândia	8 209	30 226	23,82
Taiwan	9 735	33 478	nd
Vietname	260	17 124	48,81
Zona do Pacífico	2 263	4 039	
Fiji	414	1 183	63,03
Ilhas Salomão	70	107	44,58
Nova Caledónia	76	144	nd
Papuásia Nova Guiné	1 582	2 119	75,30
Quiribati	nd	6	11,32
Samoa	9	56	21,46
Tonga	1	25	18,38
Tuvalu	nd	1	nd
Vanuatu	110	399	170,51
Europa Central e Oriental	2 841	187 868	
Albânia	nd	988	20,43
Antiga Rep. Jugoslava da Macedónia	nd	907	23,93
Bielorrússia	nd	1 602	11,20

	1990	2002	% do PIB
Bósnia e Herzegovina	nd	828	14,79
Bulgária	112	3 889	25,11
Croácia	nd	6 029	26,87
Eslovénia	607	5 074	23,11
Eslováquia	81	10 225	43,18
Estónia	nd	4 226	64,95
Hungria	569	24 416	37,08
Letónia	nd	2 723	32,39
Lituânia	nd	3 981	28,86
Moldávia	nd	717	44,15
Polónia	109	45 150	23,89
República Checa	1 363	38 450	55,31
Roménia	nd	8 786	19,20
Rússia	nd	22 563	6,51
Sérvia e Montenegro	nd	1 959	12,49
Ucrânia	nd	5 355	12,91

	1990	1995	2000	2001	2002
Países Mais Atrasados	8 165	16 208	35 609	40 867	46 099
Países Exportadores de Petróleo	81 047	113 781	174 176	182 275	189 638
Conjunto dos Países em Desenvolvimento (excluindo a China)	526 669	783 121	1 681 222	1 778 733	1 891 896

Fonte: UNCTAD (2003)

Anexo 11: Principais Exportações do conjunto dos PMA

	Valor (milhões dólares)	de PMA	Percentagem de: Países Desenvolvimento	de: em Mundo
Todos os artigos	29240.1	100.00	1.62	0.49
Petróleo	8142.0	27.85	3.22	2.40
Roupas de homem, fabricadas	1636.7	5.60	7.53	4.81
Roupas e outros artigos tricotados manualmente	1430.2	4.89	5.21	3.33
Produtos de Petróleo, refinados	1362.8	4.66	1.87	0.89
Roupas de mulher, fabricadas	1214.0	4.15	4.38	2.67
Roupa interior, fabricada	1078.0	3.69	11.36	7.96
Pérolas e pedras preciosas	1051.4	3.60	5.77	2.06
Roupa interior, feita manualmente	946.0	3.24	5.11	3.07
Crustáceos e moluscos	848.6	2.90	7.57	5.14
Algodão	805.6	2.76	20.18	10.56
Ouro, não monetário	637.5	2.18	8.38	3.10
Madeiras em bruto	578.5	1.98	28.92	7.84
Peixe, fresco ou congelado	555.4	1.90	6.41	2.56
Café e substitutos do café	545.0	1.86	7.17	5.15
Cobre	472.8	1.62	3.79	1.56
Metais básicos	440.8	1.51	4.17	2.25
Gás	399.9	1.37	1.32	0.49
Tabacos	337.1	1.15	10.20	5.80
Alumínio	295.1	1.01	3.16	0.62
Peles	277.7	0.95	4.01	1.85

Fonte: UNCTAD (2004)

Anexo 12: Exportações dos PMA, por grupos, 2002

(em milhões de dólares e em percentagens do PIB e da APD do ano 2002)

	2002	% PIB	% APD
Total dos PMA	38512		
Exportadores de Petróleo	14790	40,12	1074,85
Angola	7600	67,57	1805,23
Guiné Equatorial	3240	152,97	16200,00
Iémen	2100	21,03	359,59
Sudão	1850	13,69	527,07
Exportadores de Bens Fabricados	12934	19,21	467,10
Bangladesh	6093	12,81	667,36
Mianmar	3015	nd	2491,74
Cambodja	1500	37,45	308,01
Madagáscar	785	17,84	210,46
Nepal	568	10,24	155,62
Lesoto	395	55,32	519,74
Laos	298	17,74	107,19
Haiti	280	8,15	179,49
Exportadores de Matérias-Primas	9197	15,14	92,25
Senegal	1055	20,95	234,97
Zâmbia	970	26,24	151,33
Mali	947	28,15	200,64
Tanzânia	875	9,33	70,97
Guiné	750	23,34	300,00
Moçambique	682	18,95	33,14
Malavi	478	25,14	126,79
Uganda	442	7,62	69,28
Togo	429	31,00	841,18
Etiópia	415	6,85	31,75
Benim	365	13,54	165,91
Mauritânia	315	32,51	88,73
Níger	303	13,96	101,68
Libéria	220	39,15	423,08
República Centro-Africana	180	17,21	300,00
Burquina Faso	166	5,31	35,10
Chade	160	7,99	68,67
Butão	116	19,63	158,90
Maldivas	90	14,38	333,33
Guiné-Bissau	51	25,12	86,44
Ilhas Salomão	51	21,25	196,15
Vanuatu	33	14,10	117,86
Quiribati	26	49,06	123,81
Gambia	15	4,20	24,59
Eritreia	14	2,18	6,09
Samoa	14	5,36	36,84
Jibouti	12	2,01	15,38

	2002	% PIB	% APD
Cabo Verde	10	1,62	10,87
Comores	8	3,13	25,00
São Tomé e Príncipe	5	10,00	19,23
Tuvalu	0	nd	nd
Outros PMA*	1591		
Total Mundial	6455000		

Fonte: OMC (2003)

* Inclui Rep. Dem. Congo, Somália, Ruanda, Afeganistão, Burundi e Serra Leoa, cujos valores de comércio estão fortemente influenciados por conflitos e guerras civis

Anexo 13: PIB e PIB per capita, por Economia, 2002

(PIB em milhões de dólares, PIB per capita em dólares)

	PIB	PIB per capita
Mundo		
Economias Desenvolvidas		
Europa Ocidental		
União Europeia		
Alemanha	1.984.095	32.826
Áustria	204.066	34.044
Bélgica	245.395	31.094
Dinamarca	172.928	39.661
Espanha	653.075	18.050
Finlândia	131.508	32.284
França	1.431.278	30.790
Grécia	132.824	14.162
Holanda	417.910	31.287
Irlanda	121.449	30.551
Itália	1.184.273	21.396
Luxemburgo	21.025	59.053
Portugal	121.595	13.034
Reino Unido	1.566.283	22.974
Suécia	240.313	33.665
Outros Países da Europa Ocidental		
Gibraltar	nd	nd
Islândia	8.449	31.385
Malta	3.870	10.235
Noruega	190.477	40.043
Suíça	267.445	46.554
América do Norte		
Canadá	714.327	23.621
Estados unidos da América	10.383.100	31.891
Outras Economias Desenvolvidas		
Austrália	409.420	24.455
Israel	103.689	16.676
Japão	3.993.433	45.029
Nova Zelândia	58.581	18.947
Economias em Desenvolvimento		
África		
Norte de África		

	PIB	PIB per capita
Argélia	55.914	1.665
Egipto	89.854	1.250
Líbia	19.131	nd
Marrocos	36.093	1.455
Sudão	13.516	330
Tunísia	21.024	2.574
África subsaariana		
África do Sul	104.242	4.020
Angola	11.248	623
Benim	2.695	443
Botsuana	5.273	4.102
Burquina Faso	3.127	281
Burundi	719	143
Camarões	9.060	700
Cabo Verde	616	1.585
Chade	2.002	232
Comores	256	436
Congo	3.017	700
Costa do Marfim	11.682	776
Eritreia	642	160
Etiópia	6.059	124
Gabão	4.971	4.323
Gambia	357	356
Gana	6.160	429
Guiné	3.213	633
Guiné-Bissau	203	162
Guiné Equatorial	2.118	2.444
Jibouti	597	734
Lesoto	714	648
Libéria	562	197
Madagáscar	4.400	215
Malavi	1.901	157
Mali	3.364	309
Mauritânia	969	503
Maurícias	4.533	4.538
Moçambique	3.599	223
Namíbia	2.904	2.203
Níger	2.171	209
Nigéria	43.540	248
Quênia	12.330	322
República Centro-Africana	1.046	332
República Democrática do Congo	5.707	90
República Unida de Tanzânia	9.382	207
Ruanda	1.732	295
São Tomé e Príncipe	50	355
Seicheles	699	8.071
Senegal	5.037	618

	PIB	PIB per capita
Serra Leoa	783	165
Somália	nd	nd
Suazilândia	1.186	1.553
Togo	1.384	320
Uganda	5.803	359
Zâmbia	3.697	422
Zimbabué	8.304	521
América Latina e Caraíbas		
América do Sul		
Argentina	102.042	6.842
Bolívia	7.801	940
Brasil	452.387	4.642
Chile	64.153	5.433
Colômbia	80.925	2.282
Equador	24.311	1.796
Guiana	717	950
Paraguai	5.508	1.701
Peru	56.517	2.380
Suriname	952	1.859
Uruguai	12.129	5.495
Venezuela	94.390	2.979
Caraíbas e América Central		
Anguilha	nd	nd
Antígua e Barbuda	721	9.312
Aruba	1.875	nd
Antilhas Holandesas	nd	nd
Bahamas	nd	nd
Barbados	2.535	7.850
Belize	843	3.231
Bermuda	nd	nd
Costa Rica	16.837	3.938
Cuba	nd	nd
Dominica	248	3.146
El Salvador	14.284	1.787
Granada	414	3.565
Guatemala	23.277	1.552
Haiti	3.435	338
Honduras	6.564	712
Ilhas Caimão	nd	nd
Ilhas Virgens	nd	nd
Jamaica	7.871	2.104
México	637.203	3.717
Montserrat	nd	nd
Nicarágua	4.003	496
Panamá	12.296	3.419
República Dominicana	21.651	2.254

	PIB	PIB per capita
Saint Kitts e Nevis	356	6.561
Santa Lúcia	660	3.579
São Vicente e Granadinos	361	2.666
Trinidade e Tobago	9.628	5.525
Ásia e Pacífico		
Ásia		
Ásia Ocidental e Médio Oriente		
Arábia Saudita	188.479	7.562
Bahrein	7.683	10.889
Chipre	10.106	14.799
Emirados Árabes Unidos	70.960	17.520
Iémen	9.984	330
Irão	108.243	1.801
Iraque	nd	nd
Jordânia	9.301	1.660
Kuwait	35.369	11.598
Líbano	17.294	2.868
Omã	20.309	6.147
Qatar	17.466	nd
Síria	20.783	832
Territórios Ocupados Palestinos	3.396	899
Turquia	183.665	2.942
Ásia Central		
Arménia	2.367	761
Azerbaijão	6.090	638
Cazaquistão	24.637	1.930
Geórgia	3.396	763
Quirguistão	1.603	457
Tajiquistão	1.212	237
Turquemenistão	7.672	874
Uzbequistão	7.932	693
Ásia, Sul e Sudeste		
Afganistão	nd	nd
Bangladesh	47.563	396
Brunei	nd	nd
Butão	591	580
Cambodja	4.005	416
China	1.266.052	944
Coreia do Norte	nd	nd
Coreia do Sul	476.690	14.280
Filipinas	77.954	1.209
Hong Kong, China	161.531	25.456
Índia	510.177	493
Indonésia	172.911	1.060
República Democrática Popular do Laos	1.680	477
Macau, China	6.765	17.119

	PIB	PIB per capita
Malásia	94.900	4.806
Maldivas	626	2.262
Mianmar	nd	nd
Mongólia	1.119	442
Nepal	5.549	241
Paquistão	59.071	518
Singapura	86.969	27.254
Sri Lanka	16.567	899
Tailândia	126.905	3.000
Taiwan	nd	nd
Vietname	35.086	413
Zona do Pacífico		
Fiji	1.877	2.840
Ilhas Salomão	240	535
Nova Caledónia	nd	nd
Papuásia Nova Guiné	2.814	870
Quiribati	53	667
Samoa	261	1.502
Tonga	136	1.800
Tuvalu	nd	nd
Vanuatu	234	1.174
Europa Central e Oriental		
Albânia	4.835	1.278
Antiga Rep. Jugoslava da Macedónia	3.791	2.429
Bielorrússia	14.304	2.096
Bósnia e Herzegovina	5.599	1.675
Bulgária	15.486	1.720
Croácia	22.436	5.440
Eslovénia	21.960	12.513
Eslováquia	23.682	4.620
Estónia	6.507	4.315
Hungria	65.843	5.743
Letónia	8.406	3.029
Lituânia	13.796	2.947
Moldávia	1.624	413
Polónia	189.021	3.769
República Checa	69.514	5.690
Roménia	45.749	1.615
Rússia	346.520	3.257
Sérvia e Montenegro	15.681	1.830
Ucrânia	41.477	1.024

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

Anexo 14: Poupança Interna, por Economia, 2002

(em milhões de dólares e em percentagem do PIB do ano 2002)

	2002	% do PIB
Mundo		
Economias Desenvolvidas		
Europa Ocidental		
União Europeia		
Alemanha	436.243	21,99
Áustria	46.901	22,98
Bélgica e Luxemburgo		
Bélgica	57.525	23,44
Luxemburgo	8.130	38,67
Dinamarca	44.668	25,83
Espanha	159.962	24,49
Finlândia	36.299	27,60
França	305.467	21,34
Grécia	22.387	16,85
Holanda	107.503	25,72
Irlanda	39.217	32,29
Itália	249.031	21,03
Portugal	20.227	16,63
Reino Unido	217.906	13,91
Suécia	55.988	23,30
Outros Países da Europa Ocidental		
Gibraltar	nd	nd
Islândia	1.748	20,69
Malta	588	15,19
Noruega	63.015	33,08
Suíça	63.963	23,92
América do Norte		
Canadá	171.811	24,05
Estados unidos da América	1.463.600	14,10
Outras Economias Desenvolvidas		
Austrália	88.159	21,53
Israel	9.820	9,47
Japão	1.095.358	27,43
Nova Zelândia	12.786	21,83
Economias em Desenvolvimento		
África		
Norte de África		
Argélia	22.595	40,41
Egipto	9.367	10,42
Líbia	4.882	25,52
Marrocos	6.628	18,36

	2002	% do PIB
Sudão	2.884	21,34
Tunísia	4.407	20,96
África subsaariana		
África do Sul	20.053	19,24
Angola	4.407	39,18
Benim	162	6,01
Botsuana	2.028	38,46
Burquina Faso	150	4,80
Burundi	-32	-4,45
Camarões	1.609	17,76
Cabo Verde	-97	-15,75
Chade	129	6,44
Comores	-1	-0,39
Congo	1.508	49,98
Costa do Marfim	3.306	28,30
Eritreia	-194	-30,22
Etiópia	131	2,16
Gabão	2.407	48,42
Gambia	13	3,64
Gana	458	7,44
Guiné	362	11,27
Guiné-Bissau	-35	-17,24
Guiné Equatorial	nd	nd
Jibouti	nd	nd
Lesoto	-108	-15,13
Libéria	nd	nd
Madagáscar	338	7,68
Malavi	-109	nd
Mali	404	12,01
Mauritânia	24	2,48
Maurícias	1.163	25,66
Moçambique	1.079	29,98
Namíbia	682	23,48
Níger	92	4,24
Nigéria	7.573	17,39
Quênia	1.287	10,44
República Centro-Africana	108	10,33
República Democrática do Congo	228	4,00
República Unida de Tanzânia	911	9,71
Ruanda	24	1,39
São Tomé e Príncipe	-12	-24,00
Seicheles	194	27,75
Senegal	496	9,85
Serra Leoa	-107	-13,67
Somália	nd	nd
Suazilândia	107	9,02
Togo	65	4,70
Uganda	366	6,31
Zâmbia	151	4,08
Zimbabué	879	10,59
América Latina e Caraíbas		
América do Sul		

	2002	% do PIB
Argentina	27.398	26,85
Bolívia	761	9,76
Brasil	101.500	22,44
Chile	17.223	26,85
Colômbia	11.080	13,69
Equador	4.924	20,25
Guiana	51	7,11
Paraguai	424	7,70
Peru	9.904	17,52
Suriname	-9	-0,95
Uruguai	1.737	14,32
Venezuela	27.419	29,05
Caraíbas e América Central		
Anguilha	nd	nd
Antígua e Barbuda	157	21,78
Aruba	nd	nd
Antilhas Holandesas	nd	nd
Bahamas	nd	nd
Barbados	361	14,24
Belize	nd	nd
Bermuda	nd	nd
Costa Rica	2.833	16,83
Cuba	nd	nd
Dominica	7	2,82
El Salvador	266	1,86
Granada	92	22,22
Guatemala	1.722	7,40
Haiti	-108	-3,14
Honduras	798	12,16
Ilhas Caimão	nd	nd
Ilhas Virgens	nd	nd
Jamaica	1.019	12,95
México	116.483	18,28
Montserrat	nd	nd
Nicarágua	242	6,05
Panamá	2.931	23,84
República Dominicana	3.165	14,62
Saint Kitts e Nevis	79	22,19
Santa Lúcia	86	13,03
São Vicente e Granadinos	68	18,84
Trinidade e Tobago	1.949	20,24
Ásia e Pacífico		
Ásia		
Ásia Ocidental e Médio Oriente		
Arábia Saudita	70.352	37,33
Bahrein	2.582	33,61
Chipre	nd	nd
Emirados Árabes Unidos	nd	nd
Iémen	1.601	16,04
Irão	39.578	36,56
Iraque	nd	nd
Jordânia	237	2,55

	2002	% do PIB
Kuwait	6.301	17,82
Líbano	-1.555	-8,99
Omã	6.932	34,13
Qatar	nd	nd
Síria	6.254	30,09
Territórios Ocupados Palestinos	-1.044	-30,74
Turquia	29.400	16,01
Ásia Central		
Arménia	79	3,34
Azerbeijão	1.542	25,32
Cazaquistão	6.943	28,18
Geórgia	320	9,42
Quirguistão	241	15,03
Tajiquistão	115	9,49
Turquemenistão	nd	nd
Uzbequistão	1.864	23,50
Ásia, Sul e Sudeste		
Afeganistão	nd	nd
Bangladesh	8.740	18,38
Brunei	nd	nd
Butão	nd	nd
Cambodja	562	14,03
China	549.109	43,37
Coreia do Norte	nd	nd
Coreia do Sul	131.007	27,48
Filipinas	14.643	18,78
Hong Kong, China	51.307	31,76
Índia	114.535	22,45
Indonésia	36.518	21,12
República Democrática Popular do Laos	nd	nd
Macau, China	3.358	49,64
Malásia	39.769	41,91
Maldivas	295	47,12
Mianmar	nd	nd
Mongólia	184	16,44
Nepal	656	11,82
Paquistão	8.478	14,35
Singapura	38.882	44,71
Sri Lanka	2.375	14,34
Tailândia	39.505	31,13
Taiwan	nd	nd
Vietname	9.851	28,08
Zona do Pacífico		
Fiji	336	17,90
Ilhas Salomão	nd	nd
Nova Caledónia	nd	nd
Papuásia Nova Guiné	nd	nd
Quiribati	45	84,91
Samoa	nd	nd
Tonga	nd	nd
Tuvalu	nd	nd
Vanuatu	nd	nd

	2002	% do PIB
Europa Central e Oriental		
Albânia	-68	-1,41
Antiga Rep. Jugoslava da Macedónia	18	0,47
Bielorrússia	2.520	17,62
Bósnia e Herzegovina	-750	-13,40
Bulgária	2.027	13,09
Croácia	4.085	18,21
Eslovénia	5.461	24,87
Eslováquia	5.696	24,05
Estónia	1.434	22,04
Hungria	14.371	21,83
Letónia	1.407	16,74
Lituânia	2.316	16,79
Moldávia	-48	-2,96
Polónia	29.695	15,71
República Checa	17.959	25,84
Roménia	7.924	17,32
Rússia	110.242	31,81
Sérvia e Montenegro	-1.099	-7,01
Ucrânia	9.768	23,55

Nota: Os valores de Portugal, Irlanda, Canadá, Japão e Ilhas Fiji são relativos ao ano de 2001

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

Anexo 15: Formação Bruta de Capital Fixo, por Economia, 2002

(em milhões de dólares e em percentagem do PIB do ano 2002)

	2002	% do PIB
Mundo		
Economias Desenvolvidas		
Europa Ocidental		
União Europeia		
Alemanha	364.952	18,39
Áustria	44.364	21,74
Bélgica e Luxemburgo		
Bélgica	48.212	19,65
Luxemburgo	4.465	21,24
Dinamarca	33.817	19,56
Espanha	165.976	25,41
Finlândia	26.168	19,90
França	278.615	19,47
Grécia	30.616	23,05
Holanda	87.714	20,99
Irlanda	23.852	19,64
Itália	233.174	19,69
Portugal	29.975	24,65
Reino Unido	246.961	15,77
Suécia	41.053	17,08
Outros Países da Europa Ocidental		
Gibraltar	nd	nd
Islândia	1.599	18,93
Malta	803	20,75
Noruega	32.473	17,05
Suíça	48.576	18,16
América do Norte		
Canadá	139.781	19,57
Estados unidos da América	1.882.000	18,13
Outras Economias Desenvolvidas		
Austrália	97.922	23,92
Israel	18.412	17,76
Japão	1.069.999	26,79
Nova Zelândia	11.546	19,71
Economias em Desenvolvimento		
África		
Norte de África		
Argélia	13.832	24,74
Egipto	14.816	16,49
Líbia	2.649	13,85
Marrocos	8.270	22,91

	2002	% do PIB
Sudão	nd	nd
Tunísia	5.303	25,22
África subsaariana		
África do Sul	15.785	15,14
Angola	3.626	32,24
Benim	480	17,81
Botsuana	934	17,71
Burquina Faso	571	18,26
Burundi	45	6,26
Camarões	1.679	18,53
Cabo Verde	129	20,94
Chade	1.179	58,89
Comores	34	13,28
Congo	678	22,47
Costa do Marfim	1.317	11,27
Eritreia	170	26,48
Etiópia	1.242	20,50
Gabão	1.412	28,40
Gambia	77	21,57
Gana	1.156	18,77
Guiné	532	16,56
Guiné-Bissau	30	14,78
Guiné Equatorial	nd	nd
Jibouti	nd	nd
Lesoto	297	41,60
Libéria	nd	nd
Madagáscar	627	14,25
Malavi	181	nd
Mali	683	20,30
Mauritânia	305	31,48
Maurícias	992	21,88
Moçambique	1.609	44,71
Namíbia	654	22,52
Níger	273	12,57
Nigéria	10.145	23,30
Quênia	1.618	13,12
República Centro-Africana	155	14,82
República Democrática do Congo	404	7,08
República Unida de Tanzânia	1.550	16,52
Ruanda	326	18,82
São Tomé e Príncipe	13	26,00
Seicheles	213	30,47
Senegal	975	19,36
Serra Leoa	69	8,81
Somália	nd	nd
Suazilândia	212	17,88
Togo	279	20,16
Uganda	1.235	21,28
Zâmbia	593	16,04
Zimbabué	746	8,98
América Latina e Caraíbas		
América do Sul		

	2002	% do PIB
Argentina	12.205	11,96
Bolívia	1.239	15,88
Brasil	87.459	19,33
Chile	13.869	21,62
Colômbia	11.473	14,18
Equador	5.548	22,82
Guiana	143	19,94
Paraguai	1.026	18,63
Peru	10.005	17,70
Suriname	216	22,69
Uruguai	1.232	10,16
Venezuela	14.536	15,40
Caraíbas e América Central		
Anguilha	nd	nd
Antígua e Barbuda	215	29,82
Aruba	nd	nd
Antilhas Holandesas	nd	nd
Bahamas	nd	nd
Barbados	436	17,20
Belize	nd	nd
Bermuda	nd	nd
Costa Rica	3.212	19,08
Cuba	nd	nd
Dominica	26	10,48
El Salvador	2.343	16,40
Granada	133	32,13
Guatemala	3.789	16,28
Haiti	685	19,94
Honduras	1.456	22,18
Ilhas Caimão	nd	nd
Ilhas Virgens	nd	nd
Jamaica	2.699	34,29
México	120.307	18,88
Montserrat	nd	nd
Nicarágua	1.118	27,93
Panamá	2.858	23,24
República Dominicana	4.993	23,06
Saint Kitts e Nevis	169	47,47
Santa Lúcia	112	16,97
São Vicente e Granadinos	108	29,92
Trinidade e Tobago	1.571	16,32
Ásia e Pacífico		
Ásia		
Ásia Ocidental e Médio Oriente		
Arábia Saudita	34.712	18,42
Bahrein	944	12,29
Chipre	nd	nd
Emirados Árabes Unidos	nd	nd
Iémen	1.581	15,84
Irão	35.549	32,84
Iraque	nd	nd
Jordânia	2.023	21,75

	2002	% do PIB
Kuwait	3.225	9,12
Líbano	3.111	17,99
Omã	nd	nd
Qatar	nd	nd
Síria	4.504	21,67
Territórios Ocupados Palestinos	120	3,53
Turquia	32.439	17,66
Ásia Central		
Arménia	459	19,39
Azerbaijão	2.118	34,78
Cazaquistão	5.918	24,02
Geórgia	684	20,14
Quirguistão	280	17,47
Tajiquistão	188	15,51
Turquemenistão	2.317	nd
Uzbequistão	1.600	20,17
Ásia, Sul e Sudeste		
Afeganistão	nd	nd
Bangladesh	11.010	23,15
Brunei	nd	nd
Butão	nd	nd
Cambodja	907	22,65
China	509.466	40,24
Coreia do Norte	nd	nd
Coreia do Sul	127.475	26,74
Filipinas	15.000	19,24
Hong Kong, China	37.517	23,23
Índia	114.700	22,48
Indonésia	34.940	20,21
República Democrática Popular do Laos	nd	nd
Macau, China	690	10,20
Malásia	22.041	23,23
Maldivas	163	26,04
Mianmar	nd	nd
Mongólia	337	30,12
Nepal	1.070	19,28
Paquistão	7.750	13,12
Singapura	22.375	25,73
Sri Lanka	3.486	21,04
Tailândia	29.012	22,86
Taiwan	nd	nd
Vietname	10.527	30,00
Zona do Pacífico		
Fiji	227	12,09
Ilhas Salomão	nd	nd
Nova Caledónia	nd	nd
Papuásia Nova Guiné	nd	nd
Quiribati	nd	nd
Samoa	nd	nd
Tonga	nd	nd
Tuvalu	nd	nd
Vanuatu	nd	nd

	2002	% do PIB
Europa Central e Oriental		
Albânia	1.064	22,01
Antiga Rep. Jugoslava da Macedónia	629	16,59
Bielorrússia	3.033	21,20
Bósnia e Herzegovina	1.099	19,63
Bulgária	2.807	18,13
Croácia	5.554	24,75
Eslovénia	4.966	22,61
Eslováquia	7.053	29,78
Estónia	1.856	28,52
Hungria	14.682	22,30
Letónia	2.161	25,71
Lituânia	2.944	21,34
Moldávia	269	16,56
Polónia	35.189	18,62
República Checa	18.307	26,34
Roménia	9.670	21,14
Rússia	62.140	17,93
Sérvia e Montenegro	2.484	15,84
Ucrânia	8.401	20,25

Nota: Os valores de Portugal, Irlanda, Canadá, Japão e Ilhas Fiji são relativos ao ano de 2001

Fonte: BANCO MUNDIAL (2004a)

Anexo 16: Exportações Mundiais por Região

(em milhares de milhões de dólares)

	Valor		Porcentagem	
	2002	1990	1995	2000
Mundo	6272	100.0	100.0	100.0
América do Norte	946	15.4	15.5	16.9
Estados Unidos da América	694	11.6	11.7	12.5
América Latina	350	4.3	4.6	5.8
México	161	1.2	1.6	2.7
Europa Ocidental	2657	48.3	44.8	40.0
União Europeia (15)	2449	44.4	41.5	37.0
Resto da Europa	314	3.1	3.9	4.3
Rússia	107	nd	1.6	1.7
África	140	3.1	2.2	2.3
África do Sul	30	0.7	0.6	0.5
Médio Oriente	244	4.1	3.0	4.3
Ásia	1620	21.8	26.0	26.4
Japão	417	8.5	8.8	7.6
China	326	1.8	3.0	4.0
Seis Grandes Países do Sudeste Asiático	603	7.8	10.3	10.4
Grandes Zonas de Comércio:				
NAFTA (3)	1107	16.5	17.1	19.5
MERCOSUR (4)	89	1.4	1.4	1.4
ASEAN (10)	405	4.2	6.4	6.8

Fonte: OMC (2003)

Anexo 17: Volume total de acções negociadas, incluindo fundos de investimento

(em milhões de dólares)

EXCHANGE:	
Américas	
Amex	61 555,0
Bermuda	13 468,2
Buenos Aires	528,4
Lima	127,4
México	4 783,4
Nasdaq	802 504,9
NYSE	1 083 837,6
Santiago	921,3
São Paulo	8 663,7
TSX Group	66 687,8
Europa - África – Médio Oriente	
Athens	4 024,8
Borsa Italiana	97 995,7
Budapest	1 506,6
Copenhagen	10 255,3
Deutsche Börse	173 858,7
Euronext *	243 010,1
Helsinki	27 036,9
Irish	4 571,5
Istanbul	19 222,2
JSE South Africa	13 885,7
Ljubljana	132,8
London	491 320,7
Luxembourg	44,6
Malta	11,8
Oslo	13 079,2
Spanish Exchanges (BME)	119 714,3
Stockholm	50 297,7
Swiss Exchange **	87 062,5
Tehran ***	708,8
Tel Aviv	2 915,6
Warsaw	1 497,8
Wiener Börse	1 965,0
Ásia - Pacífico	
Australian	47 133,9
Bursa Malaysia	9 685,5
Colombo	41,2
Hong Kong	44 844,1

EXCHANGE:	
Jakarta	2 392,2
Korea	49 219,2
Mumbai	11 617,9
National Stock Exchange India	23 980,9
New Zealand	1 230,0
Osaka	14 040,8
Philippine	264
Shanghai	43 098,0
Shenzhen	26 859,3
Singapore ****	10 537,3
Taiwan	113 000,9
Thailand	9 078,6
Tokyo	376 930,7
Total	4 191 150,6

Nota: Dados referentes ao mês de Março de 2004

Devido a diferentes regras e métodos de cálculo, os valores negociados não são inteiramente comparáveis

* Euronext inclui Amsterdão, Bruxelas, Lisboa, e Paris

** SWX inclui acções negociadas no Virt-x

*** Excluindo direitos negociados

**** Main Board & Clob International

Fonte: WFE (2004)